

Veículo: Rádio Sociedade AM 740 Salvador	
Data: 11/06/2021	Programa: Balanço Geral Especial
Assunto: Comunicadores falam sobre o <u>ICMS nos combustíveis na Bahia.</u>	

Data: 11/06/2021

Hora: 08:15:08

Emissora: Rádio Sociedade AM 740 Salvador

Programa: Balanço Geral Especial

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Comunicadores falam sobre o **ICMS nos combustíveis na Bahia.**

Veículo: Política Livre	
Data: 12 a 14.06.2021	Caderno: Economia

14 de junho de 2021 | 09:50

Rui critica Governo Federal por novo aumento no gás de cozinha

BAHIA

O governador Rui Costa criticou o novo aumento de 5,9% no preço do gás de cozinha, divulgado pela Petrobrás na última sexta-feira (11). Durante visita a uma obra de contenção de encostas no Subúrbio de Salvador, Rui atribuiu ao Governo Federal a culpa pelo descontrole no custo de vida da população brasileira.

“Infelizmente o desgoverno federal não tem uma política para equilibrar o preço do gás de cozinha. É dramática a situação. Temos um governo que não soluciona os problemas da população”, pontuou.

Questionado se o estado poderia desonerar o valor do combustível, Rui foi taxativo. “Já temos na Bahia a menor tributação do país para o gás de cozinha. Problemas de combustíveis e energia são temas estratégicos de soberania nacional em qualquer lugar do mundo, isso não cabe ao Governo do Estado”, concluiu.

Inflação e atividade dobram resultado primário de Estados

Receita cresceu mais que despesas de janeiro a abril

Por Marta Watanabe — De São Paulo

14/06/2021 05h00 · Atualizado há uma hora



O economista Manoel Pires, do FGV Ibre: "A surpresa foi muito grande, com um quadro melhor que o esperado" — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

A **atividade econômica** com desempenho melhor que o esperado nos primeiros meses do ano aliada à **inflação e medidas de contenção de despesas** propiciaram aos **Estados** um **resultado primário considerado surpreendente**, mesmo com a pressão de gastos com saúde em meio à pandemia de covid-19. O resultado primário dos 26 Estados e Distrito Federal somou R\$ 56,95 bilhões de janeiro a abril deste ano, mais que o dobro dos R\$ 26 bilhões de igual período de 2020.

A fotografia é resultado de um descompasso “peculiar” no qual o crescimento das receitas foi mais acelerado que o das despesas. A arrecadação tributária dos Estados somou R\$ 213,1 bilhões e avançou 17,3% nominais no primeiro quadrimestre deste ano contra iguais meses do ano passado. Embalada pela inflação e retomada da atividade, foi menos impactada pela pandemia do que se receava. Foi a arrecadação que puxou as receitas correntes, que avançaram 16% na mesma comparação.

- **Leia também: Mudança do perfil da população ocupada afeta produtividade**

Enquanto isso as despesas cresceram em ritmo bem menor. A taxa de aumento das receitas correntes foi duas vezes e meia a das despesas correntes, que cresceram 6,4%. A contenção foi obtida mesmo com a pressão maior das despesas na saúde, que cresceram 9,9%.

Responsáveis por mais de 50% das despesas correntes dos Estados, os gastos com pessoal e encargos ficaram sob forte freio, com alta de apenas 0,5%, sempre na comparação nominal do primeiro quadrimestre deste ano em relação a igual período do ano passado. A contenção se explica em boa parte pela Lei Complementar 173/2020, a mesma que no ano passado estabeleceu transferências extraordinárias em razão da pandemia da União para Estados e municípios. Essa lei proibiu União, Estados e municípios de conceder reajuste salarial a servidores até 31 de dezembro deste ano, com exceções restritas.

Resultado primário dobra

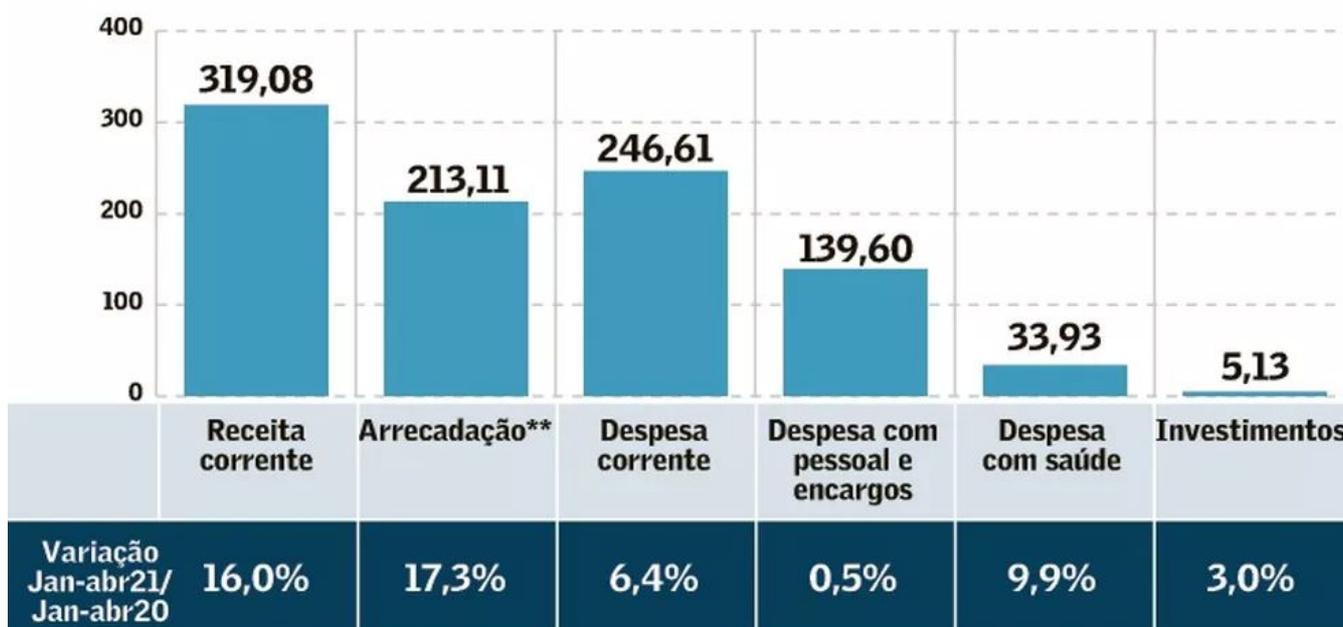
Saldos acima da linha* - em R\$ bilhões

Estado	Jan-abr20	Jan-abr21
Rio Grande do Norte	0,03	0,20
Sergipe	0,17	0,32
Tocantis	0,24	0,47
Roraima	0,42	0,60
Acre	0,41	0,63
Piauí	0,62	0,67
Espírito Santo	0,37	0,69
Alagoas	0,34	0,81
Mato Grosso do Sul	0,44	0,83
Distrito Federal	0,29	0,85
Rondônia	0,61	0,92
Amapá	0,81	0,99
Paraíba	0,63	1,03

Pará	0,67	1,34
Goiás	0,42	1,44
Amazonas	1,33	1,45
Maranhão	1,94	1,46
Santa Catarina	1,17	2,08
Pernambuco	1,33	2,12
Bahia	1,08	2,18
Ceará	0,98	2,27
Mato Grosso	1,38	2,33
Rio Grande do Sul	0,15	2,77
Paraná	-0,10	3,69
Rio de Janeiro	1,76	3,74
Minas Gerais	0,58	5,94
São Paulo	7,96	15,12
Total	26,03	56,95

Receitas crescem acima das despesas

Valores do agregado dos Estados e DF - em R\$ bilhões (Jan-abr/2021)



Fonte: Siconfi/STN. *Declarados nos RREOs, **Receita com Impostos, taxas e contribuições

O aumento superior a R\$ 30 bilhões no resultado primário agregado dos Estados do primeiro quadrimestre de 2020 para este ano foi disseminado. Segundo dados entregues pelos governos estaduais à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), somente o Maranhão, dentre os 27 entes, não teve aumento de resultado primário nesse período, embora tenha fechado os primeiros quatro meses de 2021 com

superávit de R\$ 1,46 bilhão. São Paulo teve um aumento de R\$ 7,96 bilhões para R\$ 15,12 bilhões de janeiro a abril de 2020 para igual período deste ano. Minas Gerais teve um salto de R\$ 577,06 milhões para R\$ 5,94 bilhões.

Considerado um indicador do esforço dos governos estaduais na busca do equilíbrio fiscal, o resultado primário citado é o acima da linha, dado pelo saldo entre receitas e despesas, exceto as de natureza financeira. O saldo, portanto, é anterior aos pagamentos de juros da dívida. Os dados de resultado primário, receitas e despesas foram levantados pelo **Valor** dos relatórios de execução orçamentária entregues pelos Estados à STN. As comparações de gastos foram feitas com valores liquidados. Não foram consideradas as despesas intra-orçamentárias.

O economista Manoel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) destaca que os dados do Banco Central mostram que os recursos em caixa dos Estados continuaram aumentando no início de 2021 em vez de reduzirem, numa situação contrária da que se esperava, dada a necessidade dos governos estaduais de fazer a gestão da crise sanitária neste início de ano.

“Apesar de esperarmos a normalização do indicador de resultado primário, a surpresa foi muito grande, com um quadro melhor que o esperado. Houve uma confluência de fatores positivos num espaço muito curto de tempo”, diz Pires. Isso tudo, destaca, num período de incertezas em relação à pandemia porque há muitos especialistas falando da terceira onda. Houve, diz, um descolamento entre a pandemia e o nível de atividade.

Entre os fatores que favoreceram as contas estaduais, diz ele, está a melhora da economia conjugada com a inflação. “Na questão da atividade econômica, tanto pelo indicador de atividade como pela inflação, há uma dinâmica muito favorável para as receitas. O deflator do PIB, exemplifica, roda muito acima do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). “E o índice de preços do PIB importa mais para a arrecadação do que o IPCA.”

Outra surpresa positiva foi o próprio crescimento, que veio “muito bom” no primeiro trimestre, diz Pires, referindo-se à expansão de 1,2% do PIB de janeiro a março de 2021 contra os três meses anteriores, na série com ajuste sazonal. O desempenho, lembra, levou a uma onda de revisões para o crescimento da atividade econômica deste ano da casa dos 3% para os 5%. Outro fator importante para os Estados é que a recuperação brasileira na pandemia tem sido muito focada em setores que estão na base de incidência do ICMS, o principal imposto dos governos estaduais.

O cenário fiscal do primeiro quadrimestre, porém, não deve persistir, alerta Pires. “Uma parte do crescimento do Brasil está muito associada ao que acontece no setor externo, como o ciclo de commodities. Com o tempo isso deve perder um pouco de força, mesmo que não saibamos exatamente quando. E também à medida que vacinamos a população, a economia se normaliza e os serviços devem se acelerar. Isso tende a gerar menos arrecadação porque os serviços são menos tributados.”

Além disso, diz Pires, a inflação deve cair no segundo semestre. “O quadro, portanto, deve ser nesse período de alguma desaceleração dessa dinâmica mais favorável de receitas estaduais.” De outro lado, indica, teremos os governos querendo normalizar políticas, com a reabertura de escolas e retomada de investimentos, num cenário que deve levar a um encontro maior entre receitas e despesas.

Do ponto de vista de gastos de pessoal, Pires ressalta a importância da Lei Complementar 173, mas lembra também que em alguns Estados houve redução de gastos de pessoal em termos nominais, o que indica o efeito não somente da legislação mas também de reformas que foram feitas, como a administrativa e previdenciária, cujos resultados estão começando a aparecer.

No Rio Grande do Sul, o resultado primário saiu de R\$ 153,52 milhões no primeiro quadrimestre de 2020 para R\$ 2,77 bilhões em igual período deste ano. Marco Aurelio Cardoso, secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, diz que o bom desempenho da economia, ao lado de medidas que tornaram a arrecadação de ICMS mais eficiente, foi o fator determinante para o quadro e para o crescimento de

14% da receita estadual com impostos, taxas e contribuições de janeiro a abril de 2021 contra iguais meses do ano passado.

O PIB do Estado no primeiro trimestre deste ano, segundo o governo gaúcho, cresceu 4% contra os três últimos meses de 2020, após ajuste sazonal. Já no campo das despesas, ele destaca o efeitos das reformas previdenciária e administrativa sobre os gastos com pessoal, os mais representativos do Estados. O déficit previdenciário do Estado no primeiro quadrimestre deste ano, cita, foi de R\$ 3,2 bilhões, R\$ 600 milhões a menos que o de igual período do ano passado. Na mesma comparação, a despesa com pessoal e encargos ficou 2,2% menor.

Para o decorrer do ano, diz ele, o controle de gastos deve se manter na expectativa de avanço no ritmo de vacinação e com dúvidas que persistem em relação à recuperação do emprego, com a dificuldade de retomada dos setores mais intensivos em mão de obra, o que afeta renda e poder de compra.

Para George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, o resultado primário mostra uma situação peculiar de descasamento entre geração de receitas e execução de despesas. No Estado, o superávit primário cresceu de R\$ 337,16 milhões do primeiro quadrimestre de 2020 para R\$ 814,26 milhões em iguais meses deste ano. Nos primeiros meses do ano houve, diz ele, um aperto de contas em razão da preocupação em fazer frente aos gastos num ano em que a União não sinaliza por novas transferências extras. Também houve apreensão em relação às receitas. “Ninguém achava que a arrecadação teria esse resultado.”

Esse descasamento, porém, diz ele, será ajustado nos próximos meses, avalia. “É preciso lembrar que o crescimento de receitas também eleva os gastos vinculados constitucionalmente”, lembra, o que deve levar a um esforço de execução orçamentária na educação. Em Alagoas, o efeito receita ao lado de mudanças no Fundeb devem elevar em 30% os gastos com educação neste ano, contra 2020.

Esse descompasso acontece também, diz ele, porque a inflação se acelerou mais do que se imaginava e chega mais rapidamente às receitas do que aos gastos. Nas despesas, o efeito da inflação chega à medida que se renovam contratos de obras e de serviços. No segundo semestre, diz, isso deve aparecer mais claramente.

Para Santoro, a situação abre desafios para 2022, ano em que as receitas não devem crescer no mesmo ritmo deste ano e em que os governos estaduais enfrentarão a pressão por reajustes salariais e por investimentos.

Rogelio Pegoretti, secretário de Fazenda do Espírito Santo, compartilha da opinião de que deve haver cautela em relação ao horizonte de curto prazo. O superávit primário do Estado alcançou R\$ 689,9 milhões de janeiro a abril deste ano, 87,5% a mais que o resultado de iguais meses de 2020. A receita tributária subiu 16%. Mas no cenário-base do governo capixaba nas projeções para o ano, diz, a arrecadação do Estado deve crescer perto de 5% nominais em 2021. No otimista, 10%. Apesar da euforia do mercado hoje, o cuidado, diz ele, vem da dúvida sobre uma terceira onda de pandemia, os riscos políticos, a perspectiva de uma inflação longe da meta, com pressão sobre juros e consequentemente em seus efeitos sobre consumo e investimentos.

[Ver comentários](#)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Nova máscara está sendo recomendada na Europa

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Promoção Não perca o fretado!

MERCEDES-BENZ ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Chuva, vento e frio! Nada disso incomoda quem usa essa jaqueta

OFERTEEI

LINK PATROCINADO

Conheça o Pen Drive mais poderoso que um HD externo

DESCONTO DE 5% NO IPVA VALE ATÉ ESTE MÊS PARA PLACAS FINAL 7 E 8



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem no mês de julho: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando

apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Foto: Reprodução/Gov Ceará

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da

Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 7 e 8



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem no mês de julho: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando

apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Tem veículo com placa final 7 e 8? Novidade no IPVA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem no mês de julho: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando

apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Motoristas de veículos com placas de final 7 e 8 podem pagar IPVA com 5% de desconto até 30 de junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. A informação foi divulgada pela Secretaria da Fazenda Bahia (Sefaz-Ba), nesta quinta-feira (10).

Para as placas de final 9 e 0, os prazos para quitar o imposto com abatimento vencem no mês de julho. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA 2021** da Sefaz-Ba.

A Sefaz-Ba alerta que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não normalize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a

documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, caixa eletrônico ou no aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou do Bancoob, apresentando apenas o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem ainda optar por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem desconto. Para isso, é preciso observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento, devendo efetuar integralmente até a data da última parcela.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito devem ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA 2021**. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Todas as informações podem ser consultadas no site da Sefaz-Ba e pelo call center, nos números 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) ou 71 3319-2501

(ligações de celular ou de telefone fixo).

Gás de cozinha vai ficar mais caro: Petrobras aumenta preço na **refinaria** e consumidor deve pagar a conta

Décimo terceiro do INSS 2021: veja o calendário de pagamento

Trabalhadores nascidos em agosto podem sacar auxílio emergencial

Peugeot é investigada na França por 'Dieselgate', após Renault e Volkswagen

Assuntos e Palavras-Chave: SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Refinaria | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Desconto de 5% no IPVA vale até este mês para placas de final 7 e 8



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os proprietários de veículos com placas de final 7 e 8 têm até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**), em cota única. Já para as placas de final 9 e 0 os prazos para quitar o imposto com o abatimento vencem no mês de julho: as datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 3 e 4 têm também até os dias 29 e 30 de junho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando

apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

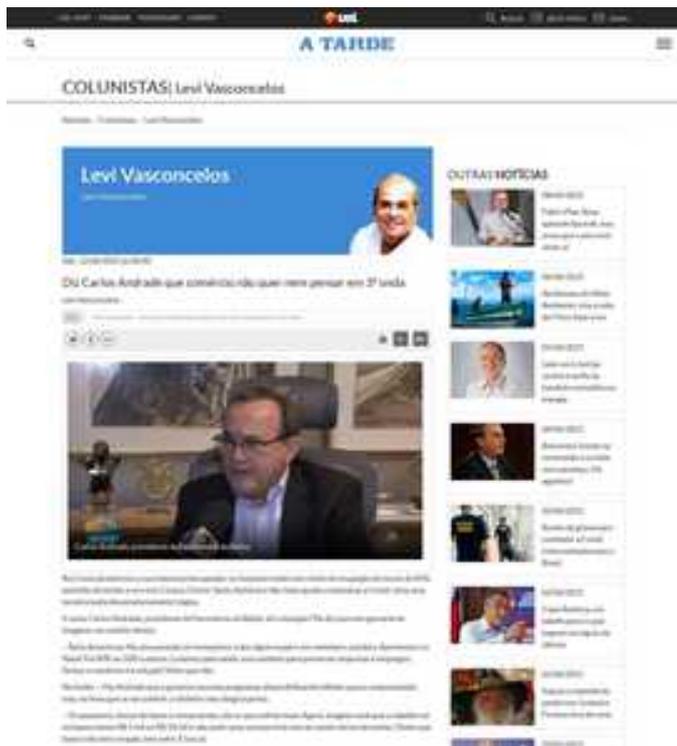
Os proprietários de veículos com placas terminadas em 7, 8, 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. (Bahia de Valor)

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Diz Carlos Andrade que comércio não quer nem pensar em 3ª onda



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Carlos Andrade, presidente da Fecomércio da Bahia,

Rui Costa já externou a sua imensa preocupação: os hospitais estão com níveis de ocupação em torno de 85%, pertinho do limite, e se o trio Corpus Christi, Santo Antônio e São João ajudar a vitaminar a Covid, seria uma terceira onda devastadoramente trágica.

E como Carlos Andrade, presidente da Fecomércio da Bahia, vê a situação? Ele diz que nem gostaria de imaginar um cenário destes.

- Seria desastroso. No ano passado só começamos a dar algum suspiro em setembro, outubro. Apostamos no Natal. Foi 40% ou 50% a menos. Lutamos pela saúde, mas também para preservar empresas e empregos. Fechar o comércio é a solução? Acho que não.

No limite - Diz Andrade que o governo anuncia programas disponibilizando bilhões para o empresariado, mas, na hora que se vai conferir, o dinheiro não chega à ponta.

- Os pequenos, donos de bares e restaurantes, são os que sofrem mais. Agora, imagine você que o cidadão vai no banco tomar R\$ 5 mil ou R\$ 10 mil e não pode sacar porque está com as contas de luz atrasadas. Dizem que banco não tem coração, tem cofre. É isso aí.

A convite dos deputados baianos Otto Alencar Filho (PSD) e Zé Neto (PT) ele foi à Comissão de Direitos Econômicos da Câmara dos Deputados, quando deu o recado que é o sentimento geral:

- O governo federal errou feio na questão das vacinas. Não dá para pagarmos essa fatura.

Só faltou perguntar: e sobra pra a gente?

Fala Martinho Lélis: 'Isso só acontece no mata-mata'

O bom momento do futebol nordestino, com seis clubes nas oitavas da Copa do Brasil, três baianos (Bahia, Vitória e Juazeirense) é um tapa no radialista Domenico Gatto, da rádio Energia 97, de São Paulo, que ofendeu a honra geral quando disse que 'no Nordeste tudo é porcaria', com a ressalva: 'O Bahia é o time mais forte,

mas é lixo também'.

Baixarias à parte, Martinho Lélis, veterano comentarista esportivo do rádio baiano, diz saber que a hierarquia do futebol obedece ao **PIB** de cada estado, mas ressalva que a competição mata-mata é a vez dos pequenos.

- O Bahia foi campeão brasileiro há 30 anos. Jamais será por pontos corridos. No mata-mata o jogo muda. Os pequenos jogam por uma bola. E nesse jogo aí o fenômeno é o Juazeirense.

A indústria dá bons sinais

Embora o comércio tenha sido fortemente atingido na pandemia, os Indicadores Industriais, pesquisa mensal da Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostram que, no auge da segunda onda, na virada entre março e abril, a indústria reagiu de forma positiva.

As horas trabalhadas na produção cresceram 0,7% em abril e o **emprego** registrou alta pelo nono mês consecutivo e massa salarial retornou ao patamar pré-pandemia.

Nem tudo vai tão mal.

Conquista pode perder leitos

Ana Sheila (DEM), prefeita de Vitória da Conquista, diz estar preocupada. O contrato com o governo federal para a manutenção de 20 leitos de UTI para Covid no Hospital São Vicente de Paula está chegando ao fim, a pandemia está aí a pleno pique e até agora não há sinais de renovação.

Conquista tem 156 leitos, 70 deles de Covid, a maioria mantido pelo governo estadual. Segundo a prefeita, a supressão dos leitos vai na contramão da

Porto Seguro dá vantagens

Com 95% da economia girando em torno da indústria do turismo, fortemente atingida na pandemia, Porto Seguro, a terra mater do Brasil, vê o espocar de queixas de todos os lados. Jânio Natal (PL), o prefeito, baixou decreto válido até o fim de julho dando descontos de até 100% de juros e multas e até 25% no principal.

Diz Jânio que o trade turístico está muito sofrido,

a **arrecadação** municipal caiu, mas o momento é de ajudar quem a produz.

Pemba no palanque

Essa quem conta é Roque Mendonça, leitor.

Em 1976, ano de eleições em Itapé. Eram candidatos a prefeito, realizando campanhas acirradas, Pio Sodré e José Mendonça, ambos pela antiga Arena.

O ponto alto da campanha eram os comícios, onde cada candidato queria ter a presença de mais eleitores que o outro. Os adeptos de Sodré só começavam suas atividades políticas após o local ser purificado por uma mãe de santo do seu grupo e assim organizaram um comício na praça principal, para animar o evento, contrataram uma das principais bandas de Itabuna (naquela época podia).

Pouco antes de o comício começar, alguém da oposição espalhou secretamente pó de giz branco por todo o palco.

Quando os oradores se prepararam para subir ao palco, a mãe de santo viu aquele mar de pó espalhado, abriu o grito:

- Espalharam pó de pomba pra acabar com a gente,
Seu Pio!

Todo mundo pulou do palanque , comício cancelado,
Pio esbravejando.

Assuntos e Palavras-Chave: SEPLAN - Secretaria do Planejamento - PIB - Produto Interno Bruto,Emprego | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Vacina | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

OPINIÃO

Os conteúdos assinados e publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opinioao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

opinioao@grupoatarde.com.br

COLUNA



O Carrasco

(MDB-PE), líder do governo Jair Bolsonaro (sem partido) no Congresso, pelo suposto recebimento de R\$ 10,4 milhões em propinas de empreiteiras entre 2012 e 2014, quando foi ministro de Integração Nacional da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). O filho dele, o deputado Fernando Bezerra Coelho Filho, também foi indiciado”, foi o que disse a CNN Brasil. É muito Coelho para uma cajadada só.

Meu padrinho Padre Cícero

O pau quebrou entre o ex-todo poderoso da ALBA, atual deputado federal Marcelo Nilo (PSB), e Cícero Monteiro, que ainda é tido como chefe de gabinete do governador Rui Costa. Ninguém entende como o inosso cidadão, pelo menos do ponto de vista de político e articulista, se mantém como apadrinhado mor do governador. A agenda de Rui, que chegava a deixar parlamentares e prefeitos por mais de cinco horas de espera, tende a piorar. É que agora alguma sumidade entendeu de botar o homem também na presidência do board de conselheiros da Embasa. Nesse novo cargo, Cícero teve seu salário, que não é pequeno, dobrado no governo. Quem teve a coragem de soltar o verbo foi Marcelo Nilo: “No governo Rui Costa tem uma pessoa chamada Cícero Monteiro, que só tem o voto dele, sonha em ser prefeito de Jacobina e não consegue nem viabilizar a candidatura”, vociferou Nilo, dizendo que, na bancada, o campeão de queixas dos parlamentares é o chefe de gabinete de Rui. “Será que o interesse dele na Embasa é porque é funcionário?”, provocou.

Pegou ar

Bem antes da moda do mandato eletivo compartilhado, o Carrasco já pensava nessa modalidade de compartilhamento redacional. Por isso que ninguém entende que um redator multidisciplinar como ele assina as informações que lhe são repassadas pelas dezenas de fontes que detém no Jornal A TARDE. Na semana passada tomou conhecimento de que as críticas feitas aqui andam incomodando uma certa promotora da área ambiental, tida por complicada por sempre ser alvejada por quEXAS de empresários e empreendedores que se dizem perseguidos pela atuação irresponsável, utilizando-se sempre do GAMBÁ, seu fedorento de estimação. O Carrasco não irá se intimidar e assim como disse Rodrigo Janot, quando tentaram lhe acuar, “enquanto houver bambu, vai ter flecha”.

Delação fake

Muito se noticiou na semana passada sobre uma possível delação da desembargadora Maria da Graça Osório Pimentel Leal, apenas pelo fato de que teria sido estranha a dispensa de todas as suas testemunhas de defesa arroladas na ação penal 940, a primeira decorrente da operação Faroeste. O advogado da magistrada, ferrenho crítico do instituto da delação, logo veio a público desmentido as notícias dadas pela mídia baiana. Não se desconhece a firme posição do defensor, até porque finalizou o caso que envolveu o ex-ministro Geddel Vieira Lima e seu irmão Lúcio, sem nem cogitar entregar seus colegas do então MDB. O que o Carrasco apurou, entretanto, é que alguns familiares de Graça pensam diferente do advogado e aventam a possibilidade de colaboração considerando que ela responde a outra ação penal também no STJ.

Fora IGH

Enquanto aqui os contratos do Instituto de Gestão e Humanização passam despercebidos e recheados de aditivos, em Minas Gerais a ação dos órgãos fiscalizadores fez o dever de casa e cancelou um contrato de quase R\$ 400 milhões. Após acumular uma dívida de R\$ 47 milhões, o IGH foi afastado da gestão do Hospital Municipal, do Centro Materno Infantil e das cinco Unidades de Pronto-Atendimento do município (UPAs) da cidade de Contagem, na região metropolitana de BH. Por aqui, a empresa segue garantindo vultosas quantias. Ao Carrasco, já chega a informação que logo-logo

estas mordomias do IGH chegam ao fim. Estamos de olho!

Urubu quando tá de azar...

A resenha que corre solta em Amargosa é o desespero e as atitudes do prefeito Júlio Pinheiro, que só fica a se lamentar da Covid, se queixa de prejuízos, de tudo e de todos. As lamentações do gestor já foram parar até na imprensa e como se já não bastassem as decisões autoritárias – muito criticadas na cidade, como o fechamento do comércio, o alcaide quer agora impedir a entrada e a saída do povo. Desesperançosos e cismados com o azarento do Júlio, tem gente já anda fazendo promessa para São Rosalvo!

Trairagem

Não tarda a chegar no Governo do Estado da Bahia o que já circula pelo baixo clero dos associados: os nomes dos líderes da “turma dos combustíveis”. Um deles, dizem que cospe no prato que come, pois tem negócios PRESOS a uma Secretaria. Costumam se reunir na calada da noite com deputado de oposição regado a vinhos caros e caviar, servido em CONCHA, para falarem mal do governo e conspirar com informações falsas sobre a cobrança do ICMS sobre os combustíveis. Assim, imputam ao Estado a responsabilidade pelo aumento abusivo dos preços nas bombas. Por último, depois de consumirem algumas garrafas, induziram um certo parlamentar a pagar mico, conforme divulgado nas redes sociais e até um certo pré-candidato ao governo. Lembrando que o Carrasco não é baú para guardar segredo!

Cadê o fardamento?

Pelas bandas de Feira de Santana, a Comissão de Educação da Câmara Municipal andou visitando algumas escolas do município. A busca era sobre informações sobre o fardamento escolar, ainda do ano passado. Não encontraram resposta e a pergunta ficou no ar.

Cadê a reforma?

Enquanto isso a Escola Municipal Margarida Brito de Oliveira, assim como outras, da ‘Princesinha do Sertão’, precisam com urgência de uma reforma, e a gestão municipal prefere investir no aluguel e reparo de uma propriedade privada próxima da unidade de educação citada, para onde os alunos vão ser realocados. É evidente que na ponta do lápis isso fica bem mais oneroso aos cofres públicos.

Mas só isso?

O time do deputado estadual Roberto Carlos, Juazeirense, já rendeu aos cofres do clube mais de 5 milhões de reais com as duas classificações de fases na Copa do Brasil. O parlamentar e presidente do clube prometeu construir um CT de “responso” na cidade. Embora o “bicho”, nome dado à premiação aos atletas, tenha sido baixo, a motivação na equipe continua. Na próxima, caso passe de fase mais uma vez, os atletas merecem mais um pouquinho.

Passou pano

Entusiasta da ida de Queiroga para o Ministério da Saúde, Fábio Vilas-Boas recentemente passou pano de leve para o amigo, ao dizer que o médico recebeu a missão de “conduzir da forma correta, científica e técnica, mas sem entrar em rota de colisão com o presidente” e tem feito o possível para conseguir vacinas, em escassez por “fruto de erros do passado”. Talvez fosse bom repetir a pergunta para Vilas-Boas, agora que Queiroga diz aguardar um “estudo” feito a pedido de Bolsonaro, sobre o uso de máscaras. Ao comemorar a nomeação do atual ministro, em março, o secretário disse: “Pense num cara gente boal”.

Nada contente

O vice-governador João Leão (PP) não está nada contente com o fato de o PT já ter

anunciado a pré-candidatura do senador Jaques Wagner ao governo da Bahia. O pepista cobra do PT uma “vezinha” e não esconde de ninguém sua vontade de ser o candidato da base aliada que dá sustentação ao governo petista há 14 anos. Recentemente, Rui realizou uma minirreforma no secretariado com o intuito de apaziguar os ânimos do PP, mas parece que nem isso deu vez.

Bateu, levou

O prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins (MDB), sentiu o peso da declaração de um governador de Estado, ao apontar que a cidade que ele administra vive na escuridão e com as ruas sujas, o que contribui para o aumento da criminalidade, responsabilidade que o gestor jogou toda na conta de Rui. Colbert gravou novo vídeo, mais sofisticado, explicativo. Bateu, mas também se defendeu. Negou que vá renunciar para disputar as eleições do ano que vem, como o governador acusou. Disse que fica até o final de 2024.

Lulo-calanguismo

O provável candidato do PDT à presidência do Brasil, Ciro Gomes, lançou mais uma de suas analogias para dar aquela cutucada no PT e no ex-presidente Lula, a quem serviu como ministro do Desenvolvimento Regional entre 2003 e 2006. Criador e propagador voraz do termo “lulopetismo”, Ciro usou o reino animal para ironizar a devoção de alguns petistas e a falta de autonomia dentro do partido, ao analisar a tensão no DEM com a divisão de parlamentares pró e contra Bolsonaro. Segundo o ex-governador do Ceará, em todos os partidos há discordância, exceto no PT, que é uma legenda de “calangos” – só sabem balançar a cabeça e concordar com Lula. “Não tem uma proposta, não tem uma ideia nova”, criticou. Não nos espantemos se na próxima entrevista Ciro não aposte em outro neologismo, e quem sabe não lance o “lulo-calanguismo”.

Assombrção

Um ex-vereador de Salvador, chegado em um sumiço repentino e peregrinar por dunas de areia, pode ter a vida sacudida logo-logo. Rumores de que o MP está de olho em algumas aventuras no seu gabinete da CMS e, para piorar, vai ter que pagar uma bolada em um processo trabalhista de um ex-assessor. O rapaz teria coagido o funcionário a fazer empréstimos no banco, usando contracheque e 13º como garantia. Como se não bastasse, parou de pagar as parcelas e o nome do antigo assessor ficou sujo na praça. Pelo visto, a prática já era hábito. Parece mentira, mas pode ser pior que assombrção...

Enquadrada

Não é birra, juramos! Sempre dissemos aqui que o Ministério Público é um dos órgãos mais respeitados do Brasil, mas assim como toda entidade sem autocrítica, tem cada vez mais exceções. É por isso que a enquadrada da semana vai para o procurador da República Fernando Zelada, que parece ter escolhido o prefeito Jânio Natal para Cristo. Genro de um dos maiores proprietários de terrenos na região de Trancoso e no entorno sul daquele balneário, Zelada pediu a abertura de um inquérito civil público para investigar se a casa do prefeito teria sido construída em área proibida. Ora, pois, como a morada de Jânio foi erguida desde 2005 – isso é fato público na cidade – e Zelada atua em Porto e Eunápolis desde 2008, ou a casa do prefeito é invisível ou o procurador era cego de 2008 até agora. O Carrasco está curioso para entender o que será narrado para só agora ter o MPF tomado conhecimento do fato. Há quem diga, por outro lado, que Moacir Andrade, o sogro milionário, estaria insatisfeito com o devido cumprimento das normas urbanísticas e ambientais em Porto Seguro. Em tempo: Zelada, junto com uma então servidora do IPHAN, já criou caso com bilionários que possuem mansões no litoral sul da cidade, mas isso é coisa para falarmos com calma.

ESPAÇO DO LEITOR

opinioao@grupoatarde.com.br

☞ Trigo transgênico não!

Sinceramente muito triste por correr o risco de não mais comer alimentos à base de trigo se a CTNBio liberar na próxima reunião, o trigo transgênico HB4. É um atentado à saúde pública e ao meio ambiente permitir a comercialização de trigo com glufosinato de amônio, classificado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como potencialmente cancerígeno, 15 vezes mais tóxico do que o herbicida comumente mais usado nas plan-

tações, e proibido na Europa e vários países. Já não temos a quem recorrer, seja por falta de apoio para deter a disseminação de Covid-19, seja por estarmos ingerindo alimentos caros e envenenados. **DANIEL MARQUES, DANIELMARQUESVGP@GMAIL.COM**

☞ Onde morar

Tenho me perguntado ultimamente onde seria o melhor lugar para morar na minha cidade do Salvador, Bahia. Topografia aci-

dentada, ruas esburacadas, passeios danificados, vias de mão única, sem áreas para veículos estacionarem, emaranhado de comércio e residências, misturado com escritórios e consultórios, tudo junto, sem planejamento algum. Os bares ocuparam as praias, na mesma areia em que antes colocávamos nossa cadeiras e guarda-sóis. Condomínios esparsos com guaritas monumentais, taxas altas e comodidades diversas. Insegurança geral, apesar dos cuidados. Casas

sendo demolidas em áreas pequenas e onde surgem prédios com quartos de área mínima e cozinhas dando para a porta de entrada. Novas tipologias habitacionais, importadas de outros países. Uma outra modalidade é morar fora da cidade, nas áreas vizinhas ao centro urbano, o antigo subúrbio. São muitas as alternativas, embora nenhuma delas me enche os olhos. Pensar e pensar até encontrar um bom lugar. **CRISTINA ARAUJO, TINA_VENTURA2005@YAHOO.COM.BR**



CRISE O problema é discutido na sala de situação do governo federal, criada com diversos órgãos

Ministério diz que setor de energia trabalha para evitar racionamento

SUPREMO

Coordenadora do PNI tem quebra de sigilo mantida

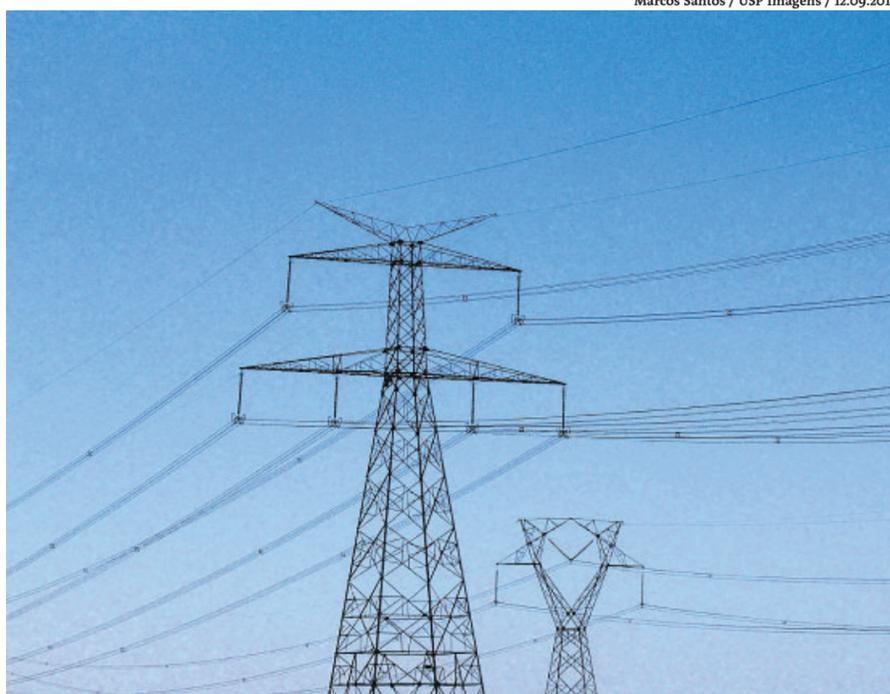
AGÊNCIA BRASIL E REDAÇÃO

O Ministério de Minas e Energia (MME) afirmou que as instituições do setor energético têm trabalhado “incessantemente” para garantir que não haja risco de racionamento de energia no país, por conta da crise hidrológica.

“As instituições do setor energético continuam trabalhando, incessantemente, para o provimento da segurança energética no ano que se deflagrou a pior hidrologia de toda a série histórica de 91 anos”, disse a pasta, em nota.

O problema também tem sido discutido na sala de situação do governo federal, criada para tratar da questão, com diversos órgãos da administração pública.

“Assim, com a atuação tempestiva de todos os envolvidos e considerando o quanto o setor elétrico brasileiro evoluiu, é que o governo federal, inclusive em coordenação com os entes federativos, vem explorando todas as medidas ao seu alcance que nos permitirão passar o período seco de 2021 sem impor aos brasileiros um programa de racionamento de energia elétrica”, afirmou a pasta. Segundo o Estadão, o



Redução no volume de chuvas tem afetado a geração de energia no Brasil

O governo prepara uma MP que abre a possibilidade de programa de racionamento

governo prepara uma medida provisória (MP) que abre a possibilidade de adoção de um programa de racionamento de energia no Brasil.

De acordo com a reportagem, a medida criaria um “programa de racionalização compulsória do consumo de energia elétrica, com

um comitê para adotar medidas de redução no consumo de energia, com poderes, inclusive, para determinar a diminuição da vazão de água nos reservatórios das principais bacias hidroelétricas do país”.

Ainda segundo o jornal, o programa prevê a possibilidade de adoção prioritária

da termoelectricidade com o aumento dos custos pagos pelo consumidor, por meio de taxas na conta de luz.

Na nota, o ministério não trata da possibilidade de edição de uma MP. A pasta informa ainda que as “medidas tempestivas ocorrem em razão da redução no volume de chuvas que tem afetado a geração de energia no Brasil”.

Especialistas criticaram o teor da Medida Provisória que, conforme a reportagem, abre caminho para a adoção de um racionamento de energia no país.

O ex-diretor da Aneel, Edvaldo Santana, afirmou que o governo precisa se organizar para o pior. “As incertezas podem ser reduzidas com ações também do lado da demanda, mas ou é uma medida compulsória ou é um simples programa de racionalização, que é voluntário. Não há um programa de ‘racionalização compulsória’, como imagina o governo”, disse ao Estadão.

A economista Elena Landau afirma que a MP não deixa claras as atribuições e responsabilidades do comitê. “O texto é vago, a governança é difusa. Um comitê de crise precisa de comando, como foi dado a Pedro Parente no racionamento de 2001”, afirmou.

AGÊNCIA BRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem um pedido liminar em mandado de segurança ajuizado pela coordenadora-geral do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde, Francieli Fontana Fantinato, contra a quebra de sigilos telefônico e telemático aprovada pela CPI da Covid.

Francieli alegou que o pedido de quebra de sigilo teria sido baseado em “ilações” e informações desprovidas de comprovação. Além disso, sustentou a servidora pública, ela sequer foi convocada como testemunha pela CPI para esclarecer fatos relativos às suas funções no ministério.

Moraes considerou que a quebra de sigilo está entre as atribuições legais da CPI e o requerimento teria sido formulado de maneira fundamentada, tendo sido aprovado seguindo os ritos legislativos estabelecidos.

O despacho do ministro segue a mesma linha de uma outra decisão, que também manteve as quebras de sigilos dos ex-ministros da Saúde Eduardo Pazuello, e das Relações Exteriores Ernesto Araújo; bem como da secretária do Ministério da Saúde Mayra Pinheiro.

LIGUE, ANUNCIE E VENDA!

O classificados do Jornal A TARDE tem as melhores vantagens para você!

Pague 4
Anuncie 5

Anuncie quatro dias e o quinto é por nossa conta

GARANTA A
Segunda

Anuncie sábado e domingo para ganhar 40% de desconto no anúncio de segunda

ANUNCIE 5
GANHE 2

Anuncie cinco dias e ganhe dois

LIGUE E ANUNCIE
3533.0855

Segunda a sexta das 8h às 18h (EXCETO FERIADOS)

Whatsapp: 99601-0039 / 98149-2081

Promoção não acumulativa e não válida para contratos e editais. Promoção válida até o dia 30.06.21

ENTREVISTA Arthur Maia, deputado federal (DEM)

NÃO ACREDITO NO ESTADO EMPRESÁRIO

OSVALDO LYRA

Relator da reforma administrativa em tramitação na Câmara Federal, o deputado baiano Arthur Maia (DEM) diz que “o Estado só deve atuar como empresário, como dono, onde não há a disposição do setor privado em atuar”. De acordo com ele, o desafio é construir uma nova legislação que permita unificar as 117 leis diferentes que existem hoje para regulamentar a situação do servidor público. “Isso não tem lógica”, diz, ao enfatizar que o “serviço público brasileiro realmente é de péssima qualidade”. O democrata afirma ainda ser defensor de uma terceira via na próxima eleição presidencial e que “essa polarização entre Lula e Bolsonaro é nociva para o Brasil”. Confira:

O senhor é defensor de reformas e votou favoravelmente à Medida Provisória que permite a privatização da Eletrobras. Como viu a aprovação da MP pela Câmara?

Eu realmente acredito em um Brasil menor e mais eficiente. Eu não posso conceber que a gente ainda tenha apenas uma pequena parcela do mercado de produção de energia na nossa mão, fato que não nos dá nenhuma segurança de que uma empresa estatal pode prover o Brasil de energia, como nos traz sempre uma empresa que é problemática e que não corresponde às expectativas, sobretudo da sociedade, de uma evolução no fornecimento de energia. Portanto, eu realmente não creio no Estado como empresário. O Estado só deve atuar como empresário, como donos de empresa, em setores onde não há a disposição do setor privado em atuar nesta área. Não é o caso da energia. Eu realmente fui a favor e votei a favor da privatização da Eletrobras, como votarei com certeza em outros momentos pela privatização de outras empresas estatais que só fazem sugar o dinheiro dos cofres públicos brasileiros, sem maiores benefícios para a nossa gente.

Foram feitas muitas mudanças na Medida Provisória, como a substituição das térmicas a óleo pelas térmicas a gás. Essas alterações, de modo geral, vão garantir a redução da tarifa de energia para o consumidor final?

Não tenho dúvida de que vai reduzir. Não há nenhuma possibilidade de o Estado produzir o que quer que seja em condições mais baratas do que o setor privado. Não existe no caso do Estado uma concorrência, não existe a preocupação com o lucro. Não existe, portanto, o desejo de se fazer melhor e mais barato. Em lugar nenhum do mundo você encontra o Estado atuando de maneira mais eficiente do que o setor privado. Não tenho dúvida de que nós estamos vivendo um momento importante para melhorar o Brasil como um todo. Nós estamos agora em uma nova fase, onde quase 30% da energia que se produz na Bahia é a energia eólica. Na verdade, 27% da energia eólica produzida no Brasil é na Bahia. Além disso, outros estados do Nordeste, como o Rio Grande do Norte, têm avançado muito na produção de energia limpa, a energia fotovoltaica, a chamada energia solar. Tanto uma como outra já têm contribuído

imensamente para a situação de regularização do nosso fornecimento em energia. Tanto é assim que nesse ano, por exemplo, apesar de estarmos vivendo uma situação crítica com nossos reservatórios, uma situação que se aproxima àquilo que aconteceu no governo de Fernando Henrique Cardoso, não se fala em racionamento. Não se fala em racionamento justamente por conta das empresas privadas que estão suprimindo essa situação. Enquanto isso, todas as empresas geridas pela Eletrobras ficaram paralisadas. Não ajudaria em absolutamente nada, não avançaria em absolutamente nada.

A MP sofreu resistência e críticas da oposição na Câmara. Qual a expectativa para a tramitação no Senado?

O Senado pode fazer modificação. Natural que faça. Agora, na Câmara, eu pessoalmente votei de acordo com aquilo que eu acredito. Um Estado menor, mais eficiente.

Temos como prever quais estatais poderão ser colocadas como prioridade para votação na Câmara a partir de agora?

Não, eu não posso falar isso porque depende do presidente da Câmara, não depende de mim. Mas a minha propensão, em regra, como já foi em outros momentos, é de votar pela privatização de setores em que haja a possibilidade de o setor privado fazer, e não o Estado.

A destinação de recursos para a revitalização do Rio São Francisco de alguma forma pode acabar influenciando no voto dos senadores baianos, já que há um movimento contrário à MP da Eletrobras no Senado?

Aí temos que perguntar aos senadores baianos. Melhor falar diretamente com eles, que podem saber sobre isso.

O senhor é relator da reforma administrativa, que era um projeto agudado pelo governo Bolsonaro. Qual a expectativa?

Essa reforma administrativa realmente precisa ser feita. Nós temos dois problemas cruciais na administração. Em primeiro lugar, regras que são completamente diferentes da iniciativa privada. É muito difícil a gente explicar que um trabalhador do setor público, um servidor público, tenha direitos tão diferentes e tão maiores do que os direitos de um trabalhador da iniciativa privada. Além disso, não é razoável que no Brasil nós tenhamos tantas regras para o servidor público. Para se ter ideia, hoje são 117 leis diferentes para regulamentar a situação do servidor público. Isso não tem lógica. É preciso que nós façamos primeiro uma aproximação, o máximo que for possível, das condições do servidor público às do trabalhador da iniciativa privada. De outro lado, uniformizar as regras do servidor público para que não sejam tão diferentes. Não podemos imaginar um empresário trabalhando com 117 CLTs diferentes. O setor público tem 117 leis diferentes.

O senhor já tem noção de como vai conduzir os trabalhos no comitê?

A minha ideia é, nessa semana que vem, junto com o presidente Fernando Monteiro e os técnicos



Marcelo Camargo / Ag. Brasil / 07.02.2018

Não há segurança de que empresa estatal pode prover o Brasil de energia

Não há dúvida de que esse momento de tensionamento não é bom para o país

que estão trabalhando conosco na comissão, fazeremos um levantamento de temas que precisam ser discutidos nas várias audiências públicas. Por exemplo: a estabilidade certamente precisa ser discutida no âmbito da comissão especial, a cláusula de desempenho, que é um tema muito preocupante para todos, como vai ser a cobrança do desempenho do funcionário público, que hoje não existe. Outra coisa é a situação referente ao que seja de fato carreiras típicas de Estado. Eu estou falando três aqui, mas eu poderia falar 30 temas que são importantes para esse debate e precisam ser discutidos na comissão. Cada comissão, cada audiência pública tratará de um tema específico. Nessas audiências públicas, tanto as pessoas que são a favor como as pessoas que são contra vão lá levar o seu ponto de vista, e isso é o que de fato fomentará o debate. Eu tenho dito que o serviço público brasileiro realmente é de péssima qualidade. Não importa se a gente está falando de saúde, educação, segurança pública. Ninguém está satisfeito com o serviço público no Brasil, ninguém. Você pergunta a uma pessoa comum o que é que ela acha de entrar numa repartição pública para tratar de qualquer assunto, a pessoa, em regra, vai dizer que não temos um bom atendimento no setor público. Me parece que o que está posto na PEC de estabelecer cláusulas de desempenho, de dizer que nem todos podem ter estabilidade, isso de fato precisa ser tratado. E, portanto, a pior das situações

é nós imaginarmos que o debate importantíssimo que nós temos que fazer para melhorar o serviço público seja taxado por alguns como um debate entre aqueles que são contra o funcionalismo e aqueles que são a favor do funcionalismo. Em regra, eu quero dizer que todos nós que estamos na comissão temos a obrigação de ser a favor do povo brasileiro. O serviço público não tem como finalidade o servidor, tem como finalidade a sociedade.

A ascensão do deputado Arthur Lira e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, distensionou a relação entre o Congresso e o Planalto. Como senhor avalia?

Eu acho que, de fato, são duas figuras muito melhores do que o Rodrigo Maia. No Senado, o Davi Alcolumbre, que antecedeu o Rodrigo Pacheco, foi uma bela figura, sempre trabalhou pela conciliação. Na Câmara dos Deputados, o Rodrigo Maia queria ser o protagonista do Brasil. Isso foi muito ruim para o país. Eu vou citar aqui um exemplo. Na reforma tributária, o Rodrigo Maia, ao invés de cumprir o papel dele como presidente, de indicar um relator, deixar a reforma seguir o seu curso de debate, como está acontecendo agora na reforma administrativa, queria ser o autor da reforma. Ele fez um projeto de reforma dele para botar lá no debate; queria indicar um relator não de acordo com os partidos, mas um relator dele, que pudesse fazer o relatório que ele quisesse. Ele queria influenciar nos debates econômicos mais do que o próprio ministro da Fazenda. Então, naturalmente, não dá para você ser presidente da Câmara, ministro da Fazenda, relator dos projetos mais importantes e querer tomar conta de todos os assuntos como se fosse a figura mais importante da República. Ele não é, definitivamente não é. Eu penso que o papel que está sendo hoje desempenhado pelo presidente Arthur Lira, no sentido de fazer com que a Casa ande, isso é muito mais importante, é muito melhor para o Brasil do que o que estava acontecendo antes.

A gente tem visto atos pró-Bolsonaro, como os que aconteceram com motociclistas. Como avalia o governo e como o presidente Bolsonaro vai chegar na

próxima eleição? Fortalecido ou fragilizado?

Não há dúvida de que esse momento de tanto tensionamento não é bom para o país. Em relação ao governo, é inegável que tem aspectos muito positivos. Quem olha mais de perto, por exemplo, o trabalho realizado pelo ministro Tarcísio Freitas na Infraestrutura, pela Tereza Cristina na Agricultura, pelo próprio Ministério das Minas e Energia, que está caminhando, como nós falamos no começo, nas privatizações. Não há dúvida que esse pessoal vem fazendo um grande governo. Agora na pandemia, foi essencial para o Brasil a performance do setor agrícola exportando muito. O Brasil é um país muito poderoso na produção de alimentos, mas não adianta produzir se não tiver uma grande capacidade de comércio internacional, botar esses nossos produtos nos mais diversos países do mundo. A Tereza foi fundamental para isso. E olhe que teve uma dificuldade adicional, que era o ex-chanceler brasileiro, que não ajudava muito. Agora entrou o novo, o Franco, que está sendo muito melhor ministro das Relações Exteriores. Tem alguns setores do governo que são muito caros, que eu acho muito bacana. Por outro lado, tem setores que eu não posso concordar – por exemplo, a condução do Pazuella em relação à vacinação foi muito ruim. Eu acho que o ministro Guedes tem feito um trabalho muito bom, eu me identifico muito com a pauta dele. Agora, claro que o governo perde muito tempo com futricas, com discursos que não levam a coisa nenhuma. Algumas falas do presidente que não ajudam nem a ele e nem ao Brasil. Então, eu acho que o Brasil vive essa dualidade entre o bom e o mau. Agora, por outro lado, essa polarização que se coloca para a eleição do ano que vem, entre Lula e Bolsonaro, em todos os aspectos, é uma polarização nociva para o Brasil, e que a mim, pessoalmente, preocupa muito.

Qual deverá ser o caminho do Democratas em 2022?

Buscar uma terceira via. O partido já tem feito isso. Nem Lula nem Bolsonaro se apresentam como grandes alternativas para o país, na nossa opinião. Então, o Democratas tem aí colocado a candidatura do Mandetta como uma

alternativa, pode convergir aí para outras possibilidades, mas tentaremos sim construir uma outra via que não sejam essas duas, que são muito extremas e que, ao meu ver, não ajudam o país.

Como enxerga a polarização entre ACM Neto e Jaques Wagner? Tem espaço para a construção de uma terceira via?

No momento que eu digo que nós do Democratas estamos tentando buscar uma terceira via, obviamente obrigará o Bolsonaro a também ter uma candidatura na Bahia, porque nós temos a candidatura do PT, que já está aí colocada. O PT tem o governo da Bahia, ganhou as últimas quatro eleições. Eu, pessoalmente, defendo que aqui no estado tenhamos acima de qualquer coisa um debate estadualizado. Portanto, em relação à Bahia, eu, por exemplo, não teria nenhuma dificuldade de ter um palanque aberto para o nosso candidato a governador. Mas eu de fato não sei se isso será possível. Na medida em que nós estamos vivendo no estado uma posição tão pró uma terceira via, não há como negar que é possível que exista também uma candidatura vinculada ao presidente Bolsonaro na Bahia. Isso não nos preocupa. Porque isso no mínimo levaria à eleição, que pode ser decidida no primeiro turno, para o segundo. Em um caso ou em outro, eu acredito que o governo do Estado vive uma situação de desgaste de material. Ninguém aqui aguenta mais o PT. Eu tenho andado com ACM Neto por toda a Bahia e o que eu vejo é uma esperança muito grande do povo baiano de que nós voltemos a ter uma discussão regional dos problemas do estado, mas que nós tenhamos sobretudo uma administração eficiente. O que aconteceu na Bahia nos últimos 14 anos é de se lamentar profundamente. A Bahia é o estado que tem a pior educação de todo o Brasil. E repare: o PT se diz um partido que quer ajudar os pobres. O PT produziu os menores índices de Ideb. O governador se rende ao corporativismo dos sindicatos e não permite que o aluno volte para a sala de aula. Tudo isso que está acontecendo na educação nós vimos também na segurança pública, que não dá segurança ao cidadão. Não temos uma obra importante de fato acontecendo na Bahia. Tem 14 anos que a gente vem falando sobre o negócio da ponte e isso não sai do papel. Nós temos visto na saúde os hospitais prestando um péssimo serviço, e as prefeituras em cada local no interior da Bahia se virando como podem. E, sobretudo, nós temos do nosso lado um candidato que reace a esperança da Bahia, de nós termos uma mudança da nossa realidade. ACM Neto, sem sombra de dúvidas, fez um dos melhores governos como prefeito da capital, e por isso mesmo aponta para o futuro como uma alternativa e como esperança de que isso também aconteça a nível estadual. Nós vamos ter no ano que vem, possivelmente, uma candidatura do passado, que não nos serve, contra um futuro que nós acreditamos. Portanto, eu realmente acredito na vitória das oposições na Bahia no ano que vem.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

INTERNET **Leia mais sobre finanças no portal A TARDE**

www.atarde.com.br/economia

economia@grupoatarde.com.br

LUÍSA CARVALHO*

Os produtos financeiros têm sido um dos principais destinos das reservas econômicas. De acordo com a pesquisa Raio-X do Investidor Brasileiro, realizada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) em parceria com o Datafolha entre as classes A, B e C, em 2020, 53% da população destinou dinheiro para opções de investimento. Houve aumento de 11% em relação a 2019.

A caderneta de poupança, que costuma estar entre as aplicações preferidas no país, perdeu espaço pela primeira vez nos últimos quatro anos, com queda de 8% comparado ao levantamento anterior. Na contramão, ações, fundos e títulos privados ganharam maior destaque no portfólio dos investidores.

Um dos principais motivos para a busca pela expansão do portfólio para além da poupança é a diminuição da Selic. A taxa básica de juros, que está desde maio definida em 3,5%, chegou ao seu menor patamar histórico, 2,0%, em outubro de 2020. Com o baixo valor, a poupança rende menos do que a inflação, gerando o que os especialistas chamam de perda real.

O economista Gustavo Casseb Pessoti, vice-presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA), explica que, diante do atual cenário, os dados da Anbima refletem um movimento natural. “Quando as aplicações não resguardam o poder aquisitivo da população nem mesmo contra as correções monetárias da inflação, elas vão evidentemente registrar mais saídas do que entradas. Muitas pessoas começaram a sacar dinheiro da poupança para fazer, inclusive, outros investimentos”, afirma.

Marcelo Billi, superintendente de comunicação, certificação e educação de investidores da Anbima, observa que aumentou entre as pessoas a compreensão de que escolher pela alta liquidez, geralmente, indica abrir mão de uma rentabilidade maior, a não ser que se opte por uma operação mais arriscada.

“As pessoas viram que a rentabilidade estava reduzida na conta bancária ou nas suas contas de investimento e isso começou a gerar um desconforto. Então partiram das aplicações mais conservadoras para as mais arriscadas e sofisticadas. Isso já vinha acontecendo, mas se intensificou bastante em 2020”.

O arquiteto Sérgio Ferreira é um desses investidores. Ele abriu mão completamente da poupança e partiu para outros ativos. “Minha intenção de buscar outras categorias de investimento passa pela observação de ver uma estagnação do rendimento”, diz Sérgio, que hoje

FINANÇAS Mais de 50% da população brasileira aplicou em investimentos no ano passado; ações, fundos e títulos privados foram destaque nos portfólios

Número de investidores cresce 11% na pandemia



Bruno Aziz



Anbima / Divulgação

“As pessoas partiram para as aplicações mais arriscadas”

MARCELO BILLI, sup. da Anbima

investe em CDB e CDI, preferindo sempre o resgate a curto prazo por conta da liquidez. O arquiteto afirma que pretende futuramente arriscar um pouco mais em outros investimentos a médio e longo prazo. “Estou criando coragem”, relata.

Uma economia maior O distanciamento social teve um impacto significativo sobre a maneira como os brasileiros têm economizado dinheiro durante a pandemia. Cerca de 2,5 milhões de pessoas, 7% da população,

afirma ter guardado dinheiro por não ter onde gastar, de acordo com a Anbima.

Entre as classes A e B houve um movimento de “poupança forçada”. “A maior demanda pelos produtos financeiros também vem do fato das pessoas não terem conseguido gastar. Houve um excesso de poupança e elas alocaram isso para investimentos”, afirma Marcelo. O mesmo não aconteceu na classe C. Durante o isolamento, as classes mais altas, que não sofreram tanto com as consequências eco-



Andréia Rosa / Divulgação

“Boa parte da renda (da classe C) está sendo para suprir o cotidiano”

ALEX GAMA, prof. da Unifacs

nômicas, também tiveram mais tempo para se informar sobre os diferentes produtos, o que reflete no aumento do conhecimento espontâneo sobre eles.

Gustavo acredita que a entrada dos jovens no mercado financeiro também justifica o maior interesse por outras aplicações, além da poupança. “Eles costumam ser mais arrojados nos investimentos. Há uma mudança no perfil do investidor a partir disso”, explica o vice-presidente do Corecon.

A contadora Patrícia An-

drade conta que foi estimulada pelos filhos a buscar mais conhecimento sobre o assunto. “Essa nova geração está dando um show na minha geração, por exemplo, em educação financeira. Eles compram, vendem, negociam com muita facilidade e estão bem atentos às oscilações deste mercado”.

Hoje, ela aplica no mercado de ações e na previdência privada, mas ainda não abre mão da caderneta. Patrícia prefere a diversificação. Gustavo afirma que esse deve ser um dos obje-

tivos dos investidores e observa que o interesse em diversificar o portfólio também tem crescido.

De acordo com o Raio-X do Investidor Brasileiro, enquanto a poupança cai, títulos privados e fundos crescem em 3%. Cerca de cinco milhões de pessoas utilizam cada um deles. Se destacam também as ações. Marcelo Billi explica que elas costumam ser buscadas com mais frequência por investidores que desejam se arriscar por serem bastante populares. “É um movimento natural. Elas estão no noticiário recorrentemente, mesmo quem não investe conhece”, diz o especialista.

Já os títulos privados, como CDB, debêntures, LCI e LCA, são mais procurados por aqueles de perfil conservador que desejam recompor a inflação. Os fundos, formados pelo união de vários investidores, variam, principalmente, entre Fundos de Renda Fixa, de Ações, Multimercado e Cambiais, para Marcelo, têm o benefício de “entregar para o investidor a possibilidade de pagar alguém para fazer a gestão e conseguir acessar mercados que as pessoas comumente não iriam acessar sozinhas”.

Cresce a desigualdade

Enquanto as classes A e B escolheram os produtos financeiros para destinar suas economias, na classe C a preferência pelas aplicações ficou estagnada em cerca de 12%. A discrepância entre os diferentes níveis tem sido significativa durante a pandemia. “Nas pesquisas anteriores, a gente conseguia contar uma história só para as três classes. Mas os embates econômicos que a pandemia trouxe fizeram esses movimentos se divergirem muito. Enquanto, antes, as classes iam devagar mas numa mesma direção, em 2020, o que a gente viu foi o contrário”, afirma o superintendente da Anbima.

A classe C estava menos preparada financeiramente para o atual momento. “Boa parte da renda das pessoas está sendo para suprir o cotidiano, alimentação, transporte. Gera pouca capacidade de reversão para o mercado financeiro”, diz Alex Gama, professor do curso de Economia na Universidade Salvador (Unifacs).

A pesquisa da Anbima incluiu as classes A, B e C, que somam cerca de 107 milhões de brasileiros, mas não considera as classes D e E. No atual cenário econômico, com mais dificuldades impostas pela pandemia, é improvável que elas consigam investir. “São muitas as limitações, por isso com essas classes é importante focar em outros conceitos. As conversas precisam ser sobre suporte, auxílio e política social”, afirma o superintendente da entidade.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA CASSANDRA BARTELO

Cota para empregados com deficiência ou reabilitados



Direito do trabalho Jairo Ramos Sento-Sé

Advogado. Mestrando em Direito Público pela Ufba. Pós-graduando em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Baiana de Direito. Professor de Direito do Trabalho do Brasil Jurídico direitodotrabalho@grupoatarde.com.br

Acabei de criar uma empresa e gostaria de saber sobre a cota de vagas para pessoas com deficiência. Como fun-

cionaria? Eu sou obrigada a contratar empregados deficientes mesmo? Se eu demitir um empregado deficiente, eu preciso contratar outro para ocupar seu lugar? MARIA

Resposta: A resposta para sua pergunta é: depende do número de empregados que sua empresa tiver.

Primeiro ponto. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com empregados como deficiência ou

reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei 8.213/1991. A proporção é a seguinte: de 100 a 200 empregados, 2%; de 201 a 500, 3%; de 501 a 1.000, 4%; e de 1.001 em diante, 5%.

Dessa forma, você precisa verificar a quantidade de empregados da sua empresa. Se tiver 100 (cem) ou mais empregados, terá de cumprir a cota de vagas para pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social.

Segundo ponto. A dispensa imotivada de empregado com deficiência ou reabilitado da Previdência Social

somente poderá ocorrer após a contratação de outro trabalhador na mesma condição (ou seja, empregado com deficiência ou reabilitado da Previdência Social), de acordo com o art. 93, parágrafo primeiro, da Lei 8.213/1991.

Desse modo, antes de dispensar o empregado deficiente ou reabilitado, a empresa precisa contratar outro trabalhador com deficiência ou reabilitado. Se a empresa dispensa o empregado deficiente e não contrata ninguém na mesma condição para reposição, o empregado

pode entrar na Justiça do Trabalho, pleiteando a nulidade da dispensa e a reintegração imediata ao emprego, sob pena de multa diária (astreintes).

Terceiro ponto. A discussão que existe no Tribunal trabalhista é a seguinte: a empresa contrata além da cota prevista no mencionado art. 93, ou seja, a empresa contrata mais pessoas com deficiência/reabilitadas do que é obrigada. Nesse caso, se a empresa dispensa o empregado deficiente sem contratar outro empregado nas mesmas condições, a em-

presa também estaria obrigada a reintegrar esse empregado?

O Tribunal Superior do Trabalho entendeu que não, ou seja, se a empresa tiver além da cota prevista no referido art. 93, ela pode dispensar o empregado deficiente/reabilitado e não precisa contratar outro nas mesmas condições.

A conclusão é: mantida a cota mínima de contratação de empregados com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, a dispensa de um dos cotistas não exige reposição imediata.

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

300 milhões de toneladas: o desafio

O 9º levantamento da safra de grãos 2020/21 será menor em cerca de 9 milhões de toneladas. A Conab informou nesta semana passada que a previsão de 271 milhões de toneladas caiu para 262 milhões.

E a queda é no milho. Essa informação é muito ruim para tudo onde o milho participa ao longo da cadeia produtiva. Os criadores de animais, ovos, leite, ração e trará impactos na inflação. Além do Brasil os Estados Unidos também terão diminuição da colheita de milho em torno de 10 milhões de

toneladas.

Na soja crescemos, serão 135 milhões de toneladas, somos os maiores do mundo, também teremos um pouco mais de trigo com previsão de 7 milhões de toneladas e nos demais grãos praticamente uma repetição de safras anteriores.

Então aí vem a pergunta: “não estaria na hora de um planejamento estratégico objetivando na safra 2021/22 objetivarmos a casa de 300 milhões de toneladas de grãos?”. Impossível eu ouço. Porém aprendi que sempre que alguém me diz ser algo

impossível mais eu creio na sua total possibilidade.

Se considerarmos este período da pandemia como uma das maiores crises dos últimos 120 anos ao lado das duas guerras mundiais, da gripe espanhola e da crise

econômica de 1929, deveríamos liderar este momento como num grande esforço de guerra.

Alimento passa a valer ouro no mundo, a demanda fica aquecida e podemos vender alimentos para o

mundo em maior quantidade e além disso aumentar a segurança alimentar do povo brasileiro. Seriam 38 milhões de toneladas a mais além desta safra que colhemos agora. Mais milho, sorgo, trigo, arroz, feijão, culturas de inverno no sul do país, sem esquecer da nobre mandioca nacional.

Temos conhecimento agrônomo para aumentar a produtividade onde já plantamos e o fazemos com deficiência, e temos cerca de 90 milhões de terras agricultáveis de pastagem degradada para a agricultura,

sem necessidade de cortar uma árvore sequer.

O que faltaria? Planejamento, articulação de todos os ministérios, reunião das confederações nacionais empresariais, associações e cooperativas. Recursos de fundos, investimentos internacionais e nacionais, armazenagem, seguro, e a chave de tudo isso: liderança.

300 milhões de toneladas a meta de uma nova safra que traga riqueza e dignidade para o abastecimento interno do país. Não é impossível. Só depende de nós.

Temos conhecimento agrônomo para aumentar a produtividade

A meta é de uma nova safra que traga riqueza e dignidade

FÁBIO BITTENCOURT

Frutos nativos da caatinga, o umbu e o maracujá-do-mato – antes vendidos in natura e sem nenhum valor agregado em feiras livres, quando não ficavam perdidos na terra – geram hoje renda para 270 pequenos produtores do semiárido baiano, vinculados à Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Cooperuc).

De sabor marcante, as frutas são os principais ingredientes de doces cremosos e em barra, geleias, compotas, polpas e cervejas artesanais, agora comercializadas em latas de 473 ml – tudo sob a marca Gravetero. De alta qualidade, os produtos já são embarcados para países como França e Alemanha. Os próximos destinos devem ser Estados Unidos, Polônia e Espanha.

Em Salvador, os itens podem ser encontrados em empórios e casas especializadas, além de plataformas de comércio justo, como Rede Moinho, Quindins da Bahia, Cesol (Centro Público de Economia Solidária, nos Mares); Mercado Orgânico de Produtos Saudáveis (no Salvador Shopping), Bolo das Meninas, Solange Biscoitos Finos, portal da startup Escoaf e lojas de Perini.

A Cooperuc conta com apoio do governo do estado por meio dos projetos Bahia Produtiva e Pró-Semiárido, ambos geridos pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) desde 2015. Nos últimos seis anos, R\$ 4 milhões foram investidos na construção de uma usina de beneficiamento das frutas na região.

Com a implantação da agroindústria, a produção, que era de 200 toneladas ao ano, teve a capacidade ampliada para 800 t/ano. Em 2020, o faturamento da Cooperuc foi de R\$ 3 milhões, e a expectativa para este ano é de um aumento de 25% nas vendas, afirma a presidente Denise Cardoso.

A cooperativa foi criada em 2004, sem nenhum tipo de financiamento externo.

“A parceria com o governo do estado já existe há bastante tempo, mas a maioria dos trabalhos sempre foi pautado na produção. Como o Bahia Produtiva e Pró-Semiárido os ganhos são muito grandes, pois eles são focados na gestão e comercialização. Já temos uma agricultura familiar forte, precisamos profissionalizar a organização e conquistar mercados”, fala Denise.

SEMIÁRIDO Umbu e maracujá são ingredientes para doces, geleias, compotas, polpas e até cervejas, criando riqueza para famílias de agricultores cooperados

Produtos à base de frutas da caatinga geram renda



Carla Ornelas / SDR-Gov-BA / 15.9.2020

Denise Cardoso preside a Cooperuc

Divulgação / 11.12.2020



Doces já são exportados para França e Alemanha

Marcilio Cerqueira / SDR-Gov-BA / 9.6.2021



Cerveja artesanal de umbu, agora em lata de 473 ml

rada, ações da Cooperuc mais as políticas públicas “mudaram muita coisa na região”. “O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) garante que 30% dos recursos sejam destinados à compra de itens da agricultura familiar, e as crianças estão se alimentando com produtos mais saudáveis. Hoje, temos acesso à água, energia, novas estradas”.

Diretor-presidente da CAR, o agrônomo Wilson Dias explica que em oito anos (até 2022) o Bahia Produtiva e o Pró-Semiárido terão investido no estado um total de US\$ 355 milhões, entre obras de infraestrutura (mercados, feiras, pontes, barragens, água para produção, consumo, irrigação) bem como na capacitação e apoio a cooperativas, visando a geração de riqueza.

Os projetos são financiados também pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) e o Banco Interamericano Desenvolvimento (BID). Segundo Dias, pelo potencial de transformação social de regiões, as cooperativas agrícolas são as meninas dos olhos dos dois programas.

Faturamento

Na Bahia são 473 as contempladas. A maioria faturando uma média de R\$ 3 milhões ao ano; 53 encontram-se em estágio “avançado” de maturação – a maior delas com uma receita anual bruta de R\$ 20 milhões.

Em alguns casos, a renda média mensal por família gira em torno de R\$ 5 mil.

Wilson Dias destaca os trabalhos desenvolvidos pelas cooperativas de Capim Grosso e Sobradinho, que produzem e beneficiam licuri e acerola orgânica verde, respectivamente. O óleo de licuri produzido na região é vendido hoje para a multinacional de cosméticos L’Occitane, e a pasta grossa de acerola é destinada à indústria farmacêutica, que a transforma em ácido ascórbico (para vitamina C).

Ele explica que existe uma “aliança produtiva das cooperativas com o empresário do setor privado, que adquire a produção em condições diferenciadas”. “Antigamente, as catadeiras de licuri vendiam o fruto nas feiras livres por R\$ 0,50 o quilo. Para a L’Occitane sai a R\$ 8. É uma relação de ganha-ganha. O preço é justo, o prazo compatível. O empresário não quer mais associar a marca à exploração. Vale para o café, o cacau, o morango da Chapada Diamantina”.

COMPETIÇÃO
Torneio visa identificar e apoiar negócios inovadores

Estão abertas as inscrições da Copa do Mundo de Empreendedorismo



Rubinger, CEO da Tix, startup focada em acessibilidade

Divulgação

FÁBIO BITTENCOURT

Estão abertas até 27 de junho as inscrições para a terceira edição da Copa do Mundo de Empreendedorismo (Entrepreneurship World Cup, em inglês). O torneio tem o objetivo de identificar e apoiar negócios inovadores – em diferentes áreas de atuação e estágio de desenvolvimento – e vai distribuir até US\$ 1,75 milhão em prêmios, entre dinheiro, oportunidades de investimento e outras vantagens.

Aqui no Brasil, pela primeira vez, a competição será organizada pela Rede+, grupo com foco em inovação corporativa e aceleração de startups, baseada em Salvador. De acordo com o CEO, Rodrigo Paolilo, a Rede+ tem “o propósito de ajudar o mundo através do empreendedorismo inovador, contribuindo tanto com organizações mais maduras no processo de reinvenção, e também startups, formando, investindo e mentorando”.

“O evento busca incentivar empreendedores inovadores em todo o mundo, são mais de 200 países participantes. A ideia é dar visi-

bilidade, formação, conexão, benefícios e investimento para negócios em diferentes estágios no mundo inteiro, conectando em uma rede global”, conta Paolilo.

“Qualquer negócio inovador, de diferentes estágios, pode participar. Desde quem está na fase saindo da ideia para a operação. Para quem já está operando, ou crescendo bem. Os prêmios e a competição são divididos por esses estágios. E a gente avalia esse potencial para fazer a seletiva nacional primeiro, em julho. E aí, em outubro, a gente vai levar as melhores do Brasil para competir no cenário global, em um evento que vai acontecer na Arábia Saudita, em novembro”, fala o CEO.

A expectativa é de até 300 inscrições. Entre 10 e 12 participantes vão à seletiva nacional, e três devem ir à etapa final, ele detalha. “Vamos avaliar produto, solução, a capacidade de inovação, crescimento, time, potencial de impacto e previsibilidade de receita, de ganhos. É diferenciação e capacidade de se colocar à prova em um mercado global”, diz.

O empreendedor na área

“Inovar é usar a criatividade para gerar riqueza, que gera resultado”

TAUAN REIS, do Sebrae Bahia



Dário G. Neto / ASN BA / 10.2.2021

“Vamos avaliar produto, solução, a capacidade de inovação”

RODRIGO PAOLILLO, CEO da Rede+



Divulgação

de impacto social José Rubinger foi um dos vencedores da etapa final da edição 2020 da Copa do Mundo de Empreendedorismo. Ele é fundador da mineira Tix Tecnologia Assistida, que desenvolve ferramentas de comunicação alternativa e estímulo cognitivo para pes-

soas com deficiência.

O carro-chefe é um teclado inteligente multifuncional. Tem ainda um software que permite a criação de atividades psicomotoras com finalidades pedagógicas ou terapêuticas. As soluções (ou kits) estão em mais de 400 escolas brasileiras e 150

centros de reabilitação.

Criada em 2009, desde 2018 a startup está internacionalizada e atua hoje nos Estados Unidos, Chile, Emirados Árabes e faz plano de entrar no Canadá. Rubinger, 50, conta que a empresa está na fase de “crescimento”.

“Não nascemos startup, mas com o intuito de ajudar cegos a pegarem ônibus. Só entre 2012 e 2013, após ganharmos prêmio em inovação do Financiadora de Estudos e Projetos, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (Finep), foi que abriu-se uma perspectiva”, disse, de Abu Dhabi.

Geração de riqueza

Para o coordenador de Negócios Inovadores do Sebrae Bahia, Tauan Reis, desafios de aceleração, maratonas e outras ações na área têm o objetivo de “fomentar a cultura da inovação”. “Inovar é usar a criatividade para gerar riqueza, que traduzida gera resultado. Por meio de produto, serviço, processo”.

Foi a conquista de uma bolsa de iniciação científica em 2018 que levou o engenheiro da computação em formação o baiano William Rocha,

30, a apostar na ideia de drones e câmeras com reconhecimento facial, até chegar a uma inteligência artificial.

Nasce então a startup Colmeia Visão Computacional, atualmente na fase “pré-operacional, construindo o MVP (sigla de mínimo produto viável)”, diz.

Especialista em tecnologias de reciclagem, o fundador e líder da GreenPlat, Chicho Souza, é vencedor da etapa 2020 da Copa do Mundo de Empreendedorismo no Brasil, e outros 25 prêmios nacionais e internacionais. A startup desenvolve software de arquitetura que abrange a cadeia produtiva, da extração da matéria-prima à destinação final.

Com o sistema, empresas de qualquer segmento podem realizar o controle de produção, rastreamento de transporte, descarte de resíduos e logística reversa, com dados em tempo real.

“As competições servem como validações e trazem maior exposição, ajudando na conquista de novos clientes, expansão e busca por investimentos. Uma competição deste nível, também gera credibilidade”, fala.



PLATAFORMA VERDE
Digitalizando o Brasil

Souza é executivo da startup GreenPlat



Rocha é CEO da Colmeia Visão Computacional

Racionamento de energia obrigatório já é tema de MP

CRISE HÍDRICA O governo tem nas mãos uma medida provisória que cria condições para adoção de um racionamento de energia. O jornal O Estado de São Paulo teve acesso a documentos internos que revelam a intenção de criar um comitê de crise que terá o poder de adotar medidas como a redução obrigatória do consumo e a contratação emergencial de termoeletricas – mesmas medidas adotadas em 2001, quando a população e as empresas foram obrigadas a diminuir a carga em 20% para evitar o apagão.

Publicamente, sempre que questionado, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, tem negado o risco de um racionamento.

A MP propõe a formação de um grupo que poderá mudar a vazão de hidrelétricas de forma imediata, sem aval de outros órgãos e de estados e municípios. Os custos das medidas serão pagos pelo consumidor, por meio de taxas na conta de luz. O texto está sendo

A minuta do texto da Medida Provisória aponta que os custos das ações contra o apagão serão pagos pelo consumidor, por meio de taxas na conta de luz

analisado em meio à pior crise hidrológica que o Brasil viveu nos últimos 91 anos, sem perspectiva de chuvas nos próximos meses.

“Diante do contexto crítico e excepcional que o País vivencia, para garantir a efetividade das deliberações desse colegiado, com a tempestividade necessária, torna-se premente que essas se tornem excepcionais e temporariamente determinativas, podendo prever, inclusive, o estabelecimento de programa prioritário de termoeletricidade e de programa de racionalização compulsória do consumo de energia elétrica”, diz a minuta.

O último racionamento de energia vigorou entre 1º de julho de 2001 e 19 de fevereiro de 2002. Quem não cumpriria a meta pagava um adicional na conta de luz que variava de 50% a 200% e podia até mesmo ter a energia cortada como forma de punição. A minuta da MP em análise agora pelo governo não faz referência a incentivos para quem economizar

além da meta a ser determinada, como ocorreu no passado, nem define qual seria o alvo.

Com o racionamento, as indústrias também tiveram de reduzir a produção, e o Produto Interno Bruto (PIB), que havia crescido 4,4% em 2000, desacelerou para 1,4% em 2001. Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que o apagão de 2001 causou perdas de R\$ 45,2 bilhões, pagas em sua maioria pelo consumidor, que teve de arcar com reajustes elevados nos anos seguintes.

A exemplo do que foi feito em situações de escassez hídrica que ocorreram no passado, a minuta da MP prevê que os prejuízos a geradores que tiveram de produzir menos energia por causa de determinações impostas pelo governo serão pagos pelo consumidor. Os custos para evitar o apagão serão cobertos por meio de uma taxa – Encargos de Serviço do Sistema (ESS) – embutida na conta de luz de todos os consumidores.

GÁS DE COZINHA FICA MAIS CARO A PARTIR DE HOJE

R\$ 3,40 O QUILO A Petrobras começa a aplicar hoje o reajuste de 5,9% no preço do gás de cozinha – anunciado na última sexta-feira (11). Com isso, na porta das distribuidoras, o produto vai encarecer R\$ 0,19 por quilo, saltando para R\$ 3,40 o quilo. Também na sexta, a estatal anunciou uma redução de 2% no valor da gasolina cobrada nas refinarias. Esse reajuste começou ser aplicado no sábado (12). Não foi anunciada nenhuma alteração nos preços cobrados pelo óleo diesel. Não é certo que o reajuste chegue até o consumidor final, uma vez que distribuidoras e postos têm liberdade para definir seus próprios preços.

TURISMO ESPACIAL

28M

de dólares é o valor do lance vencedor do leilão de vaga para uma viagem espacial ao lado de Jeff Bezos, dono da Amazon e apontando como o homem mais rico do mundo. O leilão foi encerrado sete minutos após abertura e a identidade do vencedor não foi divulgada. O voo, totalmente automatizado, será o primeiro da empresa Blue Origin com humanos a bordo e está marcado para 20 de julho. As informações são do G1.

Montadoras focam em SUVs e abandonam carros populares

AUTOMÓVEIS Eles já contribuíram com mais da metade das vendas de automóveis no País. Agora, carros de entrada, antes chamados de populares, estão sendo deixados de lado pelas próprias fabricantes. O foco das montadoras agora são os utilitários-esportivos (SUVs), que passaram a ser prioridade de nos investimentos em busca de maior margem de lucro nas vendas.

Carro popular, na concepção em que foi criado, não

existe mais há algum tempo e há quem aposte, até entre executivos das montadoras, que a categoria de entrada vai desaparecer pois não há lançamentos previstos nessa faixa.

No início do ano havia sete carros de entrada em produção. Agora são quatro, e o viés é de baixa. Já saíram de linha Ford Ka, Volkswagen up! e Toyota Etios. Há informações, não confirmadas, de que no fim do ano o Fiat Uno deixará o mercado e,

em 2023, o Volkswagen Gol.

“Todo mundo está querendo pular fora desse segmento e procurando vender carros que dão mais rentabilidade”, diz Paulo Cardamone, da Bright Consulting.

Há dez anos, a participação dos SUVs nas vendas de automóveis e comerciais leves era de 7%. Nos cinco meses de 2021 está em 31% e tende a passar os hatches no curtíssimo prazo. A maioria dos utilitários custa a partir de R\$ 90 mil.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUBARA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 040/2021 A Prefeitura Municipal de Saubara torna público que abriu Licitação na modalidade PE. 040/2021 cujo objeto é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de mecânica e elétrica nos veículos leves e pesados das secretarias e departamento de obras e serviços públicos deste município, no dia 30 de junho de 2021, às 10h00min (dez horas). Edital e Anexos disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br – Prefeitura Municipal de Saubara, situada na Rua Ananias Regalado, nº 04, Centro, 44-220-000, Saubara – Bahia. Matrícula informacional nº 19113088-0003, ou através do e-mail copel@saubara@gmail.com. Este Certame ocorrerá através do site www.licitacoes-e.com.br, código BB nº 871434. Saubara, 11/06/2021 – Wellington Araújo Pimenta – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2021 O Município de Monte Santo no Estado de Bahia, torna público, para conhecimento dos interessados, a publicação de Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL de nº 034/2021, cujo objeto é o fornecimento de água mineral, vasilhame, fardo com unidades, para suprir o consumo diário das unidades de saúde do Município. A abertura dos envelopes e a disputa acontecerá no dia 24/06/2021, às 08h30min. Os interessados poderão adquirir o Edital, na sede da Prefeitura Municipal de Monte Santo, na Praça Professor Salgado, nº 200, Bairro Centro, no horário das 08h30min de segunda-feira a sexta-feira, mais informações através do e-mail: copel@montesanto.ba.gov.br ou pelo telefone: (75) 3441-8781. Monte Santo – Bahia, 11 de junho de 2021, Danilo Rabello Costa – Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2021/SRP O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA realizará licitação em 30/06/2021 às 11h00min, Local Site: www.licitacoes-e.com.br Nº 877594 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2021/SRP Objeto: Seleção de proposta para contratação de empresa para aquisição de óleos lubrificantes, hidráulicos, fluidos para atender as demandas da frota dos veículos das secretarias do Município de Salinas da Margarida, através do Sistema de Registro de Preços, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos. O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência (www.salinasdamargarida.ba.gov.br e no www.licitacoes-e.com.br). Informações podem ser obtidas pelo e-mail salinaslicitacao@gmail.com ou pelo Tel. (75) 3659-1061. Salinas da Margarida, 11 de junho de 2021, Roberto Eugenio O. Travassos – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO
CNPJ N: 14.105.704/0001-33
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13-2021
A CPL da Prefeitura Municipal de Brumado, realizará licitação dia 28/06/2021, às 09:00hs (nove horas), em sua sede, para atender despesa com contratação de empresa especializada em telefonia e com vistas à prestação de serviço móvel pessoal (SMP) pós-pago, bem como com aquisição de smartphones e modems destinados à SEMAD, SMTT, SESAU, SESOC e SEMEC. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição no endereço eletrônico <https://sai.io.org/brba/brumado/Site/Licitacoes> e na sede da Prefeitura Municipal de Brumado, situada na Praça Coronel Zeza Leite, nº 415, Centro, Brumado/BA, Sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL. Divulgação dos outros atos Diário Oficial <https://sai.io.org/brba/brumado/Site/DiarioOficial>. Darlene Lima dos Santos – Pregoeira Substituta – Tel (77) 3441-8781. O Edital pode ser solicitado, ainda, através do e-mail: semad.licitacao@brumado.ba.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2021/SRP O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA realizará licitação em 30/06/2021 às 8h30min, Local Site: www.licitacoes-e.com.br. Nº 877774 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2021/SRP Objeto: Lavatório para higienização de mãos portátil para atender às necessidades das Secretarias Municipais de Assistência Social e de Educação do Município de Salinas da Margarida-BA, conforme especificações contidas no edital e termo de referência. O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência (www.salinasdamargarida.ba.gov.br e no www.licitacoes-e.com.br). Informações podem ser obtidas pelo e-mail salinaslicitacao@gmail.com ou pelo Tel. (75) 3659-1061. Salinas da Margarida, 11 de junho de 2021, Patrícia Andrade Fonseca – Pregoeira.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 14-2021
A CPL da Prefeitura Municipal de Brumado, realizará licitação dia 28/06/2021, às 09:00hs (nove horas), em sua sede, visando o REGISTRO DE PREÇOS para Atender despesa com aquisição de gêneros alimentícios para as famílias cadastradas no Programa Avante Sertanejo – PAS, para futuras contratações, de acordo com a conveniência e necessidade da administração pública municipal. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição no endereço eletrônico <https://sai.io.org/brba/brumado/Site/Licitacoes> e na sede da Prefeitura Municipal de Brumado, situada na Praça Coronel Zeza Leite, nº 415, Centro, Brumado/BA, Sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL. Divulgação dos outros atos Diário Oficial <https://sai.io.org/brba/brumado/Site/DiarioOficial>. Darlene Lima dos Santos – Pregoeira Substituta – Tel (77) 3441-8781. O Edital pode ser solicitado, ainda, através do e-mail: semad.licitacao@brumado.ba.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
AVISO DE ALTERAÇÃO DA DATA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1036/2021 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇO HEMODINÂMICO, para atender a demanda da alta e média complexidade – HMTF, de responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Teixeira de Freitas. A Comissão Permanente de Licitação – COPEL, do município de Teixeira de Freitas, torna público para conhecimento das empresas interessadas em participar do Edital de Licitação da Pregão Presencial nº 081-2021, em que razão dos ajustes de datas e prazos legais, resolve alterar a data da abertura do certame, que deverá ocorrer dia 12/07/2021, às 09h (horário de Brasília), no endereço constante no Edital. Teixeira de Freitas, 11 de junho de 2021. MAGDA DE SELES GUIMARÃES Presidente da Comissão de Licitação.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROTOCOLO Nº 221 561
DATA DA PRENOTAÇÃO: 17/03/2021
Helen Lirio Rodrigues de Oliveira, Oficial do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, na forma da Lei, etc, em cumprimento do disposto no artigo 26, SO da Lei no 9.514/97, vem intimar OMEGA BAHIA COMERCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIOS LTDA CNPJ Nº 08.355.095/0001-42N, A PESSOA DE SUA REPRESENTANTE LUCI ALMEIDA CPF Nº 036.248.385-04, p.º não ter sido notificado(a) pessoalmente pelo 20 Oficial de Registro Titulo e Documentos de Salvador/BA, em razão de ENVIAR-SE EM LOCAL IGNORADO OU INCERTO, conforme certificação de protocolo nº. 126169, registro n. 491549, de 17/05/2021; e, respectivamente, para fins de cumprimento das obrigações contratuais, relativas ao contrato de financiamento imobiliário garantido por alienação fiduciária, firmado com o BANCO BRADESCO S/A - CNPJ Nº 00.746.948/0001-12, referente ao Apartamento nº 05 n.º 1.101 de porta e 195.263 de Inscrição no Censo Imobiliário Municipal, integrante do Edifício Solar Príncipe Regente, sito à Av. Princesa Isabel, n.º 112, Subdistrito da Vitória, zona urbana desta Capital. Matrícula nº 19.558. Assim, procede a intimação de Vossa Senhoria, para que se dirija ao BANCO BRADESCO S/A - CNPJ Nº 00.746.948/0001-12, no prazo improrrogável de 15 dias, contados a partir desta data, ficando Vossa Senhoria cientificado que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito da CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE do imóvel em favor do Credor Fiduciário. Dado e passado nesta cidade e comarca de Salvador, Estado da Bahia, aos 02 de junho de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL/REPRODUÇÃO



EX-PRESIDENTE DO BC MORRE DE COVID, NO RIO

Carlos Langoni tinha 76 anos e não resistiu à doença. Ele deixa a mulher, Cristiana Dutra, dois filhos e quatro netos. Em 1980, se tornou o mais jovem presidente do Banco Central. Aos 35 anos, ele assumiu a função no governo do presidente João Figueiredo, e ocupou o posto até 1983. Langoni também foi o primeiro brasileiro a se doutorar em economia na Universidade de Chicago (EUA). O BC emitiu nota de pesar afirmando que Langoni ajudou a construir a estabilidade econômica do país e zelou pelo papel institucional que cabe aos bancos centrais de todas as economias.

Atenciosamente,

BELA HELEN LIRIO RODRIGUES DE OLIVEIRA - OFICIAL



SETOR DE SERVIÇOS CAI 1,2% NO ESTADO, DIZ IBGE

PESQUISA O volume do setor de serviços na Bahia voltou a recuar, em abril, na comparação com o mês anterior (-1,2%), na série com ajuste sazonal, após ter crescido na passagem de fevereiro para março (3,2%). Foi um resultado pior que o do país como um todo, onde houve variação positiva de 0,7% nessa comparação, e seguiu o movimento de recuo verificado em 14 das 27 unidades da Federação. As informações são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE.

Apesar do recuo frente ao mês anterior, na comparação com abril de 2020, o setor de serviços mostrou crescimento de 22,4%. Foi o primeiro resultado positivo nessa comparação com o mesmo mês do ano anterior depois de quase dois anos (22 meses) de quedas consecutivas (desde junho de 2019). Foi também um avanço recorde no estado, o maior da série histórica da PMS, iniciada em 2012 para esse indicador.

AREZZO

R\$ 105

milhões foi quanto a Arezzo pagou pela Baw – uma marca de roupas streetwear (moda urbana) e nativa digital, com sede no bairro paulistano do Bom Retiro, região tradicional de confecções. A aquisição vem somar ao portfólio de vestuário criado a partir da compra da marca carioca Reserva, no fim de 2020. Os atuais sócios da Baw deverão permanecer vinculados contratualmente à marca no mínimo até junho de 2025

GÁS DE COZINHA FICARÁ MAIS CARO SEGUNDA-FEIRA

CUSTO DE VIDA A Petrobras elevará em 5,9% o preço médio do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), o chamado gás de cozinha, para R\$ 3,40 por kg, a partir de segunda-feira, afirmou a companhia nessa sexta-feira (11). O reajuste para as distribuidoras, indicou a petroleira, segue o equilíbrio com o mercado internacional e acompanha as variações do valor dos produtos e da taxa de câmbio, para cima e para baixo. "O alinhamento dos preços ao mercado internacional é fundamental para garantir que o mercado brasileiro siga sendo suprido sem riscos de desabastecimento pelos diferentes atores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões brasileiras", frisou a estatal.

Exportações da Bahia têm aumento de 28% em maio

RETOMADA Impulsionadas pela valorização de suas principais commodities no mercado internacional, as exportações baianas alcançaram, em maio, US\$ 854 milhões – valor recorde para o mês desde 2014. Em relação a igual mês do ano passado, as exportações cresceram 28%.

Nos primeiros cinco meses do ano, as vendas externas do estado acumulam um valor de US\$ 3,48 bilhões, aumento de 13% e valorização de 30% em seus preços médios, todos comparados sobre o mesmo período de 2020. As informações foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento. Em meio a um cenário de recuperação econômica dos principais parceiros comerciais do estado, como China, Estados Unidos e Argentina, tiveram destaques no mês as vendas de produtos básicos – em especial soja, algodão, café e derivados de cacau. Houve também forte aumento das vendas de derivados de petróleo (80,2%) e de produtos petroquímicos (63%).

A alta de preços das commodities e a recuperação da demanda internacional explicam esse movimento. As exportações do agronegócio no acumulado até maio cresceram 16,3% frente a igual período de 2020 e representaram 46,4% do total

As exportações do agronegócio no acumulado do ano, até maio, cresceram 16,3% frente a igual período de 2020 e representaram atualmente 46,4% do total exportado pela Bahia

exportado pela Bahia.

Já as importações somaram, no mês passado, US\$ 540,5 milhões, num aumento de 47,9% comparadas a igual período de 2020. Apesar do efeito da base baixa de comparação, a maior demanda por bens importados acontece em um momento de recomposição de estoques pela indústria, em um ambiente de escassez interna de suprimentos e de alguma reação na atividade econômica.

No acumulado do ano até maio, as compras externas chegaram a US\$ 2,97 bilhões, com um aumento de 39,1%. Com exceção dos bens de capital, houve crescimento de todas as categorias de bens importados no ano, com destaque para os combustíveis, com avanço de 101,1%, dos bens de consumo duráveis (96,4%) e dos bens intermediários (29,6%).

As importações também mantiveram um ritmo positivo, recuperando-se em relação ao ano passado, puxadas, sobretudo pelas compras de combustíveis, fertilizantes e células solares em módulos ou painéis.



As alterações feitas pela Petrobras não impactam necessariamente os preços nas bombas dos postos

Petrobras reduz preços da gasolina nas refinarias

COMBUSTÍVEL A Petrobras anunciou nessa sexta-feira (11) uma nova redução de preço médio da gasolina nas refinarias. A diminuição faz o preço chegar a R\$ 2,53 por litro a partir deste sábado. O reajuste é de cerca de 2,3%. O preço médio do diesel não será alterado.

Desde março, o preço da gasolina caiu cerca de 10%. No dia 9 daquele mês, chegou ao auge neste ano, custando R\$ 2,84 por litro. Na

última redução, de maio, os preços médios nas refinarias foram a R\$ 2,59 por litro para a gasolina e o diesel foi reduzido a R\$ 2,71 por litro.

É o segundo reajuste sob a gestão de Joaquim Silva e Luna, que tomou posse em 19 de abril, depois de confirmação pelo conselho de administração da estatal. Ele foi indicado pelo presidente Bolsonaro para o cargo após descontentamento com a política de preços de combustíveis da administração anterior, comandada por Roberto Castello Branco. Ao assumir a presidência da Petrobras, Luna disse que buscaria reduzir a volatilidade dos preços de combustíveis sem "desrespeitar" a paridade de importação, em discurso que agradou investidores e fez

ações da companhia subirem no dia.

No comunicado dessa sexta-feira, a empresa informa que é importante reforçar o posicionamento da Petrobras "que busca evitar o repasse imediato para os preços internos da volatilidade externa causada por eventos conjunturais". "Nossos preços seguem buscando o equilíbrio com o mercado internacional e acompanham as variações do valor dos produtos e da taxa de câmbio, para cima e para baixo", diz a nota.

Apesar da redução dos preços a partir deste sábado, os combustíveis acumulam forte aumento no ano. Na parcial de 2021, a gasolina subiu 37,5% nas refinarias e o diesel aumentou 34,1%.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,022	R\$ 5,127
Dólar Turismo	R\$ 5,143	R\$ 5,28
Euro turismo	R\$ 6,247	R\$ 6,417

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	129.441,03	-0,49%

POUPANÇA

12/6/2021	0,1559%
-----------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Maio	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,83%	3,22%	8,06%
INPC/IBGE	0,96%	3,33%	8,9%
IGP-M/FGV	4,10%	14,39%	37,04%

VOLKSWAGEN PARALISA FÁBRICAS DE SP E PARANÁ

MULTINACIONAL A montadora Volkswagen anunciou nessa sexta-feira (11) que irá suspender em 21 de junho as operações de três de suas quatro fábricas no Brasil. As operações das fábricas de São Bernardo do Campo e São Carlos (SP) e de São José dos Pinhais (PR) serão interrompidas por dez dias. Esta é a segunda paralisação realizada pela empresa neste ano. No fim de maio, a multinacional havia divulgado a suspensão da produção nas fábricas de São José dos Pinhais (PR) e Taubaté (SP). O motivo, segundo a companhia, ainda é o mesmo: escassez de semicondutores. "Novas paralisações não estão descartadas caso o cenário de fornecimento de semicondutores permaneça crítico, impactando diretamente as atividades de produção da empresa no Brasil", diz em comunicado.

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



Gostaria de fazer uma reforma tributária mais ampla, inclusive com desoneração de folha. Não é o momento ainda, mas não vamos desistir Paulo Guedes

Ministro da Economia

Tribuna

Gás de cozinha mais caro a partir de hoje

Consumidor, se prepare: revendedoras já irão aplicar o reajuste de 5,9% já nesta segunda-feira

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Em meio a pandemia do coronavírus, o brasileiro sofre com o aumento da energia elétrica, combustíveis, alimentação e habitação. Na última sexta-feira (11), a Petrobras anunciou aumento de 5,9% no preço médio do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), o chamado gás de cozinha, a partir desta segunda-feira (14). Em Salvador, o Sindicato dos Revendedores de Gás da Bahia (Sindirevgas) afirmou que não tem como segurar os preços. Com isso, na capital baiana quem precisar comprar gás hoje vai pagar mais caro.

"A partir de amanhã (hoje) os revendedores já irão aplicar o reajuste de 5,9%. Por parte da Petrobras foram quatro reajustes somente esse ano: janeiro, março, abril e agora em junho. Mas o segmento teve seis reajustes, em março tivemos o reajuste estadual e tivemos ainda uma correção

de perdas por parte das distribuidoras que não estavam repassando os valores", afirma Robério Souza diretor do Sindirevgas.

Robério destaca ainda que as revendedoras não têm mais como absorver tantos reajustes, "já vamos receber o produto mais caro. O aumento vai depender de cada revendedora e onde e como vai comprar".

Segundo o Sindirevgas, o preço médio do botijão de 13kg em Salvador e Região Metropolitana até ontem estava ao redor de R\$ 88. Mas existem regiões onde os consumidores terão menores valores como Cajazeiras e Subúrbio Rodoviário. "se pesquisar vai encontrar o valor mais em conta. Pode até ser encontrado por R\$85,00, na segunda já deverá estar por R \$91,00. Sempre lembrando que se for delivery terá acréscimo. Em alguns bairros e se for por cartão o valor deverá estar por R\$ 100,00", finaliza Robério.

A Petrobras disse na sexta-feira que o preço do botijão no país chegava a R \$104,78 no início de junho.



Foto: Reginaldo Ipe

PREÇOS

Valor pode ser encontrado mais em conta se o cliente for buscar na revendedora

Distribuidoras e revendedores são livres para definir se e como repassarão o aumento. O reajuste para as distribuidoras, indicou a petrolei-

ra, segue o equilíbrio com o mercado internacional e acompanha as variações do valor dos produtos e da taxa de câmbio, para cima e para

baixo.

De acordo com a Petrobras, os reajustes são realizados de acordo com o alinhamento dos preços ao

mercado internacional para garantir que o mercado brasileiro siga sendo suprido sem riscos de desabastecimento pelos diferentes atores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões brasileiras. A petroleira também informou um recuo de 2% no preço médio da gasolina a partir de sábado (12), e a manutenção do valor médio do diesel.

Quem reclama do aumento do valor do botijão são as donas de casa "eu percebi que no final do ano passado ainda pagava mensalmente o valor de R\$15,00 já estou pagando por volta de R\$ 22,00", destaca Maria Helena Motta que utiliza gás encaçado.

Já Celeste Santos, acostumada a reforçar o orçamento da casa com produção de quentinhas, coxinhas e empadas desistiu momentaneamente do negócio, "está muito caro e a totalidade de pessoas ainda não voltou ao trabalho presencial. Pagar transporte que também está mais caro e fazer comida se tornou muito dispendioso. Agora só aceito encomendas".

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 12 e 13/06/2021	Página: 02

Tribuna

Incentivos

Os incentivos fiscais concedidos pela Prefeitura de Salvador, através da Lei Municipal de Inovação 9.534/2020, estão acessíveis às empresas de base tecnológica e startups desde ontem. A data foi anunciada na reunião do Conselho Municipal de Inovação (CMI), realizada ontem. Dentre os incentivos estão a redução da alíquota de 5% para 2% do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e de 50% do IPTU.

Governo estuda aumentar a conta de luz, com nova bandeira, por causa da seca

MARLLA SABINO,
O ESTADO DE S.PAULO

A medida tem o objetivo de cobrir os custos elevados das usinas térmicas, necessárias para garantir o fornecimento de energia, e também de estimular uma redução do consumo de eletricidade.

Diante da seca histórica nos principais reservatórios de usinas hidrelétricas, o governo estuda criar uma nova faixa, mais cara, no sistema de bandeiras tarifárias ou elevar o valor cobrado no patamar mais alto, a bandeira vermelha 2. O entendimento é que o setor elétrico passa por um momento nunca visto antes e que será necessário fa-

zer frente aos custos elevados de usinas térmicas, necessárias para garantir o fornecimento de energia no País.

A possibilidade já está no radar do mercado financeiro, uma vez que as distribuidoras já sentem os efeitos do aumento dos custos da geração de energia. Os reajustes nas tarifas dos consumidores são feitos apenas uma vez por ano e os valores repassados mensalmente das cobranças das bandeiras não estão sendo suficientes para cobrir toda a despesa para a compra de energia. Assim, para as empresas, há um problema de descasamento entre o que precisam pagar agora e o que estão recebendo dos consumidores.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 12 e 13/06/2021	Página: 06

Tribuna

COMBUSTÍVEL

Petrobras reduz preços da gasolina em mais de 2%; diesel será mantido

DO G1

A Petrobras anunciou ontem uma nova redução de preço médio da gasolina nas refinarias. A diminuição faz o preço chegar a R\$ 2,53 por litro a partir de sábado. O reajuste é de cerca de 2,3%. O preço médio do diesel não será alterado.

Desde março, o preço da gasolina caiu cerca de 10%. No dia 9 daquele mês, chegou ao auge neste ano, custando R\$ 2,84 por litro. Na última redução, de maio, os preços médios nas refinarias foram a R\$ 2,59 por litro para a gasolina e o diesel foi reduzido a R\$ 2,71 por litro.

SALTO NO ANO

É o segundo reajuste sob a gestão de Joaquim Silva e Luna, que tomou posse em 19 de abril, depois de confirmação pelo conselho de administração da estatal. Ele foi indicado pelo presidente Jair

Bolsonaro para o cargo após descontentamentos com a política de preços de combustíveis da administração anterior, comandada por Roberto Castello Branco.

Ao assumir a presidência da Petrobras, Luna disse que buscará reduzir a volatilidade dos preços de combustíveis sem "desrespeitar" a paridade de importação, em discurso que agradou investidores e fez as ações da companhia subirem no dia.

No comunicado desta sexta, a empresa informa que é importante reforçar o posicionamento da Petrobras "que busca evitar o repasse imediato para os preços internos da volatilidade externa causada por eventos conjunturais".

"Nossos preços seguem buscando o equilíbrio com o mercado internacional e acompanham as variações do valor dos produtos e da taxa de câmbio, para cima e para baixo", diz a nota.

Apesar da redução dos preços a partir deste sábado, os combustíveis acumulam forte aumento no ano. Na parcial de 2021, a gasolina subiu 37,5% nas refinarias e o diesel aumentou 34,1%.

Em dezembro, o litro da gasolina custava em média R\$ 1,84. Já o do diesel saía a R\$ 2,02.

Segundo a Petrobras havia informado, os reajustes são realizados "a qualquer tempo, sem periodicidade definida, de acordo com as condições de mercado e da análise do ambiente externo".

As alterações feitas pela Petrobras não impactam necessariamente os preços nas bombas, pois o valor final depende também de impostos e margens de distribuidores e revendedores.

Segundo o IBGE, o preço médio da gasolina no país acumula alta de 24,70% até maio e, em 12 meses, de 45,80%.

Tribuna

Combustível pode ficar escasso em Salvador

Foto- Romildo de Jesus

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Salvador está novamente ameaçada com a falta de abastecimento de combustíveis. O comprometimento iniciou ontem (10), e deve durar até domingo, por falta de bombeio da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) para as distribuidoras. De acordo com o presidente do Sindicato do Comércio de Combustíveis, Energias Alternativas e Lojas de Conveniências (Sindicombustíveis-Bahia), Walter Tannus, as distribuidoras BR, Shell, Ipiranga e Petro Serra informaram aos revendedores que estão com estoque restrito.

"Com essa dificuldade de fornecimento do combustível, os postos vão abastecer enquanto tiver o S10 em estoque. Se os revendedores de combustíveis tiverem a flexibilidade de comprar o diesel S10 de outros distribuidores, pelos menos neste momento de instabilidade de fornecimento pela refinaria, vamos evitar mais prejuízos econômicos para a revenda e de abastecimento para a sociedade", comenta Walter Tannus.

O Sindicombustíveis Bahia vem alertando as autoridades para a dificuldade de abastecimento dos postos de combustíveis em função de paradas técnicas da RLAM. Para evitar desabastecimento, o sindicato já solicitou à Agência Nacional de Petróleo (ANP) que os



FORNECIMENTO

Abastecimento pode ficar comprometido até domingo na capital baiana

postos revendedores possam adquirir o S10 de distribuidoras de bandeiras diversas pelo período necessário para a regularização do fornecimento do produto.

De acordo com Radiovaldo Costa, diretor do Sindipetro, a RLAM fez uma parada de manutenção entre março e final de maio, porém uma das empresas demitiu os trabalhadores e não pagou a rescisão de contrato.

"É normal que um trabalhador contratado por serviço temporário seja

demitido no final do trabalho, porém uma das empresas que atuou na parada a EPMAN não pagou as verbas rescisórias de cerca de 750 funcionários. Com isso está ocorrendo um protesto em frente a refinaria e trabalhadores de outras empresas estão dando apoio, o que diminuiu no bombeio".

O Sindipetro já está em negociação com a Petrobras que promete acertar a situação até segunda-feira, 14. Quando a demanda deve

se regularizar. O protesto ocorreu durante toda a semana entre 7 a 11 de junho.

"Desde o mês passado que tem sido difícil encontrar a gasolina Grid ou aditivada, a depender da bandeira do posto, aqui pelo bairro da Pituba onde ando mais. Além de caro, o combustível está escasso", lamenta a dona de casa Luiza Fortes, que tem utilizado o veículo para serviços de mercado e médicos.

Petrobras reduz preço da gasolina em 1,9% nas refinarias



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Petrobras anunciou nesta sexta (11) redução de 1,9% no preço da gasolina vendida em suas refinarias. O corte, que ocorre em meio à recuperação da cotação do petróleo, é o primeiro reajuste da gestão Joaquim Silva e Luna, que assumiu o comando da estatal no dia 19 de abril.

Segundo a companhia, o preço médio do combustível cairá R\$ 0,05 por litro a partir deste sábado (12), para R\$ 2,53. O repasse ao consumidor depende de políticas comerciais de postos e distribuidoras --o valor cobrado nas refinarias representa hoje um terço do preço final do produto.

Não haverá alteração no preço do diesel. Os dois produtos têm o mesmo preço desde o dia 1º de abril, no maior período sem reajustes no governo Jair Bolsonaro, em um sinal de que Silva e Luna deve esperar mais tempo do que seu antecessor para repassar as oscilações do mercado internacional.

Em nota, a Petrobras disse que "busca evitar o repasse imediato para os preços internos da volatilidade externa causada por eventos conjunturais", mas que os preços "seguem buscando o equilíbrio com o mercado internacional".

Silva e Luna foi nomeado para a presidência da empresa em meio a uma onda de descontentamento com a escalada dos preços no início do ano. Ao anunciar a demissão do antecessor, Roberto Castello Branco, Bolsonaro reclamou de reajustes "fora da curva".

Apesar da recuperação das cotações do petróleo nas últimas semanas, chegando a ultrapassar a barreira dos US\$ 70 por barril, a gestão Silva e Luna vem sendo beneficiada pela valorização do real frente ao dólar no mesmo período.

Segundo conta da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), com o corte deste sábado o preço da gasolina da Petrobras se alinhará à paridade internacional, conceito que estima quanto custaria o combustível importado para o país.

Já no caso do diesel, há uma defasagem de 0,05%, também de acordo com as contas da Abicom. A Petrobras defende, porém, que o cálculo da paridade varia entre as empresas, considerando particularidades comerciais de cada uma.

R\$ 3,43 por litro.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - ICMS

Apesar da falta de reajustes, os preços continuaram em alta nas bombas durante os últimos 40 dias. Na semana passada, o litro do diesel foi vendido no país, em média, a R\$ 4,490, valor 0,5% superior ao registrado um mês antes. A gasolina comum subiu 1,7% no período, para R\$ 5,656 por litro.

Para especialistas, a alta reflete o fim da isenção de impostos federais sobre o diesel, elevações no preço de referência para cobrança do **ICMS** e biocombustíveis pressionados pela escalada das cotações internacionais e pela seca.

No dia 1º de junho, 22 estados e o Distrito Federal aumentaram os preços de referência para cálculo do **ICMS** no diesel e outros quatro mantiveram o valor. No caso da gasolina, houve elevação em 19 estados e no Distrito Federal.

Esses preços de referência, sobre os quais incidem as alíquotas de **ICMS**, são revistos a cada 15 dias com base em pesquisa de preços nos postos.

O litro do biodiesel subiu de R\$ 4,425 para R\$ 5,536 entre o primeiro e o último leilão realizado pelo governo, mesmo com a redução do percentual de mistura obrigatória de 12% para 10% --medida que teve o objetivo de tentar conter a escalada.

Já o preço do etanol anidro, que é misturado à gasolina, vem sendo pressionado pela seca sobre a lavoura, que atrasou a colheita da safra. Na primeira semana de junho, o valor de venda do produto pelas usinas de São Paulo subiu 0,88% em relação à semana anterior, para



Sonegação e complexidade tributária travam setor de combustíveis

Futuro da indústria de etanol e gasolina deve ser discutido com serenidade e transparência

Adriano Pires*, O Estado de S.Paulo

12 de junho de 2021 | 04h00

Com a venda de refinarias e a expectativa de reforma tributária, o setor de combustíveis no **Brasil** passa por um momento importante, no qual deveríamos discutir o seu futuro com serenidade e transparência. O mercado brasileiro é complexo e diferente da grande maioria dos países, na medida em que tem de fazer gestão de fósseis e de biocombustíveis. Diante dessa complexidade, algumas coisas precisariam ser olhadas com atenção em qualquer tentativa de mudança regulatória. Por que não existem players estrangeiros? Por que empresas estrangeiras tradicionais em refino não fizeram oferta pelas refinarias da **Petrobrás**? Por que num mercado em que a escala é essencial e mesmo fundamental, como no Brasil, temos baixa escala nas movimentações dos combustíveis? Por que nenhuma empresa privada investe na construção de novos dutos?

Diante de tantos porquês, temos desafios para atender à oferta no horizonte decenal. É projetado um gap de 29,1 bilhão/litros no ciclo diesel e de 17 bilhões/litros no ciclo Otto entre 2017 e 2027.

O setor de distribuição de combustíveis já teve a presença de grandes empresas privadas estrangeiras que, nas décadas de 1990 e 2000, foram embora motivadas por regulação inadequada. Na época, em nome da concorrência, foi permitido o registro de

centenas de empresas no antigo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), onde grande parte delas promoveu um aumento incontrolável da sonegação e da adulteração.

A nossa complexidade tributária acaba por incentivar a sonegação. São 27 legislações de **ICMS**, uma para cada Unidade da Federação. Para que tenhamos uma ideia, hoje o nosso etanol, que é o passaporte para que o Brasil tenha um papel preponderante na agenda ambiental, tem 45% do seu volume comercializado através da sonegação de impostos. Por isso, é preciso empenho e entendimento para que a reforma tributária adote a monofasia para a cobrança do ICMS e **PIS/Cofins**. Como vender o nosso etanol pelo mundo com esse nível de sonegação no mercado interno?

O mercado de distribuição de combustíveis precisa de escala. Infelizmente, ainda hoje existem empresas que só sobrevivem por causa da sonegação e da adulteração. Não podemos criar uma regulação que dê brechas para que empresas com o canto da sereia da concorrência sobrevivam por meio de práticas que, volto a repetir, só prejudicam o consumidor.

Estamos num momento muito esperado, dada a possibilidade de abertura total do mercado com a venda das refinarias da Petrobrás. No entanto, a regulação deve ser adequada ao novo funcionamento do mercado de refino, de forma a torná-lo atrativo aos investimentos. A nova regulação com a privatização das refinarias precisa estar comprometida com a modernidade e não voltar ao passado criando situações em que empresas que não estão comprometidas com o investimento, e sim, com sonegação e adulteração, proliferem no mercado brasileiro. Para garantir a concorrência é preciso uma aproximação maior entre a **ANP**, **Cade**, Secretarias da Fazenda Estaduais e a **Polícia Federal**.

Se quisermos um mercado saudável, precisamos aumentar a escala dos players em todos os elos da cadeia. Com escala, haverá aumento de investimentos em logística. Esses tipos de investimentos reduzem os custos. A nossa logística de transporte por dutos, de cabotagem e, mesmo, de ferrovia é ainda muito pequena para um mercado com o tamanho e a complexidade do brasileiro.

As importações terão um papel importante na contestação dos preços das refinarias locais. Mas, outra vez, será preciso escala para construção de terminais capazes de receber volumes relevantes para a importação.

Outro fato que merece atenção é a função de cada agente da cadeia (refinarias, distribuidoras, TRRs e posto revendedor). É preciso tomar muito cuidado para não misturar as funções entre os agentes, sob pena de desorganizar o setor.

Uma regulação populista, sem uma política tributária adequada, afasta os investidores. Um mercado competitivo exige estabilidade regulatória, paridade de preço com o mercado internacional, desinvestimento no refino e simplificação tributária. Assim, será possível efetivar o plano estratégico para transição energética, impulsionar as políticas para os biocombustíveis e termos papel de protagonistas na agenda ambiental.

***DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)**



Imposto para multinacionais pode trazer R\$ 5,6 bilhões ao Brasil

Acordo entre os sete países mais ricos do mundo em torno da tributação de multinacionais – incluindo as ‘big techs’ – vai ampliar arrecadação; ideia é evitar, por exemplo, perdas de nações com migração de empresas para paraísos fiscais

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

14 de junho de 2021 | 05

Depois de anos de impasse, o acordo histórico do **G-7 (grupo das sete maiores economias)** para tributar as empresas multinacionais com alíquota mínima de 15% pode forçar uma mudança no cenário da guerra fiscal entre os países e garantir ao Brasil um ganho de arrecadação de € 900 milhões (R\$ 5,58 bilhões) ao ano. O cálculo foi divulgado em simulações feitas por pesquisadores do **Observatório da Tributação da União Europeia**, um laboratório de investigação independente na área tributária com sede na **Escola de Economia de Paris**.

O estudo considera vários cenários para a implementação do imposto global. Pelas simulações, os **Estados Unidos** teriam uma arrecadação extra de € 40,7 bilhões e a **União Europeia** mais € 48,3 bilhões. Se a alíquota subisse de 15% para 25%, a receita para a União Europeia seria de € 168 bilhões e os americanos ficariam com € 166 bilhões. Já o ganho para o Brasil subiria para € 7,4 bilhões (quase R\$ 56 bilhões).

O governo brasileiro não fez ainda uma manifestação oficial sobre o acordo, anunciado há uma semana pelos países do G-7 (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido). A posição oficial do Brasil deverá ser conhecida na próxima reunião do grupo de países do **G-20 (reúne as 20 maiores economias do mundo)**, quando o acordo será discutido.

Na última semana, representantes da **Receita Federal** participaram de reunião técnica na **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE)**, que

trabalha em conjunto com o G-20 para buscar solução para o que é conhecido como “erosão da base tributável” dos países com a migração do lucro das empresas para paraísos fiscais e também para a tributação da chamada economia digital.

A erosão ocorre porque as grandes multinacionais migram o “lucro” para países fiscais de baixa tributação. Essa operação é apenas contábil. O movimento das empresas é feito no papel, sem aumento da capacidade produtiva, levando artificialmente os lucros para serem tributados com uma alíquota muito baixa. Na prática, as multinacionais montam uma subsidiária no paraíso fiscal e fazem uma série de operações contábeis para apurar todo o lucro fiscal por lá.

Durante o governo de **Donald Trump**, os EUA estavam na contramão do debate. Mas, com a entrada de **Joe Biden**, os americanos passaram a adotar uma posição conciliatória para buscar a implementação do acordo.



Logotipo da Google em Xangai, na China Foto: Ng Han Guan/ AP Photo

O acordo tem dois pilares. O primeiro, de maior interesse dos EUA, é fixar alíquota mínima para a tributação global das multinacionais de pelo menos 15%. O segundo, de interesse dos europeus, trata da chamada economia digital e da forma de tributação dos serviços intangíveis de grandes empresas de tecnologia (Google, Amazon, Facebook e Apple), incluindo, por exemplo, algoritmos do tratamento de dados personalizados e outros serviços digitais.

“Essas características fazem com que seja mais fácil mover os lucros de um lugar para o outro e no limite não pagar imposto em nenhum”, explica o economista do Ipea, Rodrigo Orair.

Os EUA, onde estão as “big techs”, aceitou tributar parte do lucro dessas empresas no destino (onde o serviço é consumido), e não apenas na origem. Essa era uma demanda dos países europeus e alguns deles já estão cobrando um imposto temporário até que o acordo no G20 seja fechado – a Índia é um dos países que resistem à ideia.

Pacificação

Para Orair, o acordo traz esperança de interrupção de uma espécie de guerra entre os países. Uma situação internacional que é muito parecida com a disputa que ocorre entre os municípios com o ISS (tributo cobrado pelas prefeituras) para atrair grandes empresas. “Alíquotas mais baixas não vão significar o fim de guerra fiscal, já que podem ser adotados mecanismos de dedução maior da base de cálculo do tributo diminuindo o imposto a pagar”, diz Orair. Isso é que foi feito pelos municípios.

Ele avalia que o acordo, porém, foi um sinal de que os EUA se entenderam com os quatro países da União Europeia dentro do G-7 e que a proposta será encaminhada com mais força para acordo dentro do G-20.

“A liderança do G-7 reduz o peso de forças contrárias”, diz Manoel Pires, coordenador do Observatório Fiscal da FGV. Segundo ele, antes do acordo havia pressão para os países tentarem soluções locais, mas sempre houve receio de retaliações.

Pires acredita que a mudança sugere que mais avanços são possíveis. Ele explicou que o imposto global mínimo de 15% se aplica às empresas multinacionais. Por exemplo, caso adote o imposto, o Brasil poderá tributar suas multinacionais.

As alíquotas domésticas continuarão sendo definidas localmente. “No caso de multinacionais, se a empresa for tributada por uma alíquota inferior no país onde o lucro foi apurado (como um paraíso fiscal), o país de origem poderá cobrar a diferença para alcançar a alíquota mínima”, diz Pires. Ou seja, se uma multinacional brasileira é tributada em 2% em um paraíso fiscal, o País poderá cobrar a diferença até alcançar os 15%.

Segundo ele, como no Brasil a alíquota do Imposto de Renda das empresas é alta (34%), é provável que as multinacionais continuem com o incentivo para fazer esse tipo de operação.

Já no caso dos serviços digitais de grandes empresas de tecnologia, Orair afirma que é preciso ter cuidado com a análise do impacto, porque o Brasil tributa as importações de serviços e remessas. Isso fez com que grande parte dessas empresas abrissem filiais no Brasil. Para ter impacto maior, avalia ele, será necessário fechar outras brechas para a erosão. O Brasil, se quiser adotar o imposto global, terá de alterar a legislação do IR local. O avanço no acordo internacional ocorre no momento que o Congresso tenta aprovar uma fatia da reforma tributária.

PETROBRAS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/PETROBRAS](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/petrobras))

Petrobras reduz gasolina em 2%, aumenta gás de cozinha em 6% e mantém diesel

São os primeiros reajustes nos preços dos combustíveis da gestão do general Silva e Luna

11.jun.2021 às 14h05

Atualizado: 11.jun.2021 às 16h49

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/12/>)

Nicola Pamplona (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/nicola-pamplona.shtml>)

RIO DE JANEIRO A Petrobras anunciou nesta sexta (11) redução de 1,9% no preço da gasolina e aumento de 5,9% no preço do gás de cozinha. O preço do diesel seguirá o mesmo praticado nos últimos 40 dias, quando a empresa havia realizado os últimos reajustes

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/petrobras-completa-40-dias-sem-reajuste-mas-combustiveis-ainda-sobem-nas-bombas.shtml>) dos combustíveis automotivos.

É o décimo-quarto aumento consecutivo no preço do gás de cozinha, após um período de queda no início da pandemia. Desde o início do governo Bolsonaro, o produto acumula alta de 57% nas refinarias da Petrobras.

A partir deste sábado, o quilo do GLP (gás liquefeito de petróleo, como é chamado o gás de cozinha) será elevado em R\$ 0,15, para R\$ 3,05. Considerando um botijão de 13 quilos, o aumento é de R\$ 1,09, passando a R\$ 44,20.

Os repasses, porém, dependem de políticas comerciais de distribuidores e revendedores e de variações na carga tributária. Para tentar aliviar o consumidor, o governo isentou o produto de impostos federais a partir de março, mas o benefício foi engolido por reajustes nas refinarias.

A escalada do preço do gás de botijão (<https://agora.folha.uol.com.br/grana/2021/02/preco-do-botijao-de-gas-sobe-e-chega-a-r-90-em-sao-paulo.shtml>) em meio à crise econômica gerada pela pandemia reacendeu no Congresso o debate sobre políticas sociais para subsidiar o combustível à população de baixa renda, que vem apelando a lenha ou carvão para cozinhar suas refeições.

Os aumentos ganharam força no fim de 2019, após o fim do subsídio cruzado (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/governo-poe-fim-a-politica-de-subsidio-da-petrobras-no-gas-de-cozinha.shtml>) dado pela Petrobras desde 2003, quando o governo Luiz Inácio Lula da Silva determinou que a empresa vendesse mais barato o gás envasado em botijões de 13 quilos.

A desvalorização cambial acrescentou outro ingrediente ao problema, pressionando ainda mais os preços (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/inflacao-do-aluguel-acumula-alta-de-311-em-um-ano-diz-fgv.shtml>) nas refinarias, que seguem as cotações internacionais do petróleo e as variações do dólar. Em fevereiro, o preço final do botijão de gás atingiu recorde histórico no país.

Nos comunicados sobre reajustes divulgadas nesta sexta, a Petrobras diz que "busca evitar o repasse imediato para os preços internos da volatilidade externa", mas que "segue buscando o equilíbrio com o mercado internacional".

"O alinhamento dos preços ao mercado internacional é fundamental para garantir que o mercado brasileiro siga sendo suprido sem riscos de desabastecimento pelos diferentes atores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões brasileiras", afirma a empresa.

A gasolina vinha sem reajustes desde o dia 1º de abril, o maior período sem alterações desde o início do governo, em um sinal de que a gestão do general Joaquim Silva e Luna na estatal deve esperar mais tempo do que seu antecessor para repassar as oscilações do mercado internacional.

O preço médio do combustível cairá R\$ 0,05 por litro a partir deste sábado (12), para R\$ 2,53. O repasse ao consumidor depende de políticas comerciais de postos e distribuidoras —o valor cobrado nas refinarias representa hoje um terço do preço final do produto.

Silva e Luna foi nomeado para a presidência da empresa em meio a uma onda de descontentamento com a escalada dos preços no início do ano. Ao anunciar a demissão do antecessor, Roberto Castello Branco, Bolsonaro reclamou de reajustes "fora da curva" (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/bolsonaro-sinaliza-mudancas-na-petrobras-e-anuncia-isencao-de-impostos-federais-sobre-gas-e-diesel.shtml>).

Apesar da recuperação das cotações do petróleo nas últimas semanas, chegando a ultrapassar a barreira dos US\$ 70 por barril, sua gestão vem sendo beneficiada pela valorização do real frente ao dólar (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/bolsa-tem-melhor-semana-desde-marco-e-fecha-acima-de-130-mil-pontos-pela-1a-vez.shtml>) no mesmo período.

Segundo conta da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), com o corte deste sábado o preço da gasolina da Petrobras ficará R\$ 0,09 por litro abaixo da paridade internacional, conceito que estima quanto custaria o combustível importado para o país.

Já no caso do diesel, há uma defasagem de R\$ 0,05 por litro, também de acordo com as contas da Abicom. A Petrobras defende, porém, que o cálculo da paridade varia entre as empresas, considerando particularidades comerciais de cada uma.

Apesar da falta de reajustes, os preços continuaram em alta nas bombas durante os últimos 40 dias. Na semana passada, o litro do diesel foi vendido no país, em média, a R\$ 4,490, valor 0,5% superior ao registrado um mês antes. A gasolina comum subiu 1,7% no período, para R\$ 5,656 por litro.

Para especialistas, a alta reflete o fim da isenção de impostos federais sobre o diesel, elevações no preço de referência para cobrança do ICMS e biocombustíveis pressionados pela escalada das cotações internacionais (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/precos-globais-de-alimentos-tem-maior-aumento-em-uma-decada.shtml>) e pela seca.

No dia 1º de junho, 22 estados e o Distrito Federal aumentaram os preços de referência (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/bolsonaro-compara-valor-de-icms-de-combustivel-a-estupro.shtml>) para cálculo do ICMS no diesel e outros quatro mantiveram o valor. No caso da gasolina, houve elevação em 19 estados e no Distrito Federal.

Esses preços de referência, sobre os quais incidem as alíquotas de ICMS, são revistos a cada 15 dias com base em pesquisa de preços nos postos. Os estados questionam a avaliação de que a variação do imposto tem impacto sobre o preço final, usada por Bolsonaro para tentar alterar o modelo de cobrança.

"Não há nenhuma influência do ICMS em aumento de preço, porque o valor do ICMS sempre será um efeito do preço", diz André Horta, diretor institucional do Comsefaz, comitê que reúne os secretários estaduais de Fazenda.

Ele diz que os preços de referência refletem o valor cobrado pelos postos e suas variações acompanham o que já é praticado no mercado. "Quem aumenta e abaixa preço é sempre a Petrobras", defende. Para o setor de combustíveis, porém, o modelo atual retroalimenta os reajustes.

O litro do biodiesel subiu de R\$ 4,425 para R\$ 5,536 entre o primeiro e o último leilão realizado pelo governo, mesmo com a redução do percentual de mistura obrigatória de 12% para 10% — medida que teve o objetivo de tentar conter a escalada.

Já o preço do etanol anidro, que é misturado à gasolina, vem sendo pressionado pela seca sobre a lavoura, que atrasou a colheita da safra (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/bacia-do-parana-ja-sente-efeitos-da-seca-sobre-agronegocio-e-geracao-de-energia.shtml>). Na primeira semana de junho, o valor de venda do produto pelas usinas de São Paulo subiu 0,88% em relação à semana anterior, para R\$ 3,43 por litro.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

'Se nada for feito, é grande a chance de termos apagões', diz Kelman

Ex-gestor das agências responsáveis por fiscalizar os setores de energia e água diz que governo precisa de maior governança para enfrentar a crise

12.jun.2021 às 23h15

Atualizado: 13.jun.2021 às 5h11

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/13/>)

Alexa Salomão (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/alexa-salomao.shtml>)

Nicola Pamplona (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/nicola-pamplona.shtml>)

SÃO PAULO e RIO DE JANEIRO Líder da equipe que investigou as causas do acionamento de energia de 2001 (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/livro-mostra-erros-e-acertos-do-maior-acionamento-de-energia-do-brasil.shtml>), O engenheiro e hidrólogo Jerson Kelman diz que o país vive situação "menos aflitiva" (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/usinas-do-se-e-co-chegam-ao-fim-do-ano-com-ate-10-de-capacidade-mas-sem-acionamento-diz-consultoria.shtml>)" hoje, mas precisa tomar medidas para evitar apagões em horários de maior demanda no fim do ano.

"Se nada for feito, a chance é grande de que lá para outubro e novembro a gente possa ter desligamentos no horário de pico", afirma, descartando, porém, a possibilidade de um novo programa de acionamento (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/para-evitar-acionamento-governo-reduz-vazao-de-usinas-no-rio-parana.shtml>).

Ele diz que as soluções são simples, mas dependem de uma maior orquestração entre as diversas esferas do Executivo relacionadas ao setor, como ocorreu em 2001, para garantir a tomada de decisões sem questionamentos posteriores.

"Não pode cada braço do Executivo fazer uma coisa olhando seu próprio umbigo", diz ele, que comandou as agências reguladoras que tratam do setor elétrico e das águas e presidiu a Sabesp na época do acionamento de água em São Paulo (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/alckmin-diz-que-crise-da-agua-em-2014-foi-superada-sem-acionamento.shtml>).

★

Como o cenário atual se compara com o de 2001? A seca é pior, mas há uma diferença importante: agora temos térmicas e elas estão sendo acionadas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/governo-amplia-busca-de-termicas-emergenciais-para-evitar-acionamento.shtml>). Mas isso

não está sendo suficiente para economizar água nos reservatórios para enfrentar situações mais difíceis adiante. A Bacia do Paraná (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/bacia-do-parana-ja-sente-efeitos-da-seca-sobre-agronegocio-e-geracao-de-energia.shtml>) está se esvaindo por uma restrição ambiental sobre [as hidrelétricas] Porto Primavera e Jupia, no Rio Paraná.

Que restrições são essas? A diminuição da vazão de Porto Primavera deixa o rio mais baixo e forma algumas lagoas marginais, com pouca profundidade, onde a temperatura da água esquenta e os peixes começam a morrer. Nesse tipo de situação, o Ministério Público local costuma ir em cima dos operadores das usinas, gerando um temor de processos por crime ambiental.

Como essas duas usinas não têm reservatório, acabam demandando que as usinas rio acima soltem água. Então está esvaziando a bacia como um todo. Um estudo do ONS mostra que, se permanecer como está, todos os reservatórios da bacia do Paraná vão esvaziar ainda no segundo semestre.

E, como a potência depende da vazão e da altura da queda d'água, se o nível baixa demais, precisa de mais água para produzir a mesma potência. A preocupação é chegar em novembro com quedas muito pequenas e pouca água nos reservatórios, o que torna muito provável que comecemos a ter apagões.



Jerson Kelman, 73, é engenheiro civil (EE-UFRJ), mestre em hidráulica (Coppe-UFRJ) e doutor em hidrologia e recursos hídricos (Colorado State University-EUA). Foi presidente da ANA (Agência Nacional de Águas) e diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). No setor privado, além de participar de conselhos de administração, foi presidente da grupo Light e da Sabesp - Eduardo Anizelli - 30.mar.2017/Folhapress

Que tipo de apagões? Apagões no horário de pico. Se nada for feito, é muito provável que não tenhamos potência para atender a carga naquele momento em que todo mundo está com ar condicionado ligado. É grande a chance de que, lá para outubro e novembro, a gente tenha desligamentos no horário de pico. É inevitável? Não. Ainda temos coisas a fazer.

O que pode ser feito? Primeiro, temos que parar de soltar água. Os peixes têm que ser protegidos de outra maneira. Podemos usar o exemplo da Califórnia, que criou uma força tarefa para salvar os peixes e estão usando caminhões [para transportar para áreas com mais água]. Não é ficar olhando o peixe morrer, é fazer alguma coisa. No nosso caso, podemos fazer algumas obras para deslocar os peixes.

O governo, corretamente, já mandou acionar todas as térmicas, inclusive aquelas que não estavam na lista do ONS [Operador Nacional do Sistema Elétrico]. Outra coisa é verificar algum tipo de rearranjo da demanda. Não é diminuir a energia total que se consome no mês, como em 2001, mas distribuir durante o dia para evitar o pico.

Mas, a pouco mais de um ano para a eleição, o governo

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/estamos-na-maior-crise-hidrica-da-historia-do-brasil-diz-bolsonaro-sobre-alerta-no-setor-energetico.shtml>) **não terá resistência a medidas que afetem o eleitorado?** Pode ser uma negociação econômica. Dependendo da indústria, o uso da carga pode ser remanejado. Se retribuir de forma interessante, a empresa pode fazer um turno de madrugada, reduzindo o consumo na hora do pico.

De onde sairia o dinheiro para essas compensações? Não sai do contribuinte, isso tem que ficar no setor elétrico. Mas é viável. Outro aprendizado de 2001 é que é preciso ter articulação no Executivo, é preciso ter governança no processo. Não precisa ser exatamente igual ao de 2001, mas alguma coisa é necessária. Não pode cada braço do Executivo fazer uma coisa olhando seu próprio umbigo.

É também necessário que as decisões finais sejam da alçada de alguém com nível ministerial. Essa autoridade não pode ficar à mercê de todo e qualquer promotor de Justiça que discorde das medidas, olhando apenas o trecho do rio que ele quer ver e não para o país como um todo. A alçada tem que ser ministerial, porque assim só o procurador-geral poderia processar.

Com a mudança climática, as condições extremas como secas e inundações tendem a ser mais frequentes. O Brasil precisa pensar em outra alternativa às hidrelétricas? Não. O Brasil vai ter cada vez mais eólicas e solares e, nesse cenário, as hidrelétricas tendem a operar com reservatórios cheios, fazendo o atendimento à flutuação de demanda alta. Mas é preciso que o Congresso se debruce sobre o PL que reforma o setor elétrico.

Antes da solar e eólica, o único produto relevante produzido pelas usinas era a energia, a capacidade de produzir MWh. Com a inserção de eólica e solar, que não são despacháveis [isto é, geram apenas quando a natureza permite], a capacidade de poder ligar uma usina quando necessário passou a ser um atributo, que precisa ser diferenciado.

Quando isso for feito, os sinais econômicos estarão dados e terá incentivo para as hidrelétricas ficarem cheias. Essa proposta nasceu na CP 33 [consulta pública iniciada no governo Michel

Temer], quando o setor elétrico estava numa boa direção. Mas agora está sendo descarrilhado pela MP da Eletrobras (<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2021/06/prestes-a-ser-aprovada-mp-da-eletobras-desagrada-setores-da-industria-e-energia.shtml>), que retrocede o setor elétrico fazendo reserva de mercado.

O sr. é contra o texto da privatização? Interessa aos consumidores que chegue energia na casa deles ao menor preço possível. Isso é garantido por um processo de competição. Mas o atraso é o Brasil cartorial, em que se tem reservas de mercado, que a fonte energética, a localização da fonte energética, tudo isso seja decidido de forma cartorial. Quem for amigo do rei recebe aquela capitania hereditária. Não queremos isso, queremos competição.

Há situações em que a política pública pode proteger, incentivar alguma tecnologia ainda na infância. Foi assim no caso do Proinfa [programa de incentivo a fontes renováveis], que deu condições especiais para eólica e solar. Passaram-se anos, mostrou-se tão certo que essas fontes ficaram baratas. Aí alguém coloca um jabuti na MP da Eletrobras prorrogando aqueles contratos que foram fechados lá atrás a preços muito altos.

Térmicas a gás serão necessárias, mas obrigar a instalar num lugar que não tem gasoduto e depois puxar uma linha de transmissão de volta para onde tem o consumo é uma ginástica que privatiza o benefício e socializa o custo.

O sr. acredita que isso pode ser alterado no Senado? Eu sou favorável à capitalização da Eletrobras como foi concebida. A meu ver, ela é positiva para o país. Agora, esse tema, como saiu da Câmara para o Senado, me leva a dizer o seguinte: hoje sou contra a aprovação no Senado como está. Eu, se fosse senador, votaria contra. Prefiro que a Eletrobras permaneça como está a que se aprove esse retrocesso, que é mais do que as contas mostram. É um retrocesso que recria reserva de mercado cartorial.

O sr. citou que sinais econômicos errados levaram ao apagão de 2001 e hoje há muitas críticas ao modelo de formação de preços da energia, por não refletir a crise hídrica. É a mesma situação? O modelo de preços precisa ser revisto. Hoje, cerca de 75% da carga é atendida por fontes não controláveis: solar, eólica e hidráulica. Se sou obrigado a soltar água na hidrelétrica, ela passa pela turbina e acaba gerando energia em usinas que não gostaríamos de usar nesse momento.

A água dessas hidrelétricas deveria ter um custo altíssimo [na seca], poderia estar valendo R\$ 900 por MWh. Mas o sistema considera que vale zero porque não tem a possibilidade de guardar lá. Isso induz a uma má operação. Se não tem a obrigação de soltar água, o programa [que define os preços] calcula quanto vale o metro cúbico de água. Se a água valesse R\$ 800 por MWh e o PLD [o preço do mercado de curto prazo] está R\$ 200 por MWh, eu não uso a água agora.

Mas há também outros conflitos pelo uso da água, como abastecimento humano ou irrigação. No passado, o rio São Francisco vivia vazio, porque o Ibama tinha restrição para soltar um mínimo 1,3 mil metros cúbicos por segundo para manter o nível do rio alto e permitir a captação de água de Aracaju. Mas tem soluções, como botar bomba flutuante e jogar a

tomada d'água para dentro do rio. Há uma série de restrições operativas que, se olhadas de forma mais holística, têm solução sem sacrificar o consumo local.

Temos ainda um problema de tomar decisões de forma fragmentada, olhando aspectos locais e usando uma visão unidimensional. Vejam o caso da Volta Grande do Xingu [região beneficiada por decisão do Ibama que reduziu a geração da hidrelétrica de Belo Monte]. Toda a opinião pública ficou a favor da Volta Grande, com certa razão, porque tem os índios e os ribeirinhos.

Mas Belo Monte deixou de gerar 2,5 milhões de MWh. O reservatório de Furnas [em Minas Gerais] estaria com 45% de sua capacidade se essa energia fosse utilizada [está com 35%]. Quando olhamos apenas para aquela comunidade, não vemos que estamos cobrindo um santo para descobrir outro.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/se-nada-for-feito-e-grande-a-chance-de-termos-apagoes-diz-kelman.shtml>

Samuel Pessôa (/colunas/samuelpessoa/)

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP.

SEGUIR +



Celso Furtado e décadas perdidas

Olhar o passado recente à luz de Furtado pode iluminar o futuro

12.jun.2021 às 23h15

EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/13/>)

O melhor momento que vivemos desde a redemocratização foi no governo Lula (<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/lula/>). No entanto, a hegemonia petista terminou na maior crise de nossa história.

Para construir um contrato social que sustente crescimento persistente a longo prazo, vale rever a análise que Celso Furtado (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/centenario-de-celso-furtado-reforca-novo-debate-sobre-papel-do-estado-na-economia.shtml>) fez da política econômica dos anos 1970 (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/com-biden-brasil-precisa-ser-pragmatico-nas-relacoes-comerciam-segundo-analistas.shtml>), que anteciparam nossa primeira década perdida.



Celso Furtado em entrevista à Folha - Niels Andreas - 03/05/1989/Folhapress

No livro de 1981 "O Brasil Pós-'Milagre'", nosso economista mais influente de todos os tempos escreveu:

"Também era necessário que se ampliasse a capacidade de financiamento a partir da poupança interna. Essa modificação estrutural somente seria obtida se, ao crescer o produto, durante algum tempo os gastos de consumo (privados e públicos) aumentassem menos que proporcionalmente". Duas décadas depois, foi o que fez Lula nos primeiros anos de seu governo.

A partir da mudança na política econômica de Lula, em seguida à saída de Antonio Palocci (<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/antonio-palocci/>) do Ministério da Fazenda e o abandono da política de contenção fiscal, contudo, deixamos de seguir o ensinamento de Furtado.

No período de 2006 até 2014, o PIB cresceu em média 3,1% ao ano, e o consumo, 4,3%, 1,2 ponto percentual acima. Não surpreendentemente, as exportações líquidas, que eram superavitárias em 4,3% do PIB em 2005, tornaram-se deficitárias em 3,6%, uma virada de 7,9 pontos percentuais do PIB.

O segundo motivo que gerou a crise foi a perda de eficiência do investimento. Investimentos foram feitos. Maturaram mal. O crescimento máximo possível, o que os economistas chamam de crescimento potencial, reduziu-se.

Algo semelhante havia se passado nos anos finais da ditadura, segundo a crítica de Furtado em 1981. O economista notou que a descoordenação na década de 1970 das decisões de investimento, numa economia em que o mercado não exercia poder de direcioná-las, acabou por gerar perda de eficiência.

Apesar de o governo militar ser à primeira vista altamente centralizado, havia dentro dele uma "fragmentação do sistema de decisões, forma de feudalismo, ou senhorio, que opera sem unidade de propósito", escreveu em artigo no Jornal de Tarde em agosto de 1982.

Cada estatal ou ministério de certa forma agia independentemente do todo, fazendo os seus projetos, e gastos, com assustadora independência, sem precisar prestar contas ao Legislativo e à sociedade.

No livro "A Nova Dependência", de 1982, anotou: "A partir de certo momento, qualquer tentativa visando a compatibilizar o agregado de projetos com os meios realmente disponíveis exige o abandono de obras e implica elevar os custos. A relação produto-capital corresponde à metade da que o país conheceu historicamente".

Não que não tenha havido motivos externos para as nossas décadas perdidas. Tanto na década de 1980 quanto na de 2010, parte da queda de crescimento foi consequência de choques externos. Na primeira com muito mais intensidade do que na segunda.

Furtado acreditava no poder da democracia para gerenciar o Orçamento público (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/bolsonaro-supera-dilma-e-pais-fica-sem-orcamento-por-maior-periodo-em-15-anos.shtml>), ou, em última instância, nosso conflito distributivo. No mesmo artigo no Jornal da Tarde, escreveu:

"Nas democracias modernas o controle dos gastos do Estado é obtido mediante um consenso entre as forças que estão na base do sistema de poder político. (...) A mediação da classe

política é fundamental nesse processo".

O presidencialismo brasileiro depende muito da qualidade da liderança da Presidência da República. O Congresso tem sempre a última palavra, mas, se o presidente se exime de suas responsabilidades e não lidera na explicitação e na mediação dos conflitos, o impasse está estabelecido.

Ano próximo temos mais uma oportunidade de acertar.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2021/06/celso-furtado-e-decadas-perdidas.shtml>

Empresas pequenas e médias fecham as portas sem acesso a crédito

Pedidos de falência no setor de serviços quase dobraram em março, aponta Serasa

13.jun.2021 às 23h15

Fernanda Brigatti (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/fernanda-brigatti.shtml>)

SÃO PAULO As dificuldades já comuns às empresas menores foram agravadas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/caixa-do-sebrae-explode-enquanto-pequenos-negocios-morrem.shtml>) pelo prolongamento da pandemia. Para alguns setores, nem mesmo as flexibilizações das restrições garantiram algum alívio para a geração de caixa.

Para a empresária Alessandra Pedroni, 49, os últimos 15 meses têm sido de sufoco, acúmulo de dívidas, corte de despesas e pouca ajuda, seja dos governos, em forma de descontos ou isenções, seja via financiamento bancário (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/empresa-chega-a-abrir-mao-de-segredo-para-evitar-fechar.shtml>).

Dona de dois buffets infantis na capital paulista, ela viu a renda cair a praticamente a zero da noite para o dia.

Piscina de bolinha, escorregador, mini-cozinha: os principais atrativos do negócio, diz Alessandra, estão interditados.



Dona de dois buffets na capital paulista, Alessandra Pedroni, 49, viu a renda despencar com a proibição de eventos e agora acumula dívidas e dúvidas - Eduardo Knapp/Folhapress

“São 15 meses praticamente sem trabalho. Hoje eu consigo cerca de 20% do que eu faturava”, diz. Para manter um nível mínimo de renda, Alessandra passou a administrar as redes sociais de empresas de amigos e mantém um serviço de entrega de refeições, utilizando a cozinha de um dos buffets.

Nesse período, os filhos deixaram a escola privada em que estudavam e o plano de saúde já foi alterado por duas vezes.

“Nosso setor não teve ajuda nenhuma. Teve o Pronampe [linha de crédito para pequenas empresas] e o governo [de São Paulo] anunciou um programa para o segmento de turismo e eventos, mas não pode ter o nome sujo. Como que eu fico todo esse tempo sem trabalhar e ainda tenho nome limpo?”, questiona.

O Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/governo-quer-novo-programa-emergencial-de-credito-a-pequenas-e-medias-empresas.shtml>) foi lançado o ano passado pelo governo e tornado permanente em 2021. Os bancos emprestam o dinheiro, mas os recursos são garantidos pelo FGO (Fundo Garantidor de Operações), que teve aumentada a participação da União.

Segundo dados da Serasa, analisados pelo especialista em recuperação de crédito Max Mustrangi, os pedidos de falência no setor de serviços (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/vamos-ter-um-nivel-de-falencias-recorde-diz-presidente-da-fecomerciosp.shtml>) chegaram a quase dobrar em março deste ano na

comparação com o mesmo período em 2020. Em abril, a variação ficou em 5% e, em fevereiro, 20,9%. Somente em janeiro, houve queda de 50% ante o mesmo mês no ano passado.

Mustrangi diz que os números do birô de crédito indicam um aumento na participação de empresas médias no total das falências e pedidos de recuperação judicial. De 18,1% no primeiro quadrimestre de 2020, elas hoje respondem por 25,7% do total.

Para ele, o resultado vem da ausência de esforço governamental para proteger os negócios nesse período turbulento. O cálculo de risco dos bancos, em situações de crise, também foi para uma calibragem mais alta, o que acaba favorecendo quem, contraditoriamente, precisa menos do dinheiro.

“Só vem conseguindo crédito quem já estava bem posicionado na análise dos bancos”, diz. Além disso, programas como o Pronampe tiveram alcance limitado devido à duração da pandemia. “Quando chegou a hora de as empresas pagarem, estávamos de novo em situação ruim.”

A demanda por crédito, segundo a Serasa, tem oscilado de acordo com as medidas de fechamento ou abertura impostas por governos estaduais e municipais. De abril a novembro de 2020, houve queda na procura. Subiu a partir de novembro e voltou a cair em janeiro.

A partir de fevereiro, porém, a demanda por dinheiro voltou a crescer. Na comparação com o ano passado, o aumento foi de 12,7%. Em março, foi de 10,9%, e de 39,3% em abril.

Mesmo quem manteve o nível de faturamento do pré-pandemia viu a disponibilidade de crédito encolher. Um executivo de uma empresa de mineração e beneficiamento de minerais não metálicos, que prefere não se identificar, diz que o custo do dinheiro ficou muito alto.

Segundo ele, mesmo nos bancos que anunciaram facilidades para a concessão de linhas de créditos, o dinheiro não saiu. Sem o mesmo nível de acesso a crédito para capital de giro, as margens começaram a ficar apertadas.

Para ele, as instituições financeiras priorizam a avaliação de patrimônio que possa ser usado como garantia dos empréstimos, e não da qualidade da operação comercial.

Uma vez acostumados a certo nível de crédito, diz ele, um corte brusco prejudica a capacidade de manter a operação. Para garantir capital de giro, foi necessário vender patrimônio.

A solução tomada no início deste ano foi iniciar uma reestruturação do negócio. “Estamos passando por mudanças em todos os setores, na contabilidade, na administração, na gestão tributária. Precisamos ajustar a bússola para continuar.”

Mustrangi diz que a procura de empresas por reestruturação mais do que triplicou. “Em dez anos trabalhando com isso, nunca tive tanta empresa buscando o serviço”, afirma. “A situação está tão crítica, que muitas estão indo direto para a falência, sem condições de recuperação judicial”.

O especialista também viu aumentar a participação de empresas consideradas médias, com faturamento anual acima de R\$ 50 milhões entre as que precisam de ajuda para evitar uma

recuperação judicial.

“As grandes conseguiram se proteger. Entre as micro e pequenas, os pedidos [de falência e recuperação] explodiram ainda no ano passado. Agora são as médias que começam a entrar em risco de quebrar”, afirma.

Somente no último ano, empresas consolidadas no varejo pediram recuperação judicial (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/ano-comeca-com-recorde-de-fusoes-e-aquisicoes-mas-nem-todas-devem-prosperar.shtml>), COMO TNG, Cavalera e Le Postiche.

Segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, do IBGE, o Brasil perdeu, no primeiro trimestre deste ano, 489 mil empregadores formalizados em relação ao mesmo período em 2020. A redução percentual é de 13%.

Houve queda também em relação ao último trimestre do ano passado. De 3,2 milhões de empregadores, para 3 milhões até março de 2021.

Na avaliação do presidente do Simpi (Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias), Joseph Couri, os dados de falências e recuperação judicial registrados pela Serasa e na Junta Comercial ainda não representam a real situação das empresas, pois muitas estão sem condições até mesmo de encerrar as atividades.

“A baixa da empresa é a última fase do fechamento. Leva cinco, seis meses até que o empresário consiga fazer isso. A menos que ele opte pela via rápida, em que ele assume responsabilidades futuras e coloca seus bens como garantia, mas nós desaconselhamos usar esse caminho.”

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/empresas-pequenas-e-medias-fecham-as-portas-sem-acesso-a-credito.shtml>

Erro de cálculo eleva em R\$ 50 bi a conta de luz, dizem empresas do setor

Modelo de cálculo da Aneel teria gerado distorção; agência, porém, nega que haja falha

12.jun.2021 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/13/>)

Julio Wiziack (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/julio-wiziack.shtml>)

BRASÍLIA O modelo de cálculo criado para indenizar concessionárias do setor elétrico em razão do controle tarifário do governo Dilma Rousseff (PT) levou a um passivo de R\$ 50 bilhões resultante de juros que será repassado ao consumidor até 2028. Empresas afirmam se tratar de uma distorção.

O valor foi atualizado recentemente, quando associações recorreram à Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) contra a fatura. Elas pedem reconhecimento de erro e correção do montante. A agência nega falhas nas contas.

PUBLICIDADE



Onze distribuidoras que tiveram revisão tarifária aprovada nos últimos meses incorporaram parte dos valores. Já foram atingidos consumidores de: CPFL, em São Paulo; Energisa, em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Sergipe; Coelba, na Bahia; Cosern, no Rio Grande do Norte; Celpe, em Pernambuco; Enel, no Ceará; Equatorial, em Alagoas; Sulgipe, em Sergipe; e Cemig, em Minas Gerais.



Subestação Itambé (SP) de distribuição de energia elétrica da CPFL Paulista (Companhia Paulista de Força e Luz), no município de Marília, região cento-oeste do estado - Alf Ribeiro-10.abr.2019/Folhapress

No próximo mês, será a vez dos grandes consumidores, basicamente a indústria, serem afetados. Isso elevará ainda mais a pressão sobre os custos de produção de mercadorias em meio a alta da inflação e escassez de energia.

Sob orientação do MME (Ministério de Minas e Energia), esse passivo bilionário foi calculado pela Aneel e apontado como uma saída para indenizar concessionárias do setor, incluindo as transmissoras, pela prorrogação de contratos.

A CRONOLOGIA DO ERRO NA CONTA DE LUZ

Empresas reclamam de cobrança indevida do consumidor

- **set.2012**

A então presidente Dilma Rousseff prorroga concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e autoriza indenização às empresas que ainda tinham investimentos não amortizados

- **dez.2013**

Resolução da Aneel definiu como seria o cálculo dessa recomposição de receitas das transmissoras de energia que tiveram contratos prorrogados. As linhas instaladas passaram então a integrar o RBSE (Rede Básica Sistema Existente)

- **abr.2016**

Portaria do Ministério das Minas e Energia permitiu a incorporação desses valores nas tarifas de energia dos consumidores. A conta começaria a ser paga a partir da revisão tarifária de 2017. No entanto, erros levaram a uma distorção desses valores para mais

- **abr.2017**

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) questiona os valores na Justiça e consegue liminar para excluir a parcela da remuneração da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, paga pelos consumidores

- **mai.2021**

O processo entra em discussão na Aneel

O problema começou em 2012. Naquele ano, uma medida provisória de Dilma alterou regras (<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/10/1826549-energia-so-ficou-cara-apos-medida-de-dilma-para-reduzir-preco-diz-tcu.shtml>) do setor elétrico para baixar artificialmente o preço da conta de luz.

No caso das transmissoras, em um primeiro momento, o governo obrigou as concessionárias a praticarem preços muito baixos. A TUST (Tarifa de Uso de Transmissão) refletiu, praticamente, apenas os custos da operação.

Os investimentos não amortizados foram ignorados naquele momento, o que obrigou o governo a, posteriormente, editar outra MP corrigindo o erro.

O MME, então, quase três anos depois, definiu os critérios para a indenização (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/agu-quer-pacificar-brigas-na-justica-entre-uniao-e-empresarios.shtml>), e a Aneel desenvolveu o modelo de cálculo da RAP (Receita Anual Permitida).

O passivo gerado e agora distribuído aos consumidores foi calculado de 2013 a 2017, quando foi iniciado o pagamento em parcelas anuais.

Nos recursos recentes, a que a **Folha** teve acesso, associações afirmam que poderão ser processadas pelos consumidores por "apropriação indébita" caso não haja uma correção.

A Abrace (Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia), por exemplo, ficou sem pagar os valores a mais desde 2017 por meio de uma decisão liminar (provisória), que expirou em novembro de 2019.

O problema, segundo as empresas, é que a Aneel decidiu fazer o acerto de contas justamente em parcelas anuais, enquanto receitas pagas pelos usuários nas contas de consumidores com taxas e impostos foi feita mensalmente ao longo do período.

A FATURA A PAGAR

- **R\$ 7,7 bilhões**

É o valor acumulado que as empresas dizem ser correto aplicar sobre as tarifas até 2028

- **R\$ 6 bilhões**

Foi a revisão que a Aneel autorizou às empresas somente no período entre 2017-2018

De acordo com as empresas, no entanto, a agência reguladora desconsiderou os pagamentos efetuados e, ao fazer a conta de reposição anual, cobrou indevidamente juros sobre as parcelas mensais acumuladas —o que gerou as distorções. Esse sobrepreço foi parar nas contas de luz.

A Aneel negou ter cometido qualquer erro no cálculo e afirmou que os critérios foram discutidos exaustivamente em audiências públicas.

Associações, ainda segundo a agência, participaram dos debates e concordaram com o mecanismo de reposição de receitas implementado. As entidades negam ter concordado com o modelo no passado.

Por causa da pandemia da Covid-19, a Aneel decidiu agora reorganizar o pagamento dessas parcelas.

Em julho deste ano, serão incorporados às tarifas R\$ 2,2 bilhões pelo arranjo. Em julho de 2022, R\$ 3,2 bilhões. A partir de 2023 até 2028, as parcelas passam para R\$ 6,8 bilhões, totalizando R\$ 46,2 bilhões.

Na carta da Abrace, a entidade considera haver ao menos R\$ 9 bilhões cobrados a mais, boa parte em razão dos erros de cálculo.

Para a Abiape (Associação Brasileira de Investidores em Autoprodução de Energia), o valor correto de repasse às tarifas seria de R\$ 7,7 bilhões. São R\$ 4,6 bilhões de juros cobrados indevidamente e R\$ 3,2 bilhões de investimentos não amortizados de 2013 a 2017.

Em nota, a Aneel afirmou que não existe qualquer valor indevido pago pelos consumidores às transmissoras. "Não há erro algum, nem no cálculo, nem no método utilizado pela Aneel para estabelecer as receitas das transmissoras", disse a agência.

Segundo a agência, o assunto foi judicializado com decisão favorável ao órgão de regulação.

"Depois de perder na Justiça, a Abrace e a Abiape buscam uma nova linha de argumentação, baseada em premissas equivocadas que afrontam diretamente a legislação e regulamentação existentes. Causa estranheza esse assunto vir à tona agora, mesmo após anos de discussões e pleno conhecimento do cálculo adotado."

A agência afirmou ainda que a metodologia do cálculo questionada pelas associações foi debatida exaustivamente em audiência pública em 2017. "A própria Abrace contribuiu com as

consultas. E nunca levantou esse questionamento."

A Aneel disse que está em curso um processo sobre o tema que será julgado nas próximas semanas.

O Ministério de Minas e Energia não respondeu até a conclusão deste texto. Consultadas, Abrace e Abiape não quiseram comentar.

Além de criticarem o cálculo dessa reposição de receitas, essas associações já consideram preocupante a política de contenção do aumento nas tarifas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/energia-subira-menos-de-10-apos-medidas-de-alivio-de-r188-bi-diz-aneel.shtml>) adotada agora pelo governo Jair Bolsonaro e pela Aneel, que, segundo elas, foi muito abaixo do devido.

A Aneel autorizou aumentos de 7% a 8%, a depender da concessionária. Os custos, porém, subiram acima de 20%.

A decisão de postergar esse reajuste —chamado de pedalada pelo setor— foi tomada como forma de amenizar a conta de luz para os consumidores, que, por causa da pandemia, perderam emprego e renda.

A preocupação no setor é que, futuramente, o aumento da tarifa seja ainda maior considerando a alta da própria inflação no período.

O custo da energia já está elevado em razão da crise hídrica (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/com-alerta-de-risco-hidrico-aneel-anuncia-energia-mais-cara-em-junho.shtml>), a pior dos últimos 91 anos, o que obrigou o governo a acionar usinas termelétricas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/governo-acionara-termicas-sem-contrato-para-evitar-acionamento-de-energia.shtml>). Essas usinas geram energia acima de R\$ 1.200 por MWh (megawatt-hora).

A energia já representa o principal fator que fez a inflação medida pelo IPCA bater 8% (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/salarios-encolhem-com-reajustes-baixos-e-inflacao-disparada.shtml>) no acumulado em 12 meses até abril.

Com energia cara e inflação, a retomada da atividade (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/risco-de-falta-de-energia-e-escassez-de-insumos-na-industria-podem-cortar-ate-1-ponto-do-pib.shtml>) econômica não somente vai demorar mais como será mais tímida.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Gargalos de transmissão limitam transporte de energia para socorrer reservatórios secos

ONS poderia ter usado menos térmicas se pudesse trazer mais eletricidade do Norte

11.jun.2021 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/12/>)

Nicola Pamplona (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/nicola-pamplona.shtml>)

RIO DE JANEIRO Restrições na rede brasileira de transmissão de energia estão restringindo a transferência de eletricidade de outras regiões para socorrer os reservatórios das hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste, que entram no período seco com níveis alarmantes

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/bacia-do-parana-ja-sente-efeitos-da-seca-sobre-agronegocio-e-geracao-de-energia.shtml>).

A maior capacidade de transporte da energia da região Norte, por exemplo, poderia ter reduzido a necessidade de geração térmica (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/governo-amplia-busca-de-termicas-emergenciais-para-evitar-acionamento.shtml>) no Sudeste durante o período chuvoso naquela região, diz o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

Baixo nível do reservatório da hidrelétrica de Água Vermelha, no rio Grande, deixa à mostra parte do terreno embaixo de ponte entre Mira Estrela e Indiaporã, no interior de São Paulo. - Eduardo Anizelli/Folhapress

O problema, segundo o operador, foi causado por atrasos na conclusão do sistema de transmissão que interliga a usina de Belo Monte, no Pará, à região Sudeste, que ficará totalmente pronto apenas em novembro de 2021.

Sofrendo com fortes chuvas (<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/06/impulsionado-pelas-mudancas-climaticas-rio-negro-registra-cheia-historica-em-manaus.shtml>) desde o início do ano, as hidrelétricas da região Norte estão hoje com 84% de sua capacidade de armazenamento de energia, quase o triplo dos 31% verificados no subsistema Sudeste/Centro-Oeste.

Mesmo com as restrições, a energia do Norte tem sido fundamental para garantir o suprimento nas duas regiões, que vem sendo castigadas desde 2020 pela pior seca já registrada. Em abril, a transferência de energia entre as regiões bateu recorde histórico de 9.634 MW (megawatts) médios.

O ONS diz que o período de maior disponibilidade de energia no Norte já passou e a transmissão da energia daquela região não é mais um gargalo. Agora, segundo especialistas, as dificuldades se concentram na capacidade de transporte da energia gerada no Nordeste.

Com o início da estação dos ventos, a geração eólica em estados nordestinos começa a ter papel importante no fornecimento de energia no país. Na última quarta (9), foi responsável por 11% de toda a eletricidade injetada no sistema.

O sistema de transmissão que interliga o Nordeste ao Sudeste/Centro-Oeste passou por reforços nos últimos anos, mas ainda tem gargalos, provocados principalmente pela quebra da espanhola Abengoa, que venceu leilões para a construção de grandes ramais.

A presidente da Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica), Élbia Ganoun, diz acreditar que os impactos dos gargalos são marginais, sem possibilidade de reverter a situação crítica (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/ons-preve-reservatorios-quase-vazios-e-perda-do-controle-hidraulico-no-segundo-semester.shtml>) do subsistema energético do Sudeste/Centro-Oeste.

Ela frisa, porém, que é necessário um esforço para ampliar a capacidade de transmissão entre os dois subsistemas para o aproveitamento da expansão da capacidade de geração eólica já contratada.

"Como eólico e solar estão crescendo muito, o planejamento da transmissão precisa de mais leilões", diz ela. "A capacidade de geração está crescendo numa velocidade tão grande que a transmissão precisa acompanhar."

O intercâmbio de energia é feito por grandes linhas de transmissão (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/apagao-atinge-consumidores-em-diversos-estados.shtml>) que interligam os quatro grandes subsistemas em que é dividido o setor elétrico brasileiro. O sistema foi planejado para aproveitar as diferentes características de cada região.

O Norte, por exemplo, tem capacidade de geração muito maior que o seu consumo de energia e, por isso, pode exportar grandes volumes durante o período chuvoso. Já no Nordeste, os ventos ficam mais fortes no inverno, quando as hidrelétricas do Sudeste estão mais secas.

O sistema de transmissão vem passando por forte expansão, mas dados da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) apontam elevado índice de atrasos em obras: 26% dos projetos contratados atualmente estão fora do cronograma.

As razões para os atrasos vão desde dificuldades na obtenção de licenças ambientais à caducidade de contratos assinados nos anos 2010, principalmente da espanhola Abengoa, que pediu recuperação judicial em 2016 e, no ano seguinte, teve nove contratos suspensos.

Para Patrícia Agra, sócia do LO Baptista Advogados, os gargalos na transmissão são resultado de falhas no planejamento e leilões de concessão mal sucedidos e foram agravadas pela pandemia, que atrasou obras em curso.

Não há estimativas de quanta energia deixou de ser transferida entre regiões por gargalos no sistema de transmissão. A Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica) calcula

que as perdas nos parques solares somaram 70,8 mil MWh (megawatts hora) em 2020.

O dado, porém, inclui diferentes tipos de restrições operativas — como, por exemplo, quando o ONS reduz a geração por manutenção em linhas de transmissão ou queda na demanda.

"Para a ampliarmos cada vez mais o uso de grandes usinas renováveis, as linhas de transmissão são estratégicas", diz o presidente executivo da Absolar, Rodrigo Sauaia. "Não adianta só construir novas usinas se não pudermos transmitir essa energia."

O ONS diz que uma maior capacidade de transferência de energia não teria ajudado a preservar água nos reservatórios do Sudeste porque há hoje limites mínimos de vazão nas principais barragens para atender a outros usuários rio abaixo.

Flexibilizar essas restrições é um dos focos de atuação do governo no esforço para evitar racionamento. A ANA (Agência Nacional de Águas) já emitiu um decreto de emergência hídrica (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/ana-decreta-emergencia-que-pode-impactar-captacao-de-agua-na-bacia-do-rio-parana.shtml>) que prevê a possibilidade de alterar as outorgas para captação de outros usos, como a irrigação.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/gargalos-de-transmissao-limitam-transporte-de-energia-para-socorrer-reservatorios-secos.shtml>

Governo não paga auxílio a mais de 400 mil na fila do Bolsa Família

Famílias comprovaram situação de pobreza, mas não foram incluídas na nova rodada do programa

13.jun.2021 às 23h15

Thiago Resende (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/thiago-resende.shtml>)

BRASÍLIA Mais de 400 mil cadastrados que estão na fila de espera do Bolsa Família ficaram sem o auxílio emergencial neste ano, apesar de o governo Jair Bolsonaro (sem partido) dizer que os recursos para o pagamento da assistência emergencial na pandemia estão sobrando

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/governo-avalia-prorrogar-auxilio-emergencial-por-dois-meses-com-custo-de-r18-bi.shtml>).

Essas famílias apresentaram documentação ao Ministério da Cidadania no início do ano, quando a nova rodada do auxílio ainda não tinha sido lançada.

A pasta analisou e confirmou que essas pessoas estão abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza, previstas no Bolsa Família.

Após esse aval, as famílias entram na fila de espera. Sem a ampliação do programa social, prometida desde o fim de 2019, quase 1,2 milhão de cadastros aguardavam em março para receber a transferência de renda.

A partir de abril, o governo passou a priorizar o auxílio emergencial, que tinha acabado de ser recriado. O auxílio é um programa temporário e com muito mais recursos que o Bolsa Família.

No entanto, números obtidos pela **Folha** mostram que, considerando a fila do Bolsa Família, 763 mil estão recebendo o auxílio emergencial.

Isso significa que apesar de já terem superado a burocracia da documentação para o Bolsa Família, 423,3 mil lares não receberam a renda do programa social em abril nem a assistência emergencial para enfrentar a pandemia.

O auxílio emergencial em 2021 foi desenhado para atender 45,6 milhões de famílias

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/auxilio-emergencial-menor-comeca-a-ser-pago-em-meio-a-piora-da-pandemia.shtml>). A

primeira parcela, em abril, foi paga a 39,1 milhões —menos do que o estimado.

Em relação a custos, o valor desembolsado foi de R\$ 8,9 bilhões, enquanto a verba disponível por mês era de R\$ 11 bilhões.

Integrantes da equipe econômica citam, portanto, que há uma quantidade excedente de dinheiro e querem usar essa verba para bancar parte da prorrogação do auxílio emergencial, inicialmente previsto para encerrar em julho.

O prolongamento do programa emergencial (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/auxilio-emergencial-e-uma-arma-que-nos-temos-e-pode-ser-renovado-diz-guedes.shtml>), porém, não prevê uma ampliação significativa das famílias atendidas.

Procurado, o Ministério da Cidadania não explicou o motivo de a fila do Bolsa Família não ter sido totalmente incluída no pagamento do auxílio emergencial.

A pasta afirmou que tem adotado medidas para alcançar a maior cobertura possível "de famílias em situação de vulnerabilidade, assegurando uma renda mínima para essa parcela da população, ao mesmo tempo em que, com responsabilidade fiscal, respeita-se o limite orçamentário".

O Ministério da Cidadania afirmou que ainda "trabalha no processamento de cadastros a partir das informações mais recentes disponíveis nas bases de dados governamentais".

O limite orçamentário é de R\$ 44 bilhões (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/senado-conclui-votacao-da-pec-que-preve-ate-r-44-bi-para-novo-auxilio-emergencial.shtml>) para as parcelas do auxílio entre abril e julho. É desse valor que o Ministério da Economia tem apontado um excesso de recursos.

Especialistas dizem que há falhas na gestão da verba destinada ao auxílio emergencial.

"Essas [mais de 400 mil] famílias devem ser atendidas, porque estão empobrecidas e inclusive com dificuldades claras em manter uma alimentação adequada. Deixar essas famílias sem atendimento por nenhum dos dois programas é um ato de desumanidade", disse a especialista em políticas públicas Letícia Bartholo.

Para entrar no Bolsa Família, é preciso estar no Cadastro Único (que reúne potencial público de programas sociais), ter atualizado os dados há menos de 24 meses, com informações consistentes e sem pendências cadastrais.

Além disso, a renda mensal da família não pode ultrapassar R\$ 89 por pessoa (situação de extrema pobreza) ou R\$ 178 por membro (situação de pobreza).

Quem passou por esta etapa se torna habilitado ao programa. Mas, por falta de dinheiro, o recebimento da transferência de renda não tem sido mais automático.

Desde meados de 2019, o governo Bolsonaro registra fila de espera para o Bolsa Família (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/12/fila-do-bolsa-familia-volta-a-1-milhao-apos-reducao-do-auxilio-emergencial.shtml>). A lista havia sido zerada na gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB).

Na primeira rodada do auxílio emergencial, paga no ano passado, a fatia de famílias que estavam na fila e não receberam assistência do governo foi bem menor. Cerca de 50 mil cadastros aprovados para o Bolsa Família estavam fora do auxílio emergencial em junho de 2020, por exemplo.

Desde que o auxílio voltou a ser pago, em abril de 2021, os beneficiários do Bolsa Família, cuja transferência média é de R\$ 191 por mês, recebem do programa mais vantajoso a eles.

Dos 14,6 milhões beneficiários do Bolsa Família, cerca de 10 milhões passaram a ganhar o auxílio emergencial, por ser um valor maior. O auxílio varia de R\$ 150 a R\$ 375, dependendo da formação da família.

O custo mensal do Bolsa Família caiu de R\$ 2,7 bilhões para R\$ 1,1 bilhão. Mesmo assim, o programa está praticamente travado desde abril.

Integrantes do Ministério da Cidadania disseram que, como o governo planeja reformular o programa e aumentar o benefício médio no segundo semestre, não houve espaço no Orçamento para que a fila fosse zerada.

A promessa de reestruturação do Bolsa Família é do começo do governo e agora tem um reforço do viés político com Bolsonaro de olho na eleição (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/guedes-diz-que-pt-mercidamente-ganhou-quatro-eleicoes-apos-criar-o-bolsa-familia.shtml>) de 2022.

O auxílio emergencial em 2021 tem como público-alvo quem já está dentro do Bolsa Família e também aquelas pessoas que já receberam o benefício emergencial no ano passado.

Para Bartholo, esse pode ser um dos motivos da falta de assistência às famílias da fila. "É como se tivessem congelado a pobreza no fim do ano passado."

"Essas pessoas já habilitadas para o Bolsa Família deveriam estar automaticamente elegíveis e recebendo o auxílio emergencial", afirmou Lauro Gonzalez, coordenador FGV/Cemif (Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da Fundação Getulio Vargas).

Estudo do Cemif já havia apontado que a exclusão digital prejudicou o acesso das famílias (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/exclusao-digital-deixou-familias-pobres-sem-auxilio-emergencial.shtml>) mais pobres ao auxílio emergencial durante a pandemia.

Pelos dados, 20% dos entrevistados das classes D e E que tentaram e não conseguiram o auxílio do governo apontam a falta de celular como uma das razões para não conseguir o benefício — quando consideradas todas as classes, esse percentual é de 7%.

O Ministério da Cidadania não respondeu se a exclusão digital pode ter sido um dos fatores para que os mais de 400 mil cadastros na fila de espera do Bolsa Família não tenham recebido o auxílio emergencial em 2021.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play

(<https://play.google.com/store/apps/details?>

CLIMA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/CLIMA](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/clima))

Mesmo com setor elétrico em alerta, bioenergia segue subaproveitada

Rede só recebe 15% do potencial de geração de energia pela cana, por exemplo

12.jun.2021 às 23h15

Douglas Gavras (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/douglas-gavras.shtml>)

SÃO PAULO Ao mesmo tempo que a falta de chuvas coloca reservatórios de hidrelétricas em alerta e acende um sinal amarelo sobre possíveis restrições no fornecimento de energia no Brasil este ano, fontes alternativas continuam subaproveitadas.

A bioeletricidade é uma energia renovável, feita a partir da biomassa: resíduos da cana-de-açúcar (bagaço e palha), restos de madeira, carvão vegetal, casca de arroz, capim-elefante e outras. No Brasil, 80% da bioeletricidade vem dos resíduos da cana-de-açúcar, segundo o setor.

Só que apenas 15% do potencial de geração de bioeletricidade, por exemplo, produzida a partir da cana-de-açúcar é aproveitado pela rede hoje, estima a Unica (União das Indústrias de Cana-de-Açúcar).

Em 2020, a geração para o SIN (Sistema Interligado Nacional) pelo setor foi equivalente a cerca de 5% do gasto nacional de energia, o equivalente ao consumo de 12 milhões de residências por um ano.

Isso, em um momento em que o setor elétrico causa preocupação. No começo do mês, uma nota técnica feita pelo ONS (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/ons-preve-reservatorios-quase-vazios-e-perda-do-controle-hidraulico-no-segundo-semester.shtml>) (Operador Nacional do Sistema Elétrico) apontou que os reservatórios de ao menos oito usinas hidrelétricas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste podem estar praticamente vazios até novembro.

No dia seguinte, a entidade mudou o tom do alerta (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/ons-muda-tom-e-diz-que-medidas-garantem-abastecimento-em-2021.shtml>), ressaltando que as medidas preventivas adotadas vão garantir o abastecimento de energia no Brasil neste ano. Mas a crise pela falta de chuvas assusta.

Dados oficiais demonstram que o volume de chuvas no mês passado foi abaixo do normal e o país está entrando no período seco. Com a piora do cenário, o governo decidiu buscar usinas

térmicas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/bacia-do-parana-ja-sente-efeitos-da-seca-sobre-agronegocio-e-geracao-de-energia.shtml>) a gás sem contrato para reforçar a capacidade de geração no país.

É preciso olhar além dessas opções, diz Zilmar Souza, gerente de Bioeletricidade da Unica. "A biomassa é uma fonte renovável e não intermitente. As energias eólica e solar são coirmãs e devem continuar agregando aos sistema, mas a diversificação dá mais estabilidade ao portfólio, e o melhor dos mundos seria agregar todas as renováveis."

Ele ressalta que uma maior atenção para fontes, como a bioeletricidade de cana e o biogás poderiam ser úteis no momento atual e evitar o uso de fontes mais caras que também encarecem a conta de luz.

"A gente pode contribuir mais para a rede, tirando mais palha do campo e gerindo melhor a energia dentro da usina. Estamos esperando uma sinalização mais clara do governo para nos planejarmos, já que, por ser uma geração extra, ela tem de ser liquidada no mercado de curto prazo", diz.

Para estimular a produção, as empresas do setor pleiteiam junto ao MME (Ministério de Minas e Energia) a formulação de leilões voltados tanto para a bioeletricidade quanto para o biogás.

- **Como a bioeletricidade de cana é produzida?**

Plantação

Depois de colhida, a cana é levada para a usina, para ser moída no processo de extração do caldo a ser transformado em açúcar e etanol

↓

Aproveitamento

No processo, também é gerado o bagaço, usado para alimentar as caldeiras da usina. A palha também serve como combustível

↓

Transformação

A caldeira gera o vapor, resultando em energia térmica (usada no aquecimento na hora de produzir açúcar e etanol), sendo transformada em energia mecânica (para movimentar máquinas e turbinas) e depois em energia elétrica

↓

Uso

A energia elétrica que é obtida desse ciclo é usada para o consumo da própria usina e o que sobra é vendido para o sistema nacional

Fonte: Unica

No ano passado, a oferta de bioeletricidade para a rede pelo setor cresceu 1% em relação ao ano anterior, com um volume de 22.604 GWh. Sendo que 83% desse total foi ofertado no período

seco, entre maio e novembro. A geração equivale a uma economia de 15% da água associada à energia máxima gerada nos reservatórios das hidrelétricas do Sudeste/Centro-Oeste.

A estimativa da entidade é que a geração de bioeletricidade pela cana no ano passado também tenha poupado a emissão de 6,3 milhões de toneladas de CO₂.

Apesar disso, a contribuição dessa fonte não tem tido um crescimento significativo nos últimos anos. Entre os problemas apontados para esse cenário, estão a judicialização do Mercado de Curto Prazo, pela necessidade de recomposição de preços, e o endividamento e alavancagem de empresas do setor.

O presidente Jair Bolsonaro visita planta de biogás no interior de SP - Marcos Corrêa - 16.out.20/PR

Outra fonte ainda considerada subaproveitada é o biogás. Segundo a Abiogás, entidade do setor, o Brasil apresenta o maior potencial energético do mundo, com 43,2 bilhões Nm³/ano.

Esse potencial de produção se encontra, sobretudo, nos resíduos do setor sucroenergético (48,9%), na proteína animal (29,8%), na produção agrícola (15,3%) e no saneamento (6%) e tem capacidade de suprir quase 40% da demanda nacional de energia elétrica ou substituir 70% do consumo de diesel.

Existe uma geração espontânea pela decomposição de resíduos, de 120 milhões de m³ por dia, na área urbana e no campo, mas o país aproveita menos de 2% desse potencial, diz o vice-presidente da associação, Gabriel Kropsch.

"O biogás está sendo produzido todo dia, a questão é fazer investimentos [\(<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/06/reflexoes-para-mais-uma-crise-hidrica.shtml>\)](https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/06/reflexoes-para-mais-uma-crise-hidrica.shtml) na captura e no aproveitamento dessa fonte. Com projetos consistentes, a velocidade de implementação é rápida, levando no máximo dois anos para que uma planta comece a dar resultado", diz.

Ele ressalta que um dos gargalos para o setor é a falta de recursos, já que o investidor precisa levantar fundos próprios. "Em outras fontes, o investidor entra em um leilão e depois vai ao mercado levantar recursos; no biogás, ele tem de ter dinheiro. Como muitos dos equipamentos ainda são importados, também faltam incentivos."

Em outubro do ano passado, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) participou da inauguração de uma planta privada de biogás em Guariba (SP). A unidade é a primeira em escala comercial a usar a conversão da torta de filtro e da vinhaça (subprodutos da indústria da cana-de-açúcar) para gerar energia.

Segundo o MME (Ministério de Minas e Energia), o potencial de produção de biogás no Brasil, somente a partir da vinhaça, pode atingir em 2030 até 45 milhões m³ por dia, o que

corresponde a mais de duas vezes o volume médio de gás natural importado da Bolívia em 2019.

Na última sexta-feira (11), o MME afirmou que deve realizar uma licitação (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/governo-prepara-leilao-para-contratar-energia-de-usinas-a-biomassa.shtml>) para fechar a compra da produção de usinas de geração de eletricidade movidas à biomassa, após as usinas de cana-de-açúcar conversarem com membros do governo sobre medidas que poderiam contribuir para o setor.

"A previsão é de que a portaria de consulta pública das diretrizes do leilão de contratação de biomassa seja publicada até o final deste mês", disse a pasta, por meio de nota.

Segundo a **Folha** apurou, agora o setor aguarda que o MME publique uma portaria com as propostas de diretrizes para a contratação da biomassa.

(Com Reuters)

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/mesmo-com-setor-eletrico-em-alerta-bioenergia-segue-subaproveitada.shtml>

Para evitar racionamento, governo reduz vazão de usinas no rio Paraná

Portaria do Ministério de Minas e Energia diminui defluência mínima das hidrelétricas Jupiá e Porto Primavera

12.jun.2021 às 13h44

Daniel Carvalho (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/daniel-carvalho.shtml>)

BRASÍLIA Na tentativa de evitar um racionamento de energia elétrica nos próximos meses (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/ana-decreta-emergencia-que-pode-impactar-captacao-de-agua-na-bacia-do-rio-parana.shtml>), O governo decidiu reduzir a vazão das usinas hidrelétricas de Jupiá e Porto Primavera, no rio Paraná.

Portaria assinada pelo ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) foi publicada em edição extra do "Diário Oficial da União" no fim da noite de sexta-feira (11).

Pelo texto publicado, o concessionário da usina hidrelétrica Jupiá deverá iniciar imediatamente a realização de testes de redução de defluência mínima até atingir o valor de 2.300 m³/s de forma estável, a partir de 1º de julho. Hoje, a quantidade mínima de água liberada na usina é de 3.300 m³/s.

No caso da hidrelétrica de Porto Primavera, a redução deve ser de 3.900 m³/s para 2.700 m³/s.

Estas reduções já haviam sido recomendadas em uma nota técnica do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) no fim de maio.

O texto do ONS informa que "os níveis de armazenamento dos reservatórios localizados na bacia do rio Paraná não se recuperaram de forma satisfatória ao longo do período úmido 2020/2021, resultado da pior sequência hidrológica dos últimos 50 anos

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/governo-emite-alerta-de-emergencia-hidrica-de-junho-a-setembro-em-5-estados.shtml>) do histórico para o período de setembro a maio observada nessa bacia".

Simulações executadas pelo ONS demonstram que a geração hidráulica compulsória necessária para o atendimento das defluências mínimas das usinas de Jupiá e Porto Primavera é o fator limitante para proporcionar melhores condições de operação hidráulica na bacia do rio Paraná.

De acordo com o Operador, o ganho energético do incremento de geração proveniente de outras fontes resultará em ganhos de armazenamento em outras bacias.

Ainda segundo o ONS, a flexibilização nas duas usinas hidrelétricas em conjunto com a flexibilização da cota mínima de operação da hidrovia Tietê-Paraná vão proporcionar ganhos de armazenamento nos principais reservatórios da bacia do rio Grande.

"Especificamente para a UHE [usina hidrelétrica] Furnas, tais flexibilizações evitam o esgotamento dos recursos", informa a nota do Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Após a pior seca da história, os reservatórios das hidrelétricas das regiões Sudeste e Centro-Oeste (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/pior-seca-da-historia-encarecera-conta-de-luz-o-ano-todo.shtml>) terminam o período de chuvas no menor nível desde 2015 (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/ons-ve-seca-pressionar-sistema-eletrico-do-brasil-ate-2022.shtml>).

No fim de maio, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) anunciou a aplicação do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha para o mês de junho (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/com-alerta-de-risco-hidrico-aneel-anuncia-energia-mais-cara-em-junho.shtml>), ao custo de R\$ 6,243 para cada 100kWh (quilowatt-hora) consumidos.

A agência citou "condições hidrológicas desfavoráveis" em maio para ativar o patamar mais caro dos sistema de bandeiras tarifárias.

O Ministério de Minas e Energia ampliou o leque de usinas termelétricas sem contrato que podem ser usadas para tentar evitar um racionamento de energia em 2021. Portaria de 7 de junho abriu a possibilidade de acionamento de usinas a outros combustíveis além do gás natural (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/governo-amplia-busca-de-termicas-emergenciais-para-evitar-acionamento.shtml>).

A busca por novas fontes de geração é uma das prioridades do esforço do governo para evitar o racionamento, diante do baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/bacia-do-parana-ja-sente-efeitos-da-seca-sobre-agronegocio-e-geracao-de-energia.shtml>).

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/para-evitar-acionamento-governo-reduz-vazao-de-usinas-no-rio-parana.shtml>

PETROBRAS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/PETROBRAS](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/petrobras))

Petrobras inicia venda de participação restante na BR Distribuidora

Pela cotação desta sexta, operação renderia R\$ 11 bilhões à estatal

11.jun.2021 às 21h16

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/12/>)

Nicola Pamplona (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/nicola-pamplona.shtml>)

RIO DE JANEIRO A Petrobras deu início ao processo de venda de sua fatia remanescente na BR Distribuidora, maior distribuidora de combustíveis do país. A expectativa é tentar oferecer as ações, que correspondem a 37,5% do capital da companhia, ainda este mês.

Pela cotação desta sexta (11), a operação renderia cerca de R\$ 11 bilhões à estatal, que vem tocando desde 2015 um plano de venda de ativos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/com-venda-de-ativos-petrobras-fecha-2019-com-lucro-recorde-de-r-40-bilhoes.shtml>) sob o argumento de que precisa reduzir sua dívida e focar seus investimentos na exploração do pré-sal.

A BR já foi alvo de duas operações em bolsa (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/petrobras-vende-r-86-bi-em-acoes-da-br-distribuidora-e-privatiza-subsidiaria.shtml>). Na primeira, em 2018, a Petrobras levantou R\$ 5 bilhões com a venda de 28,75% do capital da subsidiária. Na segunda, em 2019, foram vendidas 33,75% das ações, por R\$ 8,6 bilhões.

Após a oferta secundária, a Petrobras deixou de ser controladora (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/privatizada-br-distribuidoranao-tem-controlador-definido.shtml>) da BR. A operação foi garantida por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que permitiu a venda de subsidiárias de estatais sem anuência do Congresso Nacional.

A venda da fatia restante foi aprovada pelo conselho de administração da companhia em 2020 e a ideia era concluir a operação no início do ano, mas o processo foi atrasado pela conturbada troca no comando da Petrobras, iniciado em fevereiro, com a demissão de Roberto Castello Branco (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/gestao-castello-branco-queria-foco-no-pre-sal-e-em-pagar-dividendos.shtml>).

Indicado pelo presidente Jair Bolsonaro, o general Joaquim Silva e Luna só assumiu em meados de abril, após debandada no conselho de administração e na diretoria da estatal. A demissão de Castello Branco fez a empresa perder R\$ 102,5 bilhões em valor de mercado em apenas dois dias.

Nesta sexta, a Petrobras informou à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) que entrou em contato com a BR solicitando cooperação para implementar a oferta pública de ações. A empresa frisou que a operação depende de condições de mercado e aprovação dos órgãos internos da Petrobras quanto ao preço.

"Esta operação está alinhada à otimização do portfólio e à melhoria de alocação do capital da companhia, visando a geração de valor para os seus acionistas", disse a companhia.

Logo da BR Distribuidora em posto de combustíveis em Natal (RN) - Paulo Whitaker-19.nov.2018/Reuters

O programa de venda de ativos começou após os anos de prejuízo com o reconhecimento de perdas com o esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato e foi acelerado no governo Bolsonaro (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/sob-bolsonaro-petrobras-acelera-venda-de-ativos-e-mira-acionista.shtml>), que realizou em 2020 a primeira venda de refinaria da história da companhia.

A Refinaria Landulpho Alves, em Salvador, foi vendida ao fundo Mubadala por US\$ 1,65 bilhão (R\$ 8,8 bilhões pelo câmbio da época), processo que está abriu uma guerra judicial movida por sindicatos e partidos da oposição (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/congresso-acusa-governo-de-subterfugios-para-encolher-estatais-sem-autorizacao.shtml>).

O plano prevê a venda de outras sete refinarias, com a empresa focando suas operações de produção de combustíveis na região Sudeste, mantendo apenas as unidades de São Paulo e do Rio de Janeiro (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/plano-de-desinvestimentos-preve-petrobras-concentrada-no-sudeste.shtml>).

Nesse processo, a Petrobras vem se desfazendo também de ativos no setor de gás natural, energia, biocombustíveis e de campos de petróleo em terra ou fora do pré-sal. Sua dívida, que chegou a superar os US\$ 120 bilhões, fechou o primeiro trimestre em US\$ 70,9 bilhões (R\$ 388 bilhões, pelo dólar médio de vendas no período).

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Painel (/colunas/painel/)

Editado por Camila Mattoso, espaço traz notícias e bastidores da política. Com Fabio Serapião e Guilherme Seto.



Prefeitos dizem ao governo que preferem reforma tributária fatiada a uma mais ampla

Eles manifestaram a posição em encontro com Flávia Arruda, da Secretaria de Governo

11.jun.2021 às 23h15

EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/12/>)

Em reunião com a ministra Flávia Arruda (Secretaria de Governo)

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/bolsonaro-faz-novo-aceno-ao-centrao-e-edita-portaria-que-reduz-poder-do-executivo-no-pagamento-de-emendas.shtml>), representantes da Frente Nacional dos Prefeitos

(<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/05/presidente-da-frente-de-prefeitos-aguarda-ha-mais-de-um-mes-agenda-com-ministra-de-bolsonaro.shtml>) informaram que, entre a reforma tributária fatiada defendida pelo ministério da Economia e a mais ampla proposta pelo relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), eles ficam com o governo.

Os prefeitos explicaram que o melhor caminho seria seguir a reforma sugerida pelo movimento “Simplifica Já”, que não impacta nos impostos municipais, mas caso ela não prospere a melhor opção é a do governo.

A aposta dos gestores é que a fatia sobre os municípios fique para o fim e nem seja votada por causa da chegada do período eleitoral.

Flávia Arruda, da Secretaria de Governo da administração Jair Bolsonaro - Marcos Corrêa-9.abr.2021/Presidência da República

VEJA TEMAS ABORDADOS PELA COLUNA

- 1 Freixo e Molon devem fazer dobradinha e cruzar o Rio em pré-campanha pelo PSB

REFORMA TRIBUTÁRIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/REFORMA-TRIBUTARIA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/REFORMA-TRIBUTARIA))

Tributo global pode favorecer países ricos em detrimento de emergentes

Acordo prevê imposto mínimo global sobre a renda de pelo menos 15% para grandes multinacionais

12.jun.2021 às 12h23

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/13/>)

Eduardo Cucolo (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/eduardo-cucolo.shtml>)

SÃO PAULO O acordo anunciado pelos ministros das Finanças dos países do G7 em torno de dois pilares sobre a tributação da renda de grandes multinacionais é visto por especialistas como diretrizes para as discussões sobre a reforma tributária (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/guedes-prepara-reforma-tributaria-enxuta-com-mudanca-timida-na-tabela-do-ir.shtml>) no Brasil.

Os benefícios para o país das duas medidas, que tratam de novas regras sobre onde os impostos devem ser pagos e de uma alíquota mínima global sobre lucros, no entanto, ainda geram dúvidas, diante da falta de definição sobre os detalhes da sua aplicação.

Em sua reunião mais recente, os ministros das Finanças do G7 concordaram

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/g7-anuncia-acordo-historico-para-tributar-gigantes-multinacionais.shtml>) com reformas que farão com que as grandes multinacionais paguem parte dos impostos nos países em que fazem negócios. Também acordaram trabalhar por uma alíquota mínima global de pelo menos 15% para o imposto de renda corporativo.

As medidas devem atingir grandes empresas e Big Techs (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/g7-age-para-tributar-amazon-em-novo-plano-para-imposto-mundial-sobre-empresas.shtml>), classificadas com base na margem de lucro e no faturamento (€ 750 milhões ou cerca de R\$ 4,5 bilhões/ano).

O tema ainda será debatido entre os países do G20 e também no fórum que reúne quase 140 países, incluindo o Brasil, na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).



A secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, se encontra com o secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, durante a reunião de ministros das Finanças do G7, em Londres - Rob Pinney/Reuters

O advogado Thiago de Mattos Marques, do escritório Bichara Advogados, afirma que a alíquota mínima do imposto de renda corporativo é importante para combater abusos, tanto por parte das empresas como de alguns governos (<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/paulkrugman/2021/06/a-nova-alianca-de-yellen-contra-os-leprechauns.shtml>), mas vê riscos à soberania dos países, principalmente em desenvolvimento, em relação às suas políticas de atração de investimentos e empresas.

Por isso, em sua avaliação, o consenso obtido entre os países do G7 não será o mesmo no âmbito do G20 nem das nações que fazem parte do grupo que debate o tema na OCDE.

Marques cita como exemplo um país que queira atrair farmacêuticas para a produção de vacinas neste momento e que teria restrição para aplicar o benefício tributário.

“Para nós, que não estamos no G7, essa não é uma medida contra abuso, é uma medida que pode inviabilizar políticas extremamente legítimas”, afirma.

Sobre a proposta de atribuir um percentual da tributação do lucro ao país onde ocorreu determinada venda do produto ou serviço, ele diz que também não haveria grandes vantagens arrecadatórias para países em desenvolvimento.

Marques destaca ainda que as discussões internacionais mostram que um imposto sobre transações financeiras não seria o caminho para tributar a economia digital. Pelo contrário, a ideia do G7 é substituir a chamada “digital tax (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/europa-afirma-que-vai-tributar-gigantes-de-tecnologia-ate-o-fim-deste-ano.shtml>)” de alguns países europeus pela alíquota mínima global.

Já para a advogada Lisa Worcman, sócia da área de Tecnologia, Inovação e Negócios Digitais do escritório Mattos Filho, uma alíquota mínima de 15% reduziria a atratividade de paraísos fiscais em relação ao Brasil, onde a tributação do lucro alcança 34%.

Em termos de arrecadação, a advogada afirma que o Brasil já tem uma carga tributária elevada sobre as empresas e também sobre remessas para o exterior.

"Existe uma lenda de que essas empresas de tecnologia não pagam tributos no Brasil, mas isso não é verdade. Todos os gigantes de tecnologia estão estabelecidos aqui e estão sujeitos a tributação corporativa em bases altíssimas, como todos os contribuintes brasileiros", afirma.

Para ela, o debate nesses fóruns internacionais mostra que o Brasil deve seguir com uma reforma tributária que reduza o imposto corporativo (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/guedes-prepara-reforma-tributaria-enxuta-com-mudanca-timida-na-tabela-do-ir.shtml>) para um patamar mais próximo da alíquota mínima global.

Também deveria deixar de lado propostas de criação de impostos digitais sobre lucro. "Existe uma indicação de que o 'digital services tax' (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/imposto-digital-de-guedes-e-descolado-do-mundo-dizem-analistas.shtml>) não é a maneira correta de tributar essas empresas da economia digital", afirma.

Frederico Bastos, sócio do escritório BVZ Advogados e pesquisador do Núcleo de Tributação do Insper, afirma que as propostas citadas no acordo do G7 não têm grande impacto para o Brasil, que já tributa empresas multinacionais e big techs com uma alíquota maior que 15%. Sobre as múltiplas brasileiras, diz que poucas seriam enquadradas nos valores de faturamento para gerar arrecadação extra relevante.

"O Brasil não é um país que deixa de arrecadar com as atividades dessas multinacionais e empresas de tecnologia", afirma.

"Todas têm subsidiárias aqui, e os resultados são tributados normalmente por Imposto de Renda, PIS/Cofins, ISS etc. E se uma empresa vai fazer uma remessa para o exterior e declara que isso é royalty, vai pagar 25% de imposto", afirma.

Sobre a impossibilidade de estabelecer políticas setoriais de incentivo, Bastos afirma que é possível que a cobrança da diferença de alíquotas se aplique apenas a países que utilizam o benefício fiscal do Imposto de Renda sobre as empresas de maneira ampla, e não como exceção.

Para ele, as discussões também devem levar o Brasil a reavaliar as alíquotas da tributação das empresas, dentro das discussões da reforma tributária.

Rodrigo Spada, presidente da Febrafite (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais), afirma que a questão da tributação mínima (<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/06/imposto-global.shtml>) interessa apenas aos países-sede de grandes corporações, que poderão cobrar a diferença entre os 15% e aquilo que é recolhido no país com tributação reduzida.

Já a distribuição da arrecadação com base no local onde são feitos os negócios ajudaria a direcionar uma parte maior dos lucros para países em desenvolvimento.

“O G7 impõe uma lógica que favorece as grandes potências. O segundo pilar [imposto mínimo] interessa muito pouco ao Brasil. É mais uma medida que acentua as desigualdades. Mas ter o pilar 1 [distribuição dos recursos] favoreceria os mercados consumidores.”

A OCDE calcula que as estratégias das grandes empresas para pagar menos impostos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/franca-notifica-big-techs-sobre-volta-de-imposto-digital.shtml>) geram uma perda global de arrecadação de 4% a 10% do imposto de renda corporativo.

Relatório divulgado pelo Observatório Fiscal da União Europeia estima que o potencial de receita de um imposto mínimo de 15% sobre os lucros das multinacionais de 35 países poderia gerar uma receita extra de € 120 bilhões (R\$ 743 bilhões).

Desse valor, 40% ficaria com países da União Europeia e 34% com os Estados Unidos. O Brasil teria € 942 milhões de arrecadação extra (quase R\$ 6 bilhões ou cerca de 5% do IRPJ).

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/tributo-global-pode-favorecer-paises-ricos-em-detrimento-de-emergentes.shtml>

Painel (/colunas/painel/)

Editado por Camila Mattoso, espaço traz notícias e bastidores da política. Com Fabio Serapião e Guilherme Seto.



Trocas nas chefias de fundos de pensão pelo governo Bolsonaro preocupam órgão de fiscalização

Mudanças foram debatidas entre técnicos da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar)

11.jun.2021 às 23h15

EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/12/>)

As recentes mudanças efetuadas pelo governo Jair Bolsonaro

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/centrao-pressiona-por-saida-de-general-ramos-e-bolsonaro-avalia-minirreforma-ministerial.shtml>) em cargos de chefia dos fundos de pensão de funcionários da Caixa (Funcef) e do Banco do Brasil (Previ) (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/previ-o-bilionario-fundo-de-pensao-do-bb-escolhe-novo-presidente.shtml>) geraram preocupação entre técnicos da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), responsável por fiscalizar as entidades.

Em maio, na Previ (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/previ-o-bilionario-fundo-de-pensao-do-bb-escolhe-novo-presidente.shtml>), José Maurício Pereira Coelho renunciou, em uma saída vista como forma de dar espaço para aliados do governo. No fundo de funcionários da Caixa, foram efetuadas mudanças na presidência e nas diretorias de participações e investimentos.

As trocas foram debatidas entre técnicos que monitoram os fundos e a indicação é que há necessidade de aumentar a atenção.

José Maurício Pereira Coelho, que deixou a presidência da Previ - Divulgação/Previ

VEJA TEMAS ABORDADOS PELA COLUNA

- 1 Freixo e Molon devem fazer dobradinha e cruzar o Rio em pré-campanha pelo PSB

Vacinação lenta agrava sobe e desce da atividade econômica

Reação de comércio, serviços e indústria é ameaçada enquanto imunização não deslança

11.jun.2021 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/12/>)

Leonardo Vieceli (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/leonardo-vieceli.shtml>)

RIO DE JANEIRO Enquanto a vacinação contra a Covid-19 (<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/04/quem-pode-se-vacinar-agora-veja-o-cronograma-pelo-pais.shtml>) não deslança no país, analistas enxergam cenário volátil para a economia, com incertezas sobre o ritmo de recuperação dos negócios. Essa avaliação foi reforçada após a divulgação dos resultados referentes a abril de serviços (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/setor-de-servicos-avanca-07-em-abril.shtml>), vendas do comércio (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/vendas-do-comercio-tem-alta-de-18-em-abril.shtml>) e produção industrial. (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/producao-industrial-recua-13-no-pais-em-abril.shtml>)

Ou seja, na visão de analistas, a tendência é de que, sem o controle da Covid-19, os indicadores de atividade voltem a intercalar períodos de alta com momentos de perda de fôlego.

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/efeito-sanfona-na-pandemia-frustra-planejamento-das-empresas-na-retomada.shtml>)

Dos três setores, dois tiveram avanços em abril: comércio (1,8%)

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/vendas-do-comercio-tem-alta-de-18-em-abril.shtml>) e serviços (0,7%)

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/setor-de-servicos-avanca-07-em-abril.shtml>). A indústria ficou no vermelho, com baixa de 1,3% (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/producao-industrial-recua-13-no-pais-em-abril.shtml>). Os dados foram divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nos últimos dias.

Segundo o órgão, apenas o varejo voltou a operar em patamar superior ao pré-pandemia no país. A alta de 1,8%, confirmada na terça-feira (8), veio após queda de 1,1% em março.

O avanço de 0,7% nos serviços, divulgado nesta sexta-feira (11), ocorreu após retração de 3,1% no mês anterior.

O alívio dos dois setores é atribuído a questões como a volta do auxílio emergencial

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/auxilio-emergencial-comeca-a-ser-pago-em-em-6-de-abril-veja-calendario.shtml>) e o menor nível de restrições a atividades em abril. A piora da crise sanitária havia paralisado em março operações de empresas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/com-piora-na-pandemia-setor-de-servicos-cai-4-em-marco.shtml>) em diferentes regiões brasileiras.

A produção industrial, por sua vez, amargou em abril a terceira queda em sequência, conforme o IBGE.

“Os indicadores apontam para uma economia que ainda não tem condições de se recuperar com as próprias pernas. Em abril, setores de comércio e serviços tiveram resultados mais positivos com a volta do auxílio e a flexibilização de medidas restritivas. A queda da indústria reforça a ideia de que a atividade econômica vai seguir de forma volátil até que a gente não tenha uma situação mais segura”, afirma o economista Fabio Bentes, da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo).

O economista Rafael Cagnin, do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), vai na mesma linha. “As coisas só vão se resolver com o controle da pandemia. Experiências internacionais têm sido assim. A China acelerou quando controlou a questão sanitária. Os Estados Unidos vêm dando sinais de retomada porque avançaram na vacinação”, frisa.

De acordo com Cagnin, a produção industrial foi prejudicada no primeiro quadrimestre porque o consumo ainda não teve retomada consistente (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/consumo-das-familias-recua-01-no-primeiro-trimestre-e-investimento-sobe-46.shtml>) no mercado interno. **Desemprego** (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/taxa-de-desemprego-chega-a-147-e-atinge-148-milhoes-de-pessoas-no-primeiro-trimestre.shtml>) e **inflação em alta** (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/ipca-avanca-083-em-maio-e-aumenta-distancia-em-relacao-ao-teto-da-meta-de-inflacao.shtml>) desafiam reação mais firme no cenário doméstico.

“A queda da produção industrial mostra que a atividade econômica ainda não está redonda. Ainda não dá para contar com uma atividade pujante, e temos de tomar cuidado com a base de comparação fraca em comércio e serviços. Essa é a leitura”, ressalta Fernanda Consorte, economista-chefe do banco Ourinvest.

O avanço da vacinação é considerado fundamental para destravar principalmente o setor de serviços. O segmento, intensivo em mão de obra, reúne atividades com dependência da circulação de clientes em espaços físicos. Hotéis, bares e restaurantes fazem parte dessa lista.

Nesta sexta-feira, o IBGE relatou que os serviços prestados às famílias, mesmo com melhora em abril, estão 40,1% abaixo do patamar pré-pandemia. O segmento contempla as atividades de alojamento e alimentação.

Estimativa da CNC, também divulgada nesta sexta-feira, indicou que, desde março de 2020, as perdas mensais sofridas pelo setor de turismo somam R\$ 355,2 bilhões no país.

“Sem avanço na vacinação, a economia é como um ônibus que pode ter de frear de repente. Estamos vivendo um momento em que é necessário ter mais vacinas”, comenta André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos.

Em relatório, o banco Goldman Sachs afirma esperar que parte dos serviços mais impactados pela Covid-19, especialmente aqueles prestados às famílias, se recupere nos próximos meses, em conjunto com o progresso no programa de imunização, a reabertura gradual da economia e o estímulo fiscal renovado.

Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos, também ressalta que a vacinação é peça importante para a retomada da confiança de consumidores e investidores.

“O setor de serviços responde por mais de 70% do PIB [Produto Interno Bruto]. A projeção de recuperação está ancorada no processo de vacinação. Isso norteia as expectativas”, diz a analista.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/vacinacao-lenta-agrava-sobe-e-desce-da-atividade-economica.shtml>

Alta da inflação coloca o governo em frente a dilemas sociais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rosana Hessel

Ao contrário do que o Banco Central vinha preconizando nas últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), a inflação não dá sinais de ser temporária e vem ficando acima das previsões do mercado mês a mês. Logo, o governo do presidente Jair Bolsonaro terá o desafio de conviver com uma inflação mais alta daqui para frente, especialmente, em um ano eleitoral. Enquanto isso, os brasileiros estão ficando mais pobres com a alta generalizada de preços. O crédito deverá ficar mais caro e escasso diante do endividamento elevado das famílias em um cenário de desemprego crescente, apesar das estimativas otimistas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estarem acima de 5%.

Analistas ouvidos pelo Correio reconhecem o problema da inflação e seus riscos para a economia e lembram que o Brasil não está sozinho com esse dilema. Há uma alta nos preços no mundo que está sendo alimentada pela retomada do crescimento global - após a recessão

de 2020 provocada pela pandemia da covid-19 - e pelos estímulos fiscais dos governos, e que vem sendo agravada no país por conta da **crise hídrica**. Além disso, há uma forte alta dos preços das commodities que vem influenciando a carestia dos alimentos desde o ano passado e que também persiste.

Apesar da escalada dos preços, Bolsonaro poderá ser beneficiado, com uma correção maior no teto de gastos - o que vai permitir a ele gastar mais em 2022 - em um cenário fiscal relativamente melhor do que o de 2020, porque o PIB deste ano deverá crescer mais, a **arrecadação** será maior e o déficit primário, menor. Além disso, por conta do deflator, o PIB nominal vai aumentar, ajudando a reduzir a dívida pública bruta por um período curto. Por outro lado, a sociedade pagará um custo bem alto se os preços continuarem subindo a ladeira sem freio, especialmente com o desemprego batendo recordes neste ano.

'A inflação não é um jogo de soma zero, o prejuízo é generalizado, principalmente, para a população mais pobre. Não é possível ver lado positivo para um cenário com inflação em alta, apesar de ter um efeito sobre o PIB nominal, ou sobre o teto de gastos, porque essa inflação está crescendo sobre uma economia com bases historicamente ruins e muito baixas, e com um quadro de desigualdade social pior, pois a renda do brasileiro está encolhendo', alerta a economista e professora do Insper, Juliana Inhasz.

'A inflação vem com efeitos colaterais, que são mais juros e menos crescimento econômico. Logo, se tem um ambiente para o governo gastar mais fora do teto de gastos e ele for mantido, uma preocupação com o fiscal precisa continuar sendo relevante', acrescenta a economista Silvia Matos, coordenadora do Instituto

Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Inflação

Escalada

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontaram alta acumulada em 12 meses de 8,06% no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de maio, após registrar a maior alta para o mês em 25 anos, de 0,83%, superando as previsões do mercado. Agora, as projeções do indicador da inflação oficial não param de ser corrigidas para cima, e, atualmente, estão cada vez mais próximas de 7% para o fim do ano, bem acima do teto da meta deste ano, de 5,25%. E, para piorar, as revisões também estão ocorrendo para o IPCA de 2022, e, algumas, já indicam uma taxa cada vez mais perto de 5%, o teto da meta do ano que vem.

O ex-diretor do Banco Central e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes, reconhece que o IPCA poderá chegar a 7% no fim do ano, porque a alta atual dos preços não tem a ver com a demanda e, sim, com a oferta. 'Há pressão de preços administrados, mas ainda não há pressão dos serviços, Logo, quando a atividade desse segmento voltar à normalidade, vamos ter mais inflação, não apenas neste ano como no próximo'.

Desemprego

O grande desafio de Bolsonaro será lidar com o cenário de empobrecimento da população e o aumento do desemprego, que já atingiu patamares recordes, em março, e deverá continuar crescendo, alerta Silvia Matos, do FGV Ibre, que está mais conservador na projeção do PIB de 2021, prevendo alta de 4,6%. Ela lembra que, diante da esperança da vacinação em massa e a possível retomada da atividade, principalmente dos serviços - que é o setor que mais emprega - no segundo semestre deste ano, boa parte daqueles 6 milhões de desalentados identificados, em março, pelo IBGE deverá se juntar aos quase 15 milhões de brasileiros desempregados em busca de algum trabalho. Logo, isso poderá fazer com que a taxa de desemprego bata novos recordes ao longo do ano, continuando elevada em 2022.

Aliás, fontes do governo reconhecem que uma das principais preocupações da equipe econômica, que pretende prorrogar o auxílio emergencial por dois ou três meses, é o desemprego. 'O desemprego vai continuar crescendo, principalmente, porque o setor de serviços voltados às famílias, que é um dos que mais empregam no país e onde há muita informalidade, ainda está longe de recuperar o patamar pré-crise, e, quando voltarem a crescer no segundo semestre se a vacinação for bem sucedida, podem não contratar no volume esperado pelo governo, porque o choque da crise foi muito forte', alerta.

Não à toa, o cenário base das projeções do FGV Ibre ainda contém muitos riscos para um crescimento acima de 5%, como a lentidão da vacinação e o aumento do custo da energia devido à **crise hídrica**. 'A inflação pode encolher um pouco no segundo semestre, mas ainda encerrará o ano em um patamar elevado, em 6,2%, o que será uma restrição adicional para a atividade', alerta Silvia Matos.

Fazenda - Arrecadação | SIHS - Secretaria de
Infraestrutura Hídrica e Saneamento - Crise hídrica

Opinião do GLOBO

O mistério da arrecadação recorde na crise

Há muita miragem nos dados da Receita Federal. O que eles reforçam é a urgência da reforma tributária

Quem analisa as contas públicas nos últimos meses depara com um mistério que, aparentemente, desafia explicações. Recentemente, a Receita Federal divulgou que a arrecadação de tributos em abril tinha crescido, em termos reais, 45,2% em relação a abril de 2020, chegando a R\$ 157 bilhões. O anúncio se somou a outro feito anteriormente sobre os dados de março e fevereiro, também com altas em relação aos mesmos meses de 2020, de 18,5% e 4,3%, respectivamente. O valor em março foi de R\$ 138 bilhões. Em fevereiro, R\$ 128 bilhões. Seria possível, numa economia que mal sai do chão, tanta gente pagar mais impostos?

O primeiro suspeito nessas horas, num país com uma carga tributária digna do “Guinness” e uma máquina arrecadadora extremamente eficiente — o Fisco é tido como a “única coisa que funciona bem no governo” —, costuma ser a sanha arrecadadora do Estado. Em geral, ela se expressa em duas modalidades: novos impostos ou aumento da produtividade da Receita. Só que não há registro de mudanças significativas nas alíquotas, nem evidências

de aumento de horas extras fora do comum entre os funcionários do Fisco para justificar esses resultados. É preciso investigar mais a fundo.

O recorde de abril pode ser visto como ilusão estatística. Entre o final de março e o final de abril do ano passado, o Brasil registrou os maiores picos nas taxas de isolamento social. Foi como se a atividade econômica tivesse dado uma fredda brusca. Siderúrgicas chegaram a desligar seus fornos. O governo começou, naquela época, a prorrogar o prazo para pagamento de impostos, decisão acertada diante do quadro de calamidade econômica. O resultado de tudo isso é que a base de comparação ficou muito baixa. Qualquer melhora agora parece gigante se comparada a um período em que quase nada se produziu e quase nada se arrecadou.

O resultado da arrecadação no primeiro trimestre deste ano, com alta de 5,64%, tem uma causa diferente, porque o período entre janeiro e março de 2020 não foi afetado pela pandemia. Ainda assim, a princípio, o aumento pode causar certa estranheza. O percentual registrado pela Receita parece descasado do crescimento de 1% do PIB no primeiro trimestre de

2021 em relação ao de 2020. Boa parte da explicação é que houve alta considerável de recolhimentos não recorrentes, receitas atípicas, como tributos adiados de anos anteriores e R\$ 12 bilhões extraordinários, a maior parte recebida de empresas cujo desempenho no balanço foi melhor que o declarado anteriormente.

Numa análise de um período maior, os números do PIB e da arrecadação apresentam trajetória semelhante. Nos 12 meses terminados em março de 2021, a economia encolheu 3,8% em comparação aos 12 meses anteriores. Analisando os números da Receita nesse mesmo período, nota-se uma retração no total dos tributos da ordem de 5,5%.

Esse passado recente da arrecadação prova que não há atalho. Nem a melhora de cenário para o PIB em 2021 acabou com a previsão de contas do governo no vermelho. Para que o Brasil tenha um sistema de cobrança de tributos justo, simples, que dê conta das necessidades fiscais do governo e, ao mesmo tempo, não represente uma carga tão extorsiva nas costas do setor produtivo, é urgente promover uma reforma tributária ampla e racional.

CRISE HÍDRICA

Para evitar racionamento, governo quer tirar poder de agência reguladora e Ibama

BRUNO ALFANO
bruno.alfano@extra.net.br

Aps sofrer corte de 70% em 2021, a cota de isenção para importação de insumos e equipamentos por instituições públicas de pesquisa terminou antes do primeiro semestre. O valor, que era para durar até o fim do ano, se esgotou em 27 de maio. Com isso, novas compras são suspensas ou dobram de preço, o que prejudica pesquisas, inclusive para o combate à pandemia.

Materiais de pesquisa no Brasil, especialmente de ciências médicas, são majoritariamente importados. Entre eles, estão equipamentos como lentes, tanques de refrigeração, computadores, além de compostos químicos como inibidores, reagentes e enzimas. Sem elas, pesquisas em andamento no Brasil na busca por remédios contra Covid-19, no desenvolvimento de tecido

pulmonar para análises do coronavírus e até por vacina contra a doença são prejudicadas.

— Sem a cota, alguns estudos podem parar. Outras adiam uma fase ou mudam o objetivo. Se não tem o insumo, o pesquisador consegue trabalhar em certos casos. É dramático — diz Fernando Peregrino, presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies).

No ano passado, dos US\$ 300 milhões da cota, US\$ 128 milhões foram usados apenas por Butantan e Fiocruz, o que permitiu a participação dos dois institutos no desenvolvimento e na produção de duas vacinas anti-Covid-19. Em 2021, no entanto, a cota passou para US\$ 92 milhões, que já está esgotada. Isso significa que, a partir de então, as instituições públicas de pesquisa terão que pagar imposto para

importação de insumos e equipamentos, um gasto adicional num contexto de escassez de recursos com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), principal fomentador da pesquisa nacional, que conta com o menor orçamento do século.

Sars-CoV-2 na Academia brasileira

> Levantamento dos pesquisadores Sabine Righetti e Estêvão Gamba na base de dados do Web of Science mostra que o Brasil publicou, em 2020, 1.518 artigos em revistas acadêmicas com ao menos um autor vinculado à instituição de pesquisa nacional.

> Isso representa 1,7% de todas as 87.656 publicações no mundo a respeito da pandemia e 1,6% dos 93.017 papers brasileiros de qualquer tema. Os pesquisadores consideraram todos os artigos publicados no ano passado na base internacional de periódicos científicos Web of Science a partir de palavras-chave "Covid-19", "Sars-CoV-2", "2019-nCoV" e "Coronavirus 2019".

> 1.762 organizações brasileiras e do exterior estão envolvidas nesses papers. Aquele mais aparece com trabalhos é a Universidade de São Paulo, com 260 publicações, seguida pela Fundação Oswaldo Cruz, com 156. A Universidade de Londres e Harvard são as instituições estrangeiras que mais tiveram cooperações com trabalhos brasileiros, com 45 e 44 artigos, respectivamente.

> De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), as universidades brasileiras começaram 73.825 projetos de pesquisa e 29.451 de extensão, com a produção de 691 mil litros de álcool 70%, 515 mil máscaras, somente no ano passado.

— Durante o ano, não sabemos quanto da cota já foi gasta. Só somos informados quando ela acaba e o pedido de importação é negado. Por isso, algumas compras já feitas, quando chegarem ao Brasil, teremos que deixar aguardando no porto esperando até a cota ser renovada por não termos a capa-

cidade de pagar o imposto à Receita Federal — afirmou Luiza Lavocat Coelho, gerente de projetos da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos da UnB.

Chefe do Laboratório de Engenharia de Cultivos Celulares (LECC) da Coppe/UFRJ, a engenheira química Leda Casti-

lho e uma das pesquisadoras que lideram o desenvolvimento de uma vacina brasileira contra a Covid. Com o fim da cota, ela não consegue comprar um criotank, usado para preservar as células que serão usadas para produzir industrialmente o imunizante, já que o preço do equipamento pula de R\$ 200 mil para quase R\$ 400 mil com os impostos.

— Sem ele, vamos ter mais gastos contratando esse serviço de empresas especializadas — afirma Castilho. — Não faz sentido uma universidade federal pagar imposto para seu próprio dono, que é a União.

EM BUSCA DE SOLUÇÃO

Já a start-up Gcell Cultivo 3D, da Incubadora de Empresas da Coppe/UFRJ, está desenvolvendo em laboratório tecido de pulmão para que virologistas possam infectá-lo com o coronavírus e entender mecanismos para combatê-lo. Leandra Baptista, CEO da Gcell, também prevê problemas com o fim da cota.

— Usamos uma bioimpressora 3D espanhola. Quando o equipamento precisar de alguma reposição, vamos parar até conseguir financiamento. Hoje não temos dinheiro para trazer os insumos pelo dobro do preço — afirma Baptista.

Para continuar sua pesquisa, André Moraes Nicola, médico e professor da faculdade de medicina da UNB, vai precisar pagar por reagentes que são doados por uma instituição sem fins lucrativos dos EUA. Sem a cota, gastará até US\$ 1 mil com os impostos para trazer um material gratuito.

— Esse dinheiro vai fazer falta. O financiamento para pesquisa está muito baixo, e os preços explodiram por conta da dificuldade logística e da alta do dólar — explica o médico.

Em janeiro, o CNPq admitiu que a cota não é condizente com a necessidade e disse que os ministérios da Ciência e Tecnologia e Economia buscavam solução "com urgência" para o problema. Há negociações para que ela ganhe recursos extras ainda este ano.



Para 2022, desenvolvimento de vacina brasileira contra a Covid-19 na UFRJ está no fim de ensaios pré-clínicos, mas sofrerá atraso com o fim da cota de importação para equipamentos e insumos

IMPOSTO PREJUDICA ESTUDOS

Pesquisas sobre Covid-19 serão afetadas com fim de cota de isenção para importação de insumos

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@b3b.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Em mais uma ação para evitar um racionamento de energia elétrica no segundo semestre deste ano, o governo prepara uma medida provisória (MP) que tira poderes da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Ibama na gestão dos reservatórios de usinas hidrelétricas, num momento em que os níveis das principais barragens do sistema estão em mínimos históricos.

A MP também daria mais poder ao Ministério de Minas e Energia (MME) sobre concessionárias do setor elétrico e de petróleo e gás para adoção de medidas com vistas a garantir o abastecimento este ano. O governo pretende ainda ampliar os incentivos financeiros para que grandes consumidores de energia, especialmente a indústria, reduzam o consumo nos horários de pico.

O objetivo da MP é dar ao MME maior poder para colocar em prática rapidamente ações para poupar água dos reservatórios e permitir atravessar o período seco, que vai até novembro, sem apagões.

A MP cria a chamada Câmara de Regras Operacionais Excepcionais para Usinas Hidrelétricas (Care). Essa Câmara terá o poder de estabelecer, excepcionalmente, limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas, com o propósito de otimizar a utilização dos recursos hídricos disponíveis para enfrentar a atual situação de escassez hídrica.

Presidida pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, a Câmara também vai reunir os ministros da Casa Civil, do Desenvolvimento Regional, do Meio Ambiente e da Infraestrutura, a Advocacia-Geral da União e dirigentes máximos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da ANA, do Ibama, do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e da Em-

presa de Pesquisa Energética. A MP oficializa e dá poder de decisão à "sala de situação" criada no mês passado para acompanhar a crise, conforme antecipou O GLOBO.

Uma das medidas mais importantes para a gestão dos recursos hídricos, na visão do MME, é a redução das vazões das hidrelétricas. Hoje, uma usina tem que liberar uma quantidade determinada de água com o objetivo de manter, por exemplo, atividades de irrigação, navegação e lazer. Com isso, sai mais água do que entra no reservatório.

COMPENSAÇÃO DE PERDAS

Ao reduzir a vazão, o governo pode guardar água no reservatório e poupar esse recurso para os momentos críticos. Atualmente, essas decisões passam pela ANA e pelo Ibama. No setor elétrico, uma crítica que tem sido feita é quanto à demora com que essas decisões são tomadas.

Com a MP, a Câmara poderá alterar vazões de reservatórios de usinas hidrelétricas, entre outras medidas para facilitar a gestão das barragens. Para minimizar a insatisfação de outros setores, a MP em discussão no governo permite compensar financeiramente outros atores, como donos de hotéis às margens de reservatórios, pescadores e usuários de irrigantes. Os recursos para esse fim poderão acabar se tornando mais um encargo do setor elétrico, a depender do montante disponibilizado.

Na última sexta-feira, uma portaria do MME reduziu a vazão nas usinas hidrelétricas de Jupia e Porto Primavera, na bacia do Paraná.

Ao GLOBO, o ministro Bento Albuquerque explicou que a MP não tratará de racionamento e reforçou que o governo está negociando a redução de consumo com grandes empresas:

— Não haverá absolutamente nada sobre qualquer programa de racionalização de con-



Estiagem. A hidrelétrica de Marimbondo, em SP, está operando abaixo da capacidade: Câmara de Regras vai estabelecer limites de uso e vazão das usinas

sumo. O que estamos fazendo é um programa voluntário com grandes consumidores, indústria, pelo lado da demanda do consumo para os horários de maior carga do sistema.

Hoje, nos momentos de pico da demanda, o ONS coloca em operação um conjunto de termelétricas caras e poluentes, além de exigir mais de hidrelétricas. Com o programa para reduzir o consumo, nos momentos de pico, o ONS pode solicitar que o consumidor industrial reduza sua demanda. Ele é compensado financeiramente por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O governo também está finalizando um leilão para reforçar o parque gerador e contratar usinas termelétricas a biomassa que hoje estão fora do sistema. Além disso, já permitiu acionar usinas sem contrato até o fim do ano.

† CARLOS LANGONI

★ 24.07.1944 † 13.06.2021

É com extremo pesar que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) tomou conhecimento do falecimento do ilustre Professor e Doutor Carlos Geraldo Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV/CEM), neste domingo (13), em decorrência de complicações da Covid-19.

Nascido em 24 de julho de 1944, Carlos Langoni passou a interagir com a FGV a partir dos seus

Parada em campo de gás da Petrobras pode piorar situação

Manutenção deve comprometer abastecimento de termelétricas movidas ao combustível

HENRIQUE GOMES BATISTA
henrique.batista@oglobo.com.br
SÃO PAULO

Uma parada técnica de 30 dias da Petrobras na produção de gás do campo de Mexilhão e no gasoduto Rota 1, prevista para 15 de agosto, pode agravar a crise energética. No momento em que a seca atinge seu auge, termelétricas e empresas poderão ter dificuldades para obter gás natural.

Manuela Kayath, presidente da MDC, empresa de energia renovável que produz biometano e energia a partir de biomassa, afirma que o setor

está preocupado, pois esta parada vem em um momento em que as termelétricas a gás deverão estar operando a toda a capacidade para suprir a redução da geração hidrelétrica por causa da seca:

— Estamos recebendo demanda de curtíssimo prazo para atender ao fornecimento de gás para as térmicas que serão despachadas durante a seca. Muitos veem o risco de ficarem sem gás. Ao menos duas distribuidoras também entraram em contato com a gente querendo comprar gás, pois sabem que vão receber um vo-

lume menor da Petrobras.

Mexilhão é o quinto campo que mais produziu gás natural no Brasil, em abril, segundo a ANP.

De acordo com a Petrobras, o campo do Mexilhão responde por 11,8% de toda a produção do Brasil.

A parada técnica na Bacia de Mexilhão preocupa porque, segundo especialistas, é difícil redirecionar a produção de outras regiões, como o Nordeste, para o Sudeste.

A Petrobras informou em nota que a manutenção foi planejada e que não pode ser adiada. A estatal disse que está oferecendo alternativas como a ampliação da capacidade do Terminal de Regaseificação da Baía de Guanabara de 20 milhões para 30 milhões de m³/dia, o reposicionamento de um navio regaseificador e o posicionamento de navios supridores de GNL.

Volks para produção de carros por falta de chips

Suspensão deve durar dez dias em todas as linhas de montagem da montadora no país. Efeito da pandemia, problema no fornecimento de semicondutores ocorre em todo o mundo e já afetou outras fábricas no Brasil

IVAN MARTÍNEZ VARGAS
ivan.martinezvargas@edglobo.com.br
SÃO PAULO

A Volkswagen anunciou ontem que vai paralisar, a partir do próximo dia 21, linhas de montagem de suas fábricas no Brasil por falta de insumos, especificamente de semicondutores usados nos painéis dos veículos. A medida vale por dez dias nas unidades de São Bernardo do Campo e São Carlos, em São Paulo; e de São José dos Pinhais, no Paraná.

O problema de abastecimento tem sido enfrentado por toda a indústria automotiva, que lida com a questão da escassez na cadeia global de suprimentos desde o fim do ano passado.

“Uma escassez significativa de capacidades de semi-

condutores está levando a vários gargalos de fornecimento em muitas indústrias globalmente (telecomunicação, computação, eletroeletrônicos e smartphones). Isso também gerou problemas no abastecimento da indústria automotiva ao redor do mundo (...). O resultado são adaptações”, informou a Volkswagen em comunicado.

A empresa diz, ainda, que “há sérios riscos de agravamento dessa situação nas próximas semanas” e não descarta novas paralisações “caso o cenário global de fornecimento de semicondutores permaneça crítico”.

A Volks afirma que “tem trabalhado intensamente, em parceria com a matriz e fornecedores, para minimizar os efeitos da escassez de



Paralisação. Volkswagen informou que as linhas de montagem serão interrompidas temporariamente em três cidades

semicondutores para a produção em suas fábricas no Brasil”, mas que ainda não há “uma solução definitiva” para o problema.

Neste semestre, a falta de

matéria-prima para a produção de veículos já afetou a produção de General Motors, Honda e Hyundai no Brasil.

A questão é considerada um efeito colateral da pande-

mia de Covid-19, que levou a China, principal produtora dos chips, a redirecionar parte de sua produção ao mercado interno e a regiões e segmentos econômicos com

maior poder de compra.

O setor automotivo, nessa dinâmica, perde a preferência para os de celulares, TVs, monitores e games, que pagam mais pelas peças.

‘TETO TÉCNICO’

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) tem dito que o problema causou um “teto técnico” para a produção de veículos no país. Em maio, as montadoras fabricaram 192,8 mil unidades, apenas 1% a mais do que em abril.

A entidade prevê que o problema se alongue até os primeiros meses de 2022. Um único veículo pode ter até 600 semicondutores em seus sistemas eletrônicos, em motorização, câmbio e entretenimento.

VILMA
PINTO

oglobo.com.br/economia
economia@oglobo.com.br
Com Matheus Rosa



A redução da dívida/PIB

Nesta coluna, vou explorar o desempenho dos fatores condicionantes da razão dívida/Produto Interno Bruto (PIB) e do impacto do crescimento econômico e da inflação sobre sua trajetória.

A divulgação recente dos indicadores de atividade econômica e os resultados fiscais trouxeram um tom de otimismo para as contas públicas. No primeiro quadrimestre, a arrecadação tributária federal cresceu, em termos reais, 13,6% em relação a 2020 e 5,2% em relação a 2019, contribuindo para um resultado primário superavitário de R\$ 40,9 bilhões. Mas, mesmo com o resultado recente, a expectativa é que o re-

sultado primário de 2021 seja deficitário em cerca de 2% do PIB.

Caso se confirme esse cenário, este será o oitavo ano consecutivo de déficit nas contas públicas e, devido a isso, a preocupação quanto à trajetória da dívida pública tem se baseado quase que exclusivamente em recuperar a capacidade do governo de gerar resultado primário superavitário. De fato, este é um dos principais entraves para superar a crise fiscal e colocar a dívida em uma trajetória sustentável. Contudo, a expansão ou contração da dívida pública não depende única e exclusivamente dos resultados primários. No período recente, observa-se que outras condicionantes tiveram relevantes contribuições para a dinâmica da dívida pública, em especial o crescimento nominal do PIB.

Em 2020, o déficit nominal do setor público consolidado avançou 7,84 pontos percentuais (pp), saindo de um déficit de 5,80% do PIB em 2019 para um déficit de 13,63% do PIB no ano passado. A contribuição do resultado primário para o aumento do déficit nominal foi de 8,6pp, muito influenciado pelas medidas fiscais e econômicas para enfrentamento da pandemia da Covid-19. Nesse período, a dívida líquida saiu de 54,6% do PIB em 2019 e foi para 62,7% ao fim de 2020.

Já no encerramento do primeiro quadrimestre de 2021, a dívida pública foi de 59,6% do PIB, indicando uma redução de 3,1pp em relação ao valor final de 2020.

A razão dívida/PIB é usada para avaliar a solvência do governo e também para comparações internacionais. Ocorre que o indicador pode aumentar ou reduzir-se, tanto em função da variação dos fatores con-

A queda na razão dívida/PIB se deveu ao crescimento do PIB nominal. Isso reforça a necessidade de mudanças estruturais a curto prazo

ditionantes da dívida (numerador), quanto pelo efeito do crescimento verificado no PIB (denominador). Analisando o numerador, ou seja, a variação da dívida a partir de seus fatores condicionantes, observa-se que o resultado nominal contribuiu para o aumento do endividamento em 0,5pp, sendo resultado de uma contribuição positiva de 1,0pp do superávit primário do primeiro quadrimestre e uma contribuição negativa de -1,5pp referente ao pagamento dos juros nominais. Além do resultado nominal, os outros fatores condicionantes que afetaram a dívida foram o movimento observado na taxa de câmbio, que contribuiu para redução da dívida

em -0,6pp, e o reconhecimento de dívidas, cuja contribuição foi de -0,1pp.

Assim, somando todos os fatores condicionantes da dívida, observamos que, pela simples evolução destes, ela teria caído apenas 0,2pp. Os outros 2,9pp de melhora no endividamento ocorreram em função do denominador.

Um crescimento no PIB nominal contribuiu para redução da razão dívida/PIB. No primeiro trimestre, o PIB real cresceu 1,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, mas o PIB nominal cresceu 11,1% no mesmo período. Isso decorre de um deflator do PIB mais elevado, dada a trajetória crescente da inflação. Assim, o crescimento elevado do PIB nominal foi o protagonista na redução do endividamento observado no primeiro quadrimestre.

A partir desta análise, conclui-se que, apesar de a razão dívida/PIB estar diminuindo, esta redução não foi decorrente da evolução dos seus fatores condicionantes, mas sim do aumento do crescimento econômico nominal. Se essas circunstâncias conjunturais permitiram que houvesse redução da dívida no curto prazo, a necessidade de mudanças estruturais para a sustentabilidade da dívida pública no médio prazo permanece.

Petrobras venderá 37,5% das ações da BR, o que pode render R\$ 10 bi

Operação, que seria no início deste ano, foi adiada devido à mudança na estatal

BRUNO ROSA E VITOR DA COSTA
economia@oglobo.com.br

A Petrobras deu início ao processo de venda de suas ações remanescentes na BR Distribuidora. A estatal tem hoje 37,50% no capital social da maior distribuidora de combustíveis do país.

Em comunicado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a estatal informou ter enviado carta à BR solicitando cooperação na oferta pública secundária (*follow on*) para vender os papéis.

Segundo uma fonte, a ideia inicial era fazer a venda no início deste ano, mas as mudan-

ças no comando da Petrobras, com a saída de Roberto Castello Branco e a chegada de Joaquim Silva e Luna, adiaram o processo. O mercado avalia que a operação possa gerar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões à estatal.

Em 2019, a estatal vendeu uma fatia de 33,7% na BR,

obtendo pouco mais de R\$ 9 bilhões. A venda dessas ações faz parte do plano de desinvestimento da Petrobras, estimado entre US\$ 25 bilhões e US\$ 35 bilhões até 2025. A companhia pretende vender ainda sua participação na Gaspetro e em refinarias.

No início deste mês, a Petrobras teve aval do órgão brasileiro de defesa da concorrência, o Cade, para vender a refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, ao Mubadala, o fundo soberano do governo de Abu Dhabi.

Ontem, a estatal anunciou redução nos preços da gasolina nas refinarias. Foi a tercei-

ra queda no ano. Apesar disso, o combustível ainda acumula alta de 34% em 2021.

BRF CHEGA A SUBIR 14%

Na Bolsa, as ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Petrobras recuaram 1,05%, enquanto as preferenciais (PN, sem voto) caíram 0,98%.

O maior movimento no Ibovespa veio da BRF. Pela manhã, os papéis ON do frigorífico chegaram a saltar 14,4%, a R\$ 31,98, mas depois perderam força, fechando em alta de 3,94%, a R\$ 29,05.

A valorização aconteceu após o colunista do GLOBO Lauro Jardim informar que

a JBS, auxiliada pelo BTGPactual, estuda um contra-ataque a fim de avançar sobre o controle da rival.

Isso ocorre depois de a Marfrig ter se tornado a maior acionista individual da BRF.

Para o analista de alimentos da XP Investimentos, Leonardo Alencar, a investida da JBS não faz sentido, devido à sobreposição entre as duas companhias:

—Ela teria uma dificuldade muito grande pelo lado concorrencial, sendo forçada a vender partes do negócio.

JBS ON subiu 0,17%, e Marfrig ON caiu 0,54%. Já o Ibovespa recuou 0,49%.